



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO**  
**SOCIAL**

**RÉGIA MARIA PRADO PINTO**

**FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO**  
**SOCIAL: PERCURSOS, VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS EM MARACANAÚ/CE**

**FORTALEZA-CEARÁ**

**2015**

RÉGIA MARIA PRADO PINTO

FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO SOCIAL:  
PERCURSOS, VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS EM MARACANAÚ/CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristiane Maria Marinho

FORTALEZA-CEARÁ

2015

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Pinto, Régia Maria Prado

Fenômeno população em situação de rua à luz da questão social: percursos, vivências e estratégias em Maracanaú. [recurso eletrônico] Régia Maria Prado Pinto. 2015.

1 CD-ROM: 215f. : il. 4<sup>1/2</sup> pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 216 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2015. Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Cristiane Marinho.

1. População em situação de rua. 2. Processos capitalistas. 3. Questão social. 4. Cidade. 5. Necessidades humanas. I. Título.

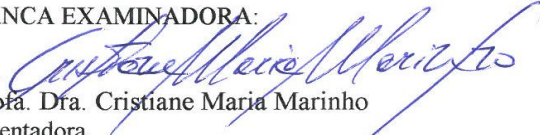
**FOLHA DE AVALIAÇÃO**


**Título da dissertação: Fenômeno População em Situação de Rua à luz da Questão Social: Percursos, Vivências e estratégias em Maracanaú.**

Nome da Mestranda: Régia Maria Prado Pinto

Nome da Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Maria Marinho

BANCA EXAMINADORA:

  
Profa. Dra. Cristiane Maria Marinho  
Orientadora

  
Profa. Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves  
1º Examinador

  
Profa. Dra Liana Brito de Castro Araújo  
2º Examinador

Data da Defesa: 22/04/2015

Conceito obtido: satisfatório



À luta de homens e mulheres em situação  
de rua pela dignidade humana.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*) por tudo que sou e conquistei na minha vida. Os principais apoiadores das minhas escolhas. A eles, meu amor eterno.

À minha família, em especial a Aparecida e Cláudia, pelo carinho e apoio aos meus sonhos.

Ao meu amor, Delano Klinger, pelo incentivo e apoio durante todo o processo do mestrado. “O universo conspira a nosso favor. A consequência do destino é o amor. Pra sempre vou te amar”. (Nando Reis)

À minha orientadora, professora Cristiane Marinho por suas sugestões, contribuições e seus questionamentos decisivos na construção desse estudo.

Aos/as usuários/as do Centro Pop, em especial aos/as que participaram das entrevistas, pela confiança em desvelar suas histórias de vida.

Às professoras Maria Lúcia Lopes e Liana Brito de Castro Araújo e ao professor Epitácio Macário Moura, pelas valorosas contribuições na banca de qualificação. À banca de defesa, pela disponibilidade e por aceitarem prontamente o nosso convite.

Aos/às professores/as do Curso de Mestrado Acadêmico, pelas reflexões em sala de aula, que possibilitaram ampliar nossos conhecimentos.

À coordenação e funcionários/as do MASS pela cordialidade durante essa trajetória.

Às amigas de sala de aula, e especialmente as amigas Ana Paula, Rebecca e Karina, pelo companheirismo e generosidade.

Aos/às amigos/as e trabalhadores/as cultivados/as ao longo dos anos na Política de Assistência Social em Maracanaú, em especial à equipe do Centro Pop, pelo respeito e pelas alegrias no dia a dia.

Aos/às professores/as e estudantes do CETROS/UECE, pela oportunidade de aprender que a socialização do conhecimento pode se efetivar para além dos muros da Universidade.

Ao grupo Viés, em especial ao professor Fábio Sobral, pelo aprofundamento da Teoria Marxista.

Aos membros do Fórum da Rua, pela receptividade calorosa e por acreditar que a luta pela dignidade humana se faz todo dia. Obrigada.

À professora e amiga Erlênia Sobral, pela oportunidade de desenvolvemos juntas a disciplina de orientação de estágio docente e, acima de tudo, pela sua amizade

generosa. Tenho muito carinho e admiração por você, como profissional, pessoa e militante.

Aos amigos e às amigas que estão perto ou longe, principalmente aqueles/as com que aprendo todos os dias e me fazem me acreditar que o mundo melhor é possível.

“História de dores, alegrias, lembranças e felicidades que ficam guardadas no coração e na memória de cada homem e mulher em situação de rua. Poesia que depende da situação de dormir no chão jornal ou papelão é sonhar!” (Poesia de Rua, do autor D. S., adaptação nossa).

## RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de analisar a realidade da população em situação de rua nos diversos espaços urbanos da cidade de Maracanaú, situada na Região Metropolitana de Fortaleza. Com esse propósito, traçamos um roteiro teórico-metodológico tendo como base estudos bibliográficos e pesquisa de campo, por meio de realização de entrevistas com os/as usuários/as do Serviço Especializado para População em Situação de Rua, ofertado pelo Centro de Referência para População em Situação de Rua – Centro Pop/Maracanaú. Ao analisar a totalidade da pesquisa, constatamos que o fenômeno da população em situação de rua é uma das expressões da *questão social*, resultado da relação desigual entre trabalho e capital, inerente à sociedade capitalista. Nesse sentido, a pesquisa nos possibilitou compreender que a população em situação de rua é um fenômeno de múltiplas determinações, cuja origem é a estrutura desigual do modo de produção capitalista. Assim, debruçamo-nos na análise das inúmeras violações de direitos, como desemprego, fome, calor, frio, violência física e moral, preconceito, indiferença, bem como inúmeras barreiras no acesso às políticas públicas. Por outro lado, a pesquisa mostrou, em face desse cenário aviltante, que a população em situação de rua constrói percursos, vivências e estratégias, visando a satisfazer as necessidades humanas nos diversos espaços urbanos de Maracanaú.

**Palavras-chave:** População em situação de rua. Processos capitalistas. Questão social. Cidade. Necessidades humanas.

## ABSTRACT

This dissertation research aims to analyze the reality of the population living on the streets in the various urban spaces in Maracanaú, metropolitan of Fortaleza. With this momentum, we draw a theoretical and methodological script based on the literature and field research through interviews with, the users, the Specialized Service for the Homeless Population, offered by the Reference Center for Population in Homeless – Centro Pop / Maracanaú. By analyzing all the research, we found that the population of the phenomenon on the streets is one of the expressions of social issue as a result of unequal relationship between labor and capital, inherent in capitalist society. In this sense, the research allowed us to understand that the people on the streets is multideterminations phenomenon, whose rise to unequal structure of the capitalist mode of production. Thus, we look back to analyze the numerous rights violations, such as unemployment, hunger, heat, cold, physical and moral violence, prejudice, indifference and numerous barriers to accessing public policy. On the other hand, research has shown in the face of this demeaning scenario, the population on the streets builds strategies, experiences and paths in order to meet human needs in different urban spaces in Maracanaú.

**Keywords:** Population in the streets. Capitalist process. Social issue. City. Human needs.

## LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 –	Região Metropolitana de Fortaleza.....	37
Fotografia 1 –	Parte interna da CEASA.....	41
Fotografia 2 –	Praça da Estação.....	41
Fotografia 3 –	Sede do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan.....	41
Fotografia 4 –	Construção de hotel e torre de empreendimentos.....	113
Fotografia 5 –	Parte externa da CEASA.....	115
Fotografia 6 –	Comunidade do Timbó.....	124
Fotografia 7 –	Praça da Estação .....	125
Fotografia 8 –	Praça do Banco do Brasil.....	132
Fotografia 9 –	Praça da Estação II.....	140
Fotografia 10 –	Atual mercado .....	145

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos atores da pesquisa.....	30
Tabela 2 – População em situação de rua e seus documentos.....	35
Tabela 3 – Perfil das famílias pertencentes ao cadastro único de Maracanaú em fevereiro de 2015.....	116
Tabela 4 – Os Atores sociais e os vínculos familiares .....	149



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAAE	Certificado de Apresentação para a Apreciação Ética
CEASA	Central de Abastecimento do Ceará
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CIAMP-RUA	Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimento Financeiro
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC	Estatuto da Cidade
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Fundação Perseu Abramo
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
Funpresp	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
GESUAS/Maracanaú	Gestão do Sistema Único de Assistência Social/Maracanaú
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IAPs	Instituto de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LBA	Legião Brasileira de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIDEMA	Movimento de Integração e Desenvolvimento de Maracanaú
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MORHAN	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
NIC	Conferência Internacional sobre nutrição
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PROCERA	Programa de Crédito para a Reforma Agrária
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa de Apoio à Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia
PSE	Proteção Social Especial
PT	Partidos dos Trabalhadores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
SEFAZ	Secretaria da Fazenda

SIAB	Sistema de Informação da Atenção Básica
SRTE/Ce	Superintendência Regional de Trabalho e Emprego no Estado
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>O MAPA DA PESQUISA.....</b>	<b>21</b>
2.1	AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.....	21
2.2	PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	24
2.3	PASSO A PASSO DA PESQUISA.....	26
2.4	ENTRE RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS: ATORES SOCIAIS DA PESQUISA	30
2.5	O CAMPO DA PESQUISA.....	38
<b>3</b>	<b>GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL, PROCESSOS CAPITALISTAS E A REALIDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>45</b>
3.1	ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL E A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL: ELEMENTOS FUNDANTES.....	46
3.2	PERCURSOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO CAPITALISMO MUNDIAL E AS INFLEXÕES NA <i>QUESTÃO SOCIAL</i> .....	50
3.3	O BRASIL NA CENA CONTEMPORÂNEA: AS PARTICULARIDADES CAPITALISTAS.....	59
3.4	O DEBATE DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS HISTÓRICOS E NOVAS ANÁLISES.....	70
<b>4</b>	<b>AS CONFIGURAÇÕES DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL.....</b>	<b>81</b>
4.1	ESTADO FRENTE À QUESTÃO SOCIAL: AS POLÍTICAS SOCIAIS ENTRAM EM CENA.....	82
4.2	O DEBATE SOBRE O ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA.....	87
4.3	AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E AS PARTICULARIDADES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	90
<b>5</b>	<b>CIDADE, QUESTÃO SOCIAL E O DEBATE DAS NECESSIDADES</b>	

	<b>HUMANAS: AS PARTICULARIDADES EM MARACANAÚ.....</b>	<b>104</b>
5.1	A CIDADE COMO PALCO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E AS NECESSIDADES HUMANAS.....	104
5.2	O CONCEITO DE NECESSIDADES HUMANAS: DO QUE ESTAMOS FALANDO?.....	109
5.3	AS EXPRESSÕES DA <i>QUESTÃO SOCIAL</i> NOS ESPAÇOS URBANOS EM MARACANAÚ.....	112
<b>6</b>	<b>PERCURSOS, VIVÊNCIAS E ESTRÁTEGIAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS NECESSIDADES HUMANAS.....</b>	<b>118</b>
6.1	DE CASA PARA AS RUAS.....	118
6.2	VIDAS NO MEIO DA RUA.....	123
6.2.1	“A fome, muita fome. Já comi comida do lixo”.....	123
6.2.2	A população em situação de rua trabalha? “O trabalho é a lei da sobrevivência”.....	127
6.2.3	Sobre álcool e outras drogas: “às vezes é uma maneira de aguentar a realidade” .....	137
6.2.4	“A solidão é uma coisa infinita. É uma dor sem remédio”.....	138
6.2.5	Enquanto a cidade dorme: “é um olho aberto e outro fechado”.....	139
6.2.6	“Todos nós que estamos na rua temos medo. Quem dizer que não tem medo, tá mentindo”.....	142
6.2.7	A face feminina nas ruas.....	145
6.2.8	Por onde andei: “ando para esquecer os problemas”.....	147
6.2.9	Relação com a família.....	149
6.2.10	“Somos uma grande família: somos irmãos da rua”.....	151
6.2.11	O acesso às políticas sociais: limites e possibilidades das necessidades humanas.....	152
6.2.12	Organização política: uma necessidade urgente.....	155

6.2.13	O direito à cidade: “até o passarinho faz o ninho: é tudo na vida do ser humano”.....	156
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM LUGAR NO MUNDO!</b> .....	<b>159</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>167</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>177</b>
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	178
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA II.....	181
	APÊNDICE C – TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO....	182
	APÊNDICE D – IMAGENS DAS (NAS) RUAS.....	183
	APÊNDICE E – FALAS DAS (NAS) RUAS.....;	184

## 1 INTRODUÇÃO

A realidade é muito contraditória. É muita desigualdade social. É o retrato do Brasil (C.A.)<sup>1</sup>

O trabalho que ora se apresenta tem o objetivo de analisar a realidade da população em situação de rua como uma das expressões da questão social nos diversos espaços urbanos em Maracanaú/Ce.

Maracanaú é uma cidade que tem, na sua gênese, um processo de urbanização aliado ao modelo de industrialização como estratégia de ampliação do capitalismo, desenvolvida principalmente nos anos de 1970, no Ceará. Dessa forma, a cidade é palco da produção e reprodução da força de trabalho do sistema capitalista, em que se gestam as desigualdades sociais nos diversos espaços. Maracanaú não possui uma agenda urbana construída para atender aos interesses do setor privado com apoio político e jurídico do poder público. Esse cenário, fundado sob a égide da lógica do capital, tem contribuído para o acirramento das desigualdades e para o agravamento das expressões da *questão social*, a exemplo da população em situação de rua.

Portanto, constatamos, em diversos espaços da cidade de Maracanaú, a presença de indivíduos e/ou famílias que buscam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência sob uma suposta (in) visibilidade, vivenciando diversas formas de violações de direitos, como desemprego, fome, frio, violência física e moral, preconceito, indiferença, bem como inúmeras barreiras no acesso às políticas públicas. Por outro lado, é nesse cenário que a população em situação de rua constrói percursos, vivências e estratégias no sentido de satisfazer às necessidades humanas.

Diante disso, a presente pesquisa é fruto de um elenco de indagações que permeiam o cotidiano da nossa atuação profissional no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Maracanaú – Centro POP, tais como: quais são as principais violações dos direitos vivenciadas pela população em situação de rua? Quais são os percursos, as vivências e as estratégias de satisfação das necessidades humanas? A população em situação de rua trabalha? Que outras estratégias de rendimentos ela possui? Quais são as expectativas e os

---

<sup>1</sup> Recorte de uma fala em uma das atividades coletivas realizada no Centro Pop (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

sonhos dessa população em uma cidade em que as desigualdades sociais são inerentes ao modelo de urbanização? Como se constitui o acesso da população em situação de rua às políticas sociais? A população em situação de rua encontra-se politicamente organizada na luta pela garantia dos seus direitos em Maracanaú?

Face a tantas indagações, o desafio será adentrar em aproximações investigativas que nos possibilite compreender o fenômeno em questão, pois não teremos a pretensão de responder a plenitude das inquietações aludidas anteriormente. Todavia, construiremos um roteiro que desvelará uma reflexão crítica acerca da realidade da população em situação de rua, analisando as diversas violações, assim como os percursos, vivências e estratégias construídas nos espaços urbanos com o intuito de satisfazer as necessidades humanas. Para o/a leitor/a, o percurso da exposição da dissertação busca entrelaçar os resultados da pesquisa de campo e as análises teóricas.

Com esse objetivo, organizaremos o nosso trabalho dissertativo em cinco capítulos articulados entre si. No primeiro, apresentaremos ao/a leitor/a **O Mapa da pesquisa**, isto é, as primeiras aproximações com o objeto em estudo, o percurso teórico-metodológico, passo a passo da pesquisa, a caracterização dos atores sociais e o campo da pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado **Gênese da questão social, processos capitalistas e realidade brasileira**, dialogaremos sobre o processo de acumulação capitalista como determinante sócio-histórico das expressões da *questão social*, em que se gesta a produção e reprodução do fenômeno da população em situação de rua, resultante da relação no eixo capital e trabalho. Nesse capítulo, apresentaremos um ensaio acerca das constantes configurações capitalistas, suas inflexões nas diversas esferas da vida humana e particularidades na realidade brasileira. Finalizaremos com um debate acerca do conceito *questão social* na cena contemporânea e suas inflexões nos estudos que envolvem a temática em questão.

No terceiro capítulo, no qual abordaremos **As configurações do Estado e das políticas sociais no enfrentamento à questão social**, pretendemos nos debruçar na discussão sobre o percurso das configurações da intervenção do Estado via políticas sociais nos diversos tempos históricos, como resposta às expressões da *questão social* no cenário mundial e às particularidades na realidade brasileira, em que se gesta a Política para População em Situação de Rua somente nos anos de 2009.



O penúltimo capítulo, **Cidade, questão social e o debate das necessidades humanas: a realidade em Maracanaú**, encontra-se dividido em três momentos. O primeiro versará sobre o conceito de cidade como palco das desigualdades sociais, articulando-o, em um segundo momento, às expressões da *questão social* no cenário urbano como fruto do processo de urbanização aliado à implantação do Polo Industrial em Maracanaú. Por último, introduziremos uma incursão acerca da compreensão sobre as necessidades humanas.

O último capítulo é intitulado **Percursos, estratégias, vivências da população em situação de rua e as necessidades humanas**. Aqui, mergulharemos com mais profundidade nas diversas violações vivenciadas cotidianamente pela população em situação de rua, bem como as construções individuais e coletivas, os percursos, as vivências e estratégias na busca incessante da satisfação das necessidades humanas.

Por fim, discutiremos as considerações (in) conclusas, pois a realidade é sempre mais dinâmica e complexa do que podemos apreender. Nas palavras de Netto, “é sempre relevante lembrar que, no domínio científico, toda conclusão é sempre provisória, sujeita à comprovação, retificação, abandono, que o pesquisador apresenta expositivamente, os resultados a que chegou.” (2009, p. 676). Neste momento, apresentaremos algumas contribuições do nosso estudo na perspectiva de contribuir para o debate acerca do fenômeno da população em situação de rua, bem como possibilitar a ampliação aos direitos sociais e o direito à cidade, com respeito ao seu modo de vida e autonomia dessa população.

## 2 O MAPA DA PESQUISA

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. [...]. Era o que eu às vezes achava, ao clarear do dia. (Guimarães Rosa).

### 2.1 AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

O ato de pesquisar uma determinada realidade é extremamente desafiadora e exige muita coragem frente aos desafios postos em todo o percurso, porém é apaixonante. Sobretudo porque se constitui em um processo repleto de inquietações que interpelam a aventura de conhecer, como afirma Alcoforado:

Pesquisar para construir um novo conhecimento é uma aventura tão apaixonante quanto desafiadora e, para realizá-la, não se dispõe de “receitas”. Não há listas de procedimentos rigidamente ordenados que, se devidamente seguidos, determinarão a qualidade e relevância da pesquisa e garantirão a resolução do enigma que a realidade nos impõe. (2009, p. 721).

Compreendemos ainda que a pesquisa é um dos pilares da formação e do exercício profissional do/a assistente social, sendo “uma condição indispensável para romper com as concepções tecnicistas e politicistas da ação profissional”. (IAMAMOTO, 2001, p. 274). Dessa forma, concordamos com o Projeto de Formação Profissional proposto pela Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS), no qual a:

Postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e do instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. (1996, p.13).

Diante do exposto, é possível afirmar que a escolha da nossa temática é fruto das inquietações surgidas no cotidiano do Centro de Referência para População em Situação de Rua de Maracanauá<sup>2</sup>, implantado em 2012. De fato, a

---

<sup>2</sup> O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui uma unidade pública e estatal, com o intuito de prestar atendimento especializado para a população em situação de rua com serviços socioassistenciais, bem como promover articulações com as demais políticas públicas.

presente pesquisa é alimentadora e [alimentada] por essa prática profissional (MARTINELLI, 1999, p. 16).

As primeiras inquietações que incitaram a escolha do tema surgiram a partir das reflexões dos relatos dos/as usuários/a atendidos/as no Centro POP. Eles relatavam principalmente sobre as estratégias construídas diariamente, visando à garantia das necessidades humanas em Maracanaú frente às diversas formas de violações de direitos, como frio, fome, violência, desemprego, solidão, preconceito, discriminação, intolerância, indiferença, violência física e moral, bem como as diversas barreiras encontradas no acesso às políticas de saúde, assistência social, educação, trabalho e renda, habitação, alimentação e segurança e outras.

Diante disso, o cotidiano profissional no Centro POP nos chamou a atenção, mesmo de forma empírica, para a problemática cotidiana da realidade da população em situação de rua, pois, como bem diz Minayo, “[...]. Nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar um problema da vida prática”. (1994, p. 16).

A escolha da temática também foi motivada mediante a visibilidade do debate do fenômeno população em situação de rua, o qual adentrou fortemente nos meios de comunicação e na pauta governamental, principalmente no contexto dos megaeventos ocorridos no Brasil, como a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014. O debate realizado pelos meios de comunicação acerca da população em situação de rua é desconectado do contexto das desigualdades sócias no Brasil. Ao contrário, o debate tem sido pautado na lógica da naturalização e culpabilização do indivíduo pela situação de pobreza, corroborando significativamente a produção e reprodução das representações sociais preconceituosas e discriminatórias que a sociedade e o poder público possuem em relação à população em situação de rua, a qual, por sua vez, é vista como um grupo formado de pessoas “desocupadas”, “sujas”, “pedintes”, “vagabundas”, “perigosas”, dentre tantas outras.

Pautada, então, no espírito crítico, científico, inquietante e apaixonante da pesquisa, alguns passos foram trilhados visando desvelar reflexões acerca do objeto de estudo, mesmo compreendendo que a realidade é sempre mais complexa do que podemos abstrair. Como bem diz Marx, “todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência”. (2013, p. 11).

Após a definição do tema em questão, o primeiro passo foi realizar uma ampla pesquisa bibliográfica, que inclusive permeou todo o processo de construção do trabalho e que foi imprescindível para a composição do objeto. Realizamos consultas sistemáticas ao acervo de dissertações de mestrados e teses de doutorados alocado em páginas eletrônicas de diversas universidades brasileiras que abordam estudos pertinentes ao fenômeno população em situação de rua; consultamos também diversas pesquisas governamentais e não governamentais, como, por exemplo, a Pesquisa Nacional para População em Situação de Rua<sup>3</sup>, realizada em 2009, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, a qual identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados. No entanto, o contingente populacional atingido não reflete a totalidade da população em situação de rua no Brasil

Vale ressaltar que agregamos, ainda, consultas a algumas legislações que abordam o tema, tais como: a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; o decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento; e a Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS nº 07, de 22 de novembro de 2010, cujo teor são orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único.

Cabe mencionar que, no processo de descobertas do tema, coletamos uma gama de matérias veiculadas em revistas, jornais impressos, meios de comunicação e mídias sociais digitais, evitando compactuar com qualquer postura preconceituosa que contribua para o estigma tão presente na sociedade e no poder público em relação à população em situação de rua.

---

<sup>3</sup> A Pesquisa Nacional para População em Situação de Rua foi realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS, publicada em 2009, com o objetivo de caracterizar a população em situação de rua e subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas voltadas para a realidade desse grupo populacional. Possibilitou, também, compreender a heterogeneidade dos modos de vida dessa população, a exemplo das suas características socioeconômicas, escolaridade, tempo de permanência nas ruas, faixa etária, fonte de renda, relações e vínculos estabelecidos e outros. A pesquisa abrangeu 23 capitais brasileiras independentemente do seu porte populacional e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes. Entre as capitais, não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, pois estes municípios haviam realizado pesquisas semelhantes em anos anteriores, e nem Porto Alegre, porque realizou um estudo simultaneamente ao contratado pelo MDS. A pesquisa contemplou as pessoas com ou acima de 18 anos completos que aderiram de forma voluntária.

Nesse percurso, a paixão pelo tema foi inevitável, haja vista que a pesquisa é um processo de constantes descobertas. E como diz Guimarães Rosa, “O real da vida se dá, nem no princípio e nem no final. Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.” (1956, p. 52). Com esse sentido, optamos por um traçado teórico-metodológico que detalharemos a seguir.

## 2.2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

“Estou na estrada. Ou a estrada é que está em mim. Tenho pressa. Será que a estrada é que não tem fim. Em cada curva, uma vontade. Em cada reta, uma ilusão. Se eu queria uma resposta. Só encontro interrogação. [...] O tempo passa. Ou será que quem passou fui eu. Vou em frente. Não conheço outra direção.” (Tony Bellotto e Sérgio Brito).

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar percursos, vivências e estratégias da população em situação de rua na busca de satisfazer as necessidades humanas nos diversos espaços urbanos da cidade de Maracanaú. Para tanto, o processo de pesquisar uma dada realidade não pode prescindir de um método, como Minayo afirma:

O conhecimento científico se produz pela busca da articulação entre teoria e realidade empírica. O método tem uma função fundamental: tornar plausível a abordagem da realidade a partir das perguntas feitas pelo investigador. [...] Ao se desenvolver uma proposta de investigação e no desenrolar das etapas de uma pesquisa, o investigador trabalha com o reconhecimento, a conveniência e a utilidade dos métodos disponíveis, em face do tipo de informações necessárias para se cumprirem os objetivos do trabalho. (2014, p. 54).

Assim, trilhamos um caminho teórico e metodológico à luz da Teoria Social Crítica por nos permitir apreender o fenômeno da população em situação de rua inserido na totalidade das desigualdades sociais, produzidas no contexto das contradições materiais e históricas da sociedade capitalista. Nesse sentido, segundo Netto:

[...] Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa,

viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (2009, p. 674).

Um dos traços fundamentais da teoria Marxista é o de que a realidade não se restringe à mera aparência, aos elementos imediatos da vida social, mas implica o desvendamento de todas as determinações e relações intrínsecas de um fenômeno, sejam sociais, econômicas, políticas e culturais, sempre na perspectiva da transformação da realidade. O ato de pesquisar inicia a partir da aparência imediata e empírica, mas é incessante a busca pela essência do fenômeno. Portanto, o método da Teoria Marxista nos possibilita adentrar na gênese do fenômeno população em situação de rua inerente à sociedade capitalista, na perspectiva de uma totalidade que é essencialmente processual, dinâmica e repleta de contradições.

Nessa lógica, o fenômeno população em situação de rua não pode ser compreendido isoladamente ou como realidade imutável, e sim articulado a uma realidade dinâmica inserida na complexidade, a qual é fruto de múltiplas determinações do cenário capitalista que vivenciamos. “Descobrir esses diversos aspectos, portanto, [...] é um ato histórico” (MARX, 2013, p. 113). Vale alertar que a realidade não é meramente soma das partes, mas um conjunto formado pelas partes relacionadas e articuladas entre si, influenciando-se reciprocamente.

Com esse norte, tomamos como ponto de partida que o fenômeno população em situação de rua é uma das expressões da *questão social*, inerente às contradições gestadas na relação capital e trabalho, no contexto do surgimento das indústrias nas cidades. Para tanto, construímos o percurso à luz das seguintes categorias: **questão social**, **processos capitalistas**, **Estado**, **políticas sociais**, **cidade** e **necessidades humanas**, com as quais dialogaremos no decorrer do trabalho. Essas categorias nos propiciaram compreender a produção e reprodução do fenômeno população em situação de rua inserido na totalidade do contexto capitalista.

As categorias supracitadas são imprescindíveis no sentido de compreender o campo da nossa pesquisa, Maracanaú, ou seja, uma cidade que tem como marca o processo de urbanização sob a égide da implantação do Polo Industrial, com o objetivo de conquistar novos mercados no Nordeste, especificamente no Ceará. O processo de industrialização de Maracanaú tem, no seu corolário, as contradições sociais geradas pela necessidade da expansão da

acumulação do capital a partir da busca de mão de obra barata e por uma política de incentivos financeiros adotados pelos sucessivos governos a partir dos anos de 1970. Portanto, é no solo dessas contradições sociais da sociedade capitalista que compreendemos o fenômeno em estudo em Maracanaú.

De acordo com os dados obtidos do Relatório Mensal de Acompanhamento<sup>4</sup>, o Centro POP atendeu, desde 2012, 275 adultos em situação de rua, vivenciando diversas formas de violações de direitos, tais como: fome, frio; calor excessivo, preconceito, discriminação, intolerância, indiferença, violência física e moral, bem como dificuldades no acesso aos serviços públicos de saúde, assistência social, educação, alimentação, cultura, lazer, trabalho e renda, segurança e habitação. Portanto, é nesse cenário aviltante que a população em situação de rua constrói percursos, vivências e estratégias no intuito de satisfazer as necessidades humanas nos espaços urbanos em Maracanaú. Para tratarmos dessa realidade, trilhamos um percurso que detalharemos a seguir.

### 2.3 PASSO A PASSO DA PESQUISA

A sós ninguém está sozinho. É caminhando que se faz o caminho. (Sérgio Britto).

A presente investigação é fruto de uma construção coletiva entre a pesquisadora, a orientadora e os atores sociais envolvidos. Nesse processo, delineamos um roteiro de pesquisa no sentido de apreender o fenômeno a partir de um leque de produções teóricas, articulando as análises dos dados coletados no campo e as nossas compreensões analíticas que estão entremeadas no decorrer do trabalho.

No intuito de captar os dados da investigação, utilizamos a abordagem de natureza qualitativa-quantitativa, pela “convicção da relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não [ser] de oposição, mas de complementaridade e de articulação.” (MARTINELLI, 1999, p. 27).

---

<sup>4</sup> Tomamos como referência o relatório mensal de acompanhamento elaborado pela equipe do Serviço Especializado para População em Situação de Rua e o Serviço de Abordagem Social do Centro POP, em março de 2015.

Como mencionamos anteriormente, o Centro POP atendeu 275 pessoas em situação de rua no Serviço Especializado para População em Situação de Rua<sup>5</sup> e no Serviço Especializado em Abordagem Social<sup>6</sup>, essa quantidade nos apontou o desafio de definir uma amostragem que fosse representativa e, ao mesmo tempo, não comprometesse a viabilidade da pesquisa. Bruno Fontanella alerta “que ser transparente quanto à técnica de amostragem utilizada é uma atitude da dimensão ética que ajuda a evidenciar o rigor empregado em uma investigação científica.” (2011, p. 38).

Diante do desafio, sistematizamos a análise dos dados coletados por meio da saturação teórica, que, segundo Fontanella,

Corresponde em interromper a coleta de dados quando se constata que não há novos elementos para subsidiar a teorização almejada (ou possível naquelas circunstâncias) não são mais apreendidas a partir do campo de observação. (2011, p. 389).

A saturação teórica é uma das técnicas utilizadas para interromper a coleta de dados quando constatamos que a interação entre o campo de pesquisa e o investigador não mais possui elementos para balizar ou aprofundar a teorização. (FONTANELLA, 2011, p. 389).

No tocante à técnica para captar os dados analíticos, optamos pela entrevista semiestruturada, com roteiro comum a todos/as participantes, abordando os seguintes pontos: idade; sexo; cor; naturalidade; perfil socioeconômico; motivos que levaram à situação de rua; tempo de permanência nas ruas; relações e contatos com a família; violações dos direitos humanos e estratégias de satisfação das necessidades humanas e sociais, como trabalho e acesso a renda; laços de solidariedade e afetividade; expectativas e sonhos; processo organizativo; e o acesso às políticas sociais.

Vale mencionar que realizamos uma apresentação coletiva explicitando a justificativa, os objetivos e a metodologia da pesquisa junto à população em situação

---

<sup>5</sup> O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é ofertado nos Centros POP, com o objetivo de ofertar o atendimento voltado à análise das demandas dos/a usuários/as, realizando encaminhamentos à rede socioassistencial e das demais políticas públicas, bem como contribuir com ações que visem à reinserção familiar e/ou comunitária, à construção de novos projetos de vida e ao processo de saída das ruas, respeitando as escolhas individuais de cada sujeito.

<sup>6</sup> O Serviço Especializado em Abordagem Social tem o objetivo de identificar pessoas em situação de rua nos espaços urbanos, bem como realizar intervenções voltadas ao atendimento das necessidades mais imediatas e à vinculação gradativa da população em situação de rua aos serviços socioassistenciais e à rede de proteção social.



de rua atendida no Centro POP em uma reunião marcada para este fim. Na oportunidade, alguns participantes realizaram perguntas e comentários, demonstrando interesse e disponibilidade em participarem da pesquisa, bem como atribuindo uma importância à pesquisa por possibilitar uma maior visibilidade à realidade da população em situação de rua, como podemos perceber nos registros do Diário de Campo:

É muito importante a gente falar sobre a nossa realidade para a sociedade. Uma forma dela saber a vida que a gente leva, né? (Raul Seixas)

Se souber do presente que você está me dando aqui e agora, você choraria mais do que eu, que eu tô chorando por dentro. Um prazer conversar com você. Participar desse trabalho. Eu fiz faculdade e sei que é importante. Obrigado. (Vinicius de Moraes)

É importante falar sobre a realidade. É a nossa história. (Raquel de Queiroz)

Eu quero abrir meu coração e falar sobre o que a gente passa. (Chico Mendes)

O cara em situação de rua já passou por muita coisa na sua vida. Tem muita coisa para contar, melhor nem pensar. (Virgulino Ferreira)

Falar ameniza as nossas dores. (José de Anchieta)

Realizamos 22 entrevistas com pessoas com ou acima de 18 anos, haja vista que o manual de orientações técnicas do Centro POP destaca que crianças e adolescentes em situação de rua somente podem ser atendidos pelo serviço quando acompanhados pela família ou por um responsável.

As entrevistas duraram, em média, 30 minutos e foram gravadas em áudio, garantindo, assim, maior detalhamento e fidedignidade na análise das informações, bem como o seu sigilo, sob a anuência dos participantes mediante a leitura e assinatura da Declaração de Livre Consentimento<sup>7</sup>. Nesse processo, com o intuito de verificar e corrigir possíveis falhas na elaboração do roteiro de entrevista, realizamos duas “entrevistas de teste” que foram incorporadas à análise dos dados.

No percurso da pesquisa, optamos em construir um também um diário de campo a partir das vivências da nossa participação nas atividades coletivas realizadas pela equipe do Centro POP, como Grupo de convivência, Cine Pop, Café & Cultura, Tecendo Ideias. Tais atividades fazem parte do trabalho social junto à

---

<sup>7</sup> Encontra-se nos apêndices.

população em situação de rua sob as diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que tem como objetivo discutir a realidade social, estimular a participação social e a construção de novos projetos de vida. Cabe mencionar que trouxemos para o trabalho apenas as informações mais relevantes do diário de campo e que não foram contempladas nas entrevistas formais. Incorporamos ainda, ao diário de campo, a nossa participação no Fórum da Rua<sup>8</sup>, por se constituir um espaço imprescindível de debate e organização política da população em situação de rua. Nesse processo, realizamos também uma entrevista com o articulador e militante do Movimento Nacional para População em Situação de Rua/MNPR<sup>9</sup> e do Fórum da Rua do Ceará.<sup>10</sup>

Além disso, trouxemos contribuições da nossa participação em diversos eventos que envolviam a temática em questão, por compreendê-los como espaço de troca de experiências, difusão de conhecimentos e fortalecimento da luta da população em situação de rua. Convém colocar, ainda, que realizamos visitas aos diversos espaços urbanos em Maracanaú, os quais estão refletidos nas fotografias e no diário de campo.

No corpo da dissertação, articulamos a temática da pesquisa às expressões humanas, como a música, a literatura, a poesia e as fotografias, por acreditar que a arte é também um caminho para desvelar a realidade, bem como construir processos emancipatórios.

Tendo em vista a formação profissional da pesquisadora em Serviço Social, o estudo aqui apresentado é pautado nos princípios do código de ética da profissão de Assistente Social, inclusive, no que no concerne à alínea i, artigo 2º, que garante a liberdade na realização de estudos e pesquisas, resguardando os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos.

---

<sup>8</sup> O Fórum da Rua foi criado em 17 de junho de 2007, no Seminário da Prainha em Fortaleza, possui abrangência estadual e congrega usuários, militantes, trabalhadores de diversas políticas públicas, pesquisadores, representantes de entidades não governamentais e de movimentos sociais comprometidos com as bandeiras de lutas da população em situação de rua, bem como representantes do Poder Público. (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

<sup>9</sup> O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) é um movimento social organizado por pessoas que vivem ou viveram em situação de rua (sendo este inclusive um dos critérios para se fazer parte do Movimento) e que se põem na luta pela conquista de direitos que a elas são negados. O MNPR, na condição de movimento, surgiu em protesto ao episódio violento conhecido com a “Chacina da Sé”, em 19 de agosto de 2005.

<sup>10</sup> Cirlândio Rodrigues é militante e articulador do MNPR, agente social do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e de Catadores de Materiais Recicláveis – CNDDH/PSR/CMR e membro do Fórum da Rua. O militante nos concedeu gentilmente a entrevista e autorizou a divulgação do seu nome. Já esteve em situação de rua em Fortaleza por vários anos.

Convém colocar que atribuímos codinomes aos/às participantes com o objetivo garantir o anonimato, que receberam os nomes de algumas ruas existentes em Maracanaú e que fazem referências e homenagens às mais diversas personalidades no cenário mundial, nacional e regional, em áreas como a história, a política, os movimentos sociais, o meio ambiente, a cultura e outras.

Tomando como referência também o artigo 5º do código de ética, supracitado acima, assumimos o compromisso com a socialização das informações colhidas nos estudos da pesquisa com os/as usuários/as, no sentido de contribuir na reflexão coletiva e no fortalecimento dos seus interesses. Vale ressaltar que o projeto de dissertação foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética da Uece com o número do CAAE: 35139714.0.000.5534.

Diante do exposto, a pesquisa que ora se apresenta é fundamental na mediação da prática social com a convicção de que os resultados obtidos poderão contribuir com reflexões acerca da realidade da população em situação de rua junto à sociedade e ao poder público, bem como com a consolidação da Política Municipal para População em Situação de Rua, comprometida com o modo de vida e a dignidade humana em Maracanaú. Diante disso, traçamos a caracterização dos/as participantes da nossa pesquisa.

#### 2.4 ENTRE RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS: ATORES SOCIAIS DA PESQUISA

Na Madalena reví teu nome. Na Boa Vista, quis te encontrar. Rua do Sol, da Boa Hora, Rua da Aurora, vai caminhar. Rua das Ninfas, Matriz, Saudade. Da Soledade de quem passou. Rua Benfica, boa viagem. Na Piedade, tanta dor. Pelas ruas que andei, procurei, procurei, procurei te encontrar. (Vicente Barreto).

Maracanaú não participou da Pesquisa Nacional para População em Situação de Rua, portanto, não temos dados oficiais acerca do quantitativo e da caracterização da população em situação de rua em Maracanaú. Tal situação é produto e reproduz uma suposta (in) visibilidade construída pela sociedade em relação a essa população. Diante disso, a presente pesquisa aponta argumentos acerca da importância da contagem oficial e de traçar um perfil socioeconômico mais amplo dessa população em Maracanaú.

Na pesquisa que se apresenta, utilizamos a expressão “população em situação de rua” em detrimento de outras, como “população de rua”, “moradores de rua”, “povo das ruas” e outras. A expressão “população em situação de rua” traduz e fortalece o conceito defendido pelo MNPR que imprimiu, com muita luta e resistência, por meio do Decreto nº 7.053/2009, na Política Nacional para População em Situação de rua<sup>11</sup>, como:

Um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Decreto nº 7.053/2009, art.1º, Parágrafo Único).

A opção pelo referido conceito é também por concordamos com a heterogeneidade como uma das características da população em situação de rua à medida que é formado por indivíduos e/ou famílias que possuem histórias de vida diversas, diferentes motivos de inserção nas ruas, tempo de permanência, mas que têm em comum a pobreza extrema. Essa multiplicidade das características da população em situação de rua foi confirmada pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua/2009, no tocante ao perfil socioeconômico, grau de escolaridade, faixa etária, acesso a trabalho e renda, vínculos familiares e comunitários, histórias de vida, tempo de permanência nas ruas e as diferentes formas de inserção nas ruas, dentre outras. Ressaltamos que diversos estudiosos apontam a heterogeneidade com uma das características mais marcante da população em situação de rua, como Sarah Escorel (1999) e Lúcia Lopes (2011).

Nessa direção, construímos uma caracterização dos/as participantes da pesquisa a partir das variáveis presentes no roteiro da entrevista, tais como: cor; idade; sexo; naturalidade; estado civil; e escolaridade. Com o intuito de proporcionar uma melhor visualização ao/à leitor/a, organizamos a caracterização dos/as entrevistados/a numa tabela.

---

<sup>11</sup> Consultar na íntegra o Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>.

**Tabela 1 – Caracterização dos atores da pesquisa**

Nome	Idade	Naturalidade	Cor	Estado Civil	Escolaridade
Airton Sena	47	Maracanaú	Branco	Viúvo	2º ano – Ens. Fund.
Alan Kardec	44	Maracanaú	Pardo	Separado	Analfabeto
Bárbara de Alencar	38	Fortaleza	*	Solteira	4º ano – Ens. Fund.
Carlos Chagas	54	Maranguape	Pardo	Separado	6º ano – Ens. Fund.
Castro Alves	30	Fortaleza	Pardo	Solteiro	Ens. Fund. Completo
Chico Mendes	31	Fortaleza	Negro	Solteiro	5º ano – Ens. Fund.
Dalva de Oliveira	24	Maracanaú	Parda	Solteira	6º ano – Ens. Fund.
Elvis Presley	22	Maracanaú	Branco	Casado	Nunca frequentou a escola
José de Anchieta	33	Arapiraca – AL	Negro	Solteiro	Só escreve o nome
Karl Marx	54	São Benedito – CE	Pardo	Solteiro	7º ano – Ens. Fund.
Luís Gonzaga	53	Fortaleza	Pardo	Solteiro	*
Moreira da Silva	33	Fortaleza	Pardo	Solteiro	7º ano – Ens. Fund.
Olga Benário	45	São Luís – MA	Parda	Casada	Nunca estudou
Patativa do Assaré	49	Fortaleza	Pardo	Casado	2ºano – Ens. Fund.
Princesa Diana	22	Fortaleza	Parda	União Estável	8º ano – Ens. Fund.
Raul Seixas	42	Salvador – BA	Negro	Solteiro	Ensino Médio completo
Rodolfo Teófilo	29	Fortaleza	Branco	União Estável	4º ano – Ens. Fund.
Raquel de Queiroz	43	Fortaleza	Branca	União Estável	3º ano – Ens. Fund.
Santos Dumont	49	Uruburetama – CE	Pardo	Separado	8ª ano – Ens. Fund.
Tom Jobim	40	Independência – CE	Pardo	Solteiro	Ensino Médio completo
Vinícius de Moraes	56	Barbalha – CE	Negro	Separado	Nível Superior
Virgulino Ferreira	*	Caucaia – CE	Negro	Solteiro	Analfabeto
<b>Total de entrevistados/as</b>	22				

Fonte: Elaborada pela autora.

\* não soube responder

Do universo de 22 entrevistas realizadas, apenas 04 mulheres se disponibilizaram a participar da pesquisa. Em todas as atividades realizadas no Centro POP, percebemos claramente um maior envolvimento dos homens nas atividades de grupo. Evidenciamos uma tendência de maior isolamento das mulheres em situação de rua (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

A Tabela 1 mostra que a população em situação de rua em Maracanaú é predominante do sexo masculino, com baixa escolaridade e que se declararam negras e pardas. De acordo com os dados coletados no Centro POP, dos 275 adultos/as atendidos/as, 35 são mulheres. A Pesquisa Nacional para População em

Situação de Rua/2009 identificou que 82% é formada por homens. Dessa forma, podemos evidenciar que tanto o universo de atendidos/as no Centro POP e os identificados na pesquisa nacional confirmam os resultados da pesquisa em curso no tocante à predominância do sexo.

Em conformidade com os relatos, ressaltamos que um dos motivos para a predominância do sexo masculino em situação de rua se dá pela cobrança da sociedade e da família referente ao papel historicamente atribuído ao homem como provedor das despesas domésticas. A sociedade brasileira ainda é marcada pela estrutura doméstica patriarcal, ou seja, uma centralidade na autoridade masculina. Os relatos expressam a cobrança em torno dos homens como provedores das despesas domésticas:

Não dá eu viver dentro da casa do senhor, não. A família do senhor é muito grande, mal dá para a gente comer, é quase 15 pessoas. [...]. Prefiro ir embora para as ruas. (Alan Kardec).

Saí de casa eu tinha 14 anos, problemas de família, meu pai morreu, ficou muito irmãos para a gente criar, inclusive era mais mulher. Minha mãe ficou na dificuldade. Então saí para ver se conseguia ajuda. Fui para as ruas. (Karl Marx).

Quando era criança já tinha que trabalhar para ajudar nas despesas na casa. Tinha que ajudar mesmo. Éramos pobres, e o salário do meu pai não dava. (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Em caso de separações entre casais, os homens acabam tendo a rua como a única alternativa, por não possuírem condições financeiras de custear outra moradia, como pode perceber:

Quando me separei não tinha dinheiro para alugar uma casa, então fui para a rua. (Patativa do Assaré).

Em 1987, quando nos separamos, fiquei um ano e quatro meses nas ruas. Na praça, no fórum. Não tinha muito perigo. Depois fui para a casa da minha mãe. Dormia na casa de amigos. Hoje, tô nas ruas de novo. (Carlos Chagas).

Quando me separei por causa da bebida. Era muita discussão e eu nunca bati nela, judiar com ela, nunca. Não deu certo. [...]. Tenho um filho de 23 anos e minha moça de 16 anos. Tá com 16 anos que eu me separei dela. Elas moram em Fortaleza. Estou desempregado. Não tenho mais condições de trabalhar também, tenho problemas de coluna, tenho um problema na mão. (Alan Kardec).

Quanto à cor, 54,54% dos/as participantes se declararam pardos e 9%, negros. Esse dado mostra uma pequena redução ao compararmos os resultados da Pesquisa Nacional, em que 67% se declararam negros e pardos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE /2010, a população brasileira é formada por 43,1% de pardos e 7,6% de negros. Podemos constatar que os dados refletem a realidade brasileira, na qual a maioria da população pobre é formada por negros e pardos. Esse cenário nos leva também a concordar com Lamamoto, quando diz “que a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais [...]”. (2007, p. 160).

No tocante à escolaridade, a Tabela 1 reflete a predominância da baixa escolaridade ou pessoas não alfabetizadas no universo da população em situação de rua em Maracanaú. A maioria dos relatos expõe que o motivo da baixa escolaridade é resultado da necessidade de trabalhar no período da infância ou na adolescência. Nenhum dos/as entrevistados/as se encontrava estudando no sistema regular de ensino, no período da realização da pesquisa. Apenas o entrevistado Raul Seixas realizava um curso pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, de eletricitista predial. Identificamos apenas um entrevistado com nível superior, o Vinícius de Moraes. Embora a baixa escolaridade seja uma característica predominante na população em situação de rua, existe um reconhecimento acerca da importância da escolarização, principalmente como condição para conseguir trabalho no mercado formal.

Não tenho estudo, se tivesse, eu tinha condições de trabalhar de carteira assinada. (Raquel de Queiroz).

O estudo é um medicamento para toda miséria. (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Os dados da nossa pesquisa são reflexos da realidade da população em situação de rua em todo o território brasileiro, como revelou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua/2009 que 74% dos entrevistados sabem ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome.

Diante do exposto, a baixa escolaridade e o analfabetismo são expressões da *questão social* na realidade brasileira, confirmado pelo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em

2013/14 (Unesco), em que o Brasil aparece em 8º lugar entre os países com maior número de analfabetos adultos, na totalidade de 150 países. Em 2012, o país contava com 13,2 milhões de analfabetos, de acordo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de acordo com dados do IBGE. A PNAD identificou que 7,2 milhões de pessoas que deveriam saber ler e escrever, com idade acima de dez anos de idade, concentram-se no Nordeste brasileiro.

Observando ainda a Tabela 1, metade dos/as participantes da pesquisa estão entre 41 a 60 anos de idade e 31,81% possuem entre 30 a 40 anos. No entanto, o número de jovens corresponde a 13,63% (18 a 29 anos). Segundo Lúcia Lopes, “as diversas pesquisas realizadas utilizam faixas etárias diferenciadas, mas, em termos gerais, a população em situação de rua encontra-se sobretudo entre 25 a 55 anos.” (2009, p. 149). De acordo com os dados do Centro POP, atendemos apenas quatro pessoas acima de 60 anos de idade, considerando a totalidade dos atendimentos até março de 2015. (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

No decorrer das entrevistas, dois atores sociais afirmaram estar em regime semiaberto atribuído pelo sistema judiciário. Não nos deteremos sobre esse tópico por compromissos éticos, mas não podemos deixar de mencionar que esta é uma questão extremamente importante, isto é, quando homens ou mulheres em cumprimento de pena encontram-se em situação de rua devido ausência de moradia ou porque os vínculos familiares estão rompidos. Não entrevistamos usuários/as que estão com pendências judiciais, porém possuímos relatos desta situação no nosso diário de campo. Essa realidade provoca muitas dúvidas nos/as profissionais do Centro POP, ou seja, quando os/as usuários/as solicitam informações sobre as normas judiciais, pois o profissional do Direito não compõe a equipe do Centro POP. O debate está sendo travado entre o Fórum da Rua e a Defensoria do Estado acerca dessa temática, mas os estudos ainda não estão concluídos, impossibilitando, dessa forma, a construção de ações voltadas para a resolução da problemática apresentada.

Em relação à naturalidade, os dados expressam que 68,18% são oriundos de Maracanaú ou de cidades fronteiriças, enquanto 13,33% são de outros estados e 22,72%, de outras cidades do Ceará. O Distrito Industrial e Centro de Abastecimento de Alimentos – CEASA contribuem para uma grande movimentação de pessoas oriundas de diversas cidades na busca de emprego e melhores



condições de vida. Desde a implantação do Centro POP, atendemos apenas um estrangeiro em situação de rua. (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Chama-nos a atenção o interlocutor Virgulino Ferreira, ao revelar que não sabe a própria idade, nem qual o cartório foi registrado e que nunca frequentou a escola. A sua fala, quando diz que “perdi todos os documentos, tenho só a vida” (VIRGULINO FERREIRA), retrata uma história de vida repleta de violações de direitos e negação da condição de cidadão. Relatou, ainda, ter receio das abordagens policiais, dada a ausência de documentação pessoal e que, por conta disso, não demora nas cidades antes de tornar-se conhecido pelos profissionais da segurança pública e da guarda municipal.

No Centro POP, é comum os/as usuários/as relatarem perdas ou roubos dos documentos. Nos arquivos da instituição, notamos a existência de uma grande quantidade de segundas vias de certidões de nascimento que foram enviados pelos cartórios, mas que os/as usuários/as não retornam para recebê-las ou a equipe não consegue localizá-los/as nos espaços urbanos. Seleccionamos algumas falas mais expressivas acerca dos motivos da ausência de documentos e das estratégias utilizadas para evitar perdas e roubos:

Mas já perdi várias vezes os meus documentos. Agora, guardo no meu armário<sup>12</sup> que tenho aqui, o meu é o 42. (Carlos Chagas).

Eu só tenho a certidão de casamento e título de eleitor, os outros se acabaram com a chuva. (Alan Kardec).

Guardei meus documentos numa mochila na casa de uma pessoa, quando voltei para pegar, a pessoa me disse que tinha jogado fora porque eu demorei a ir pegar, achou que eu tinha ido embora daqui. (Raquel de Queiroz).

Roubaram todos os meus documentos e certificados, mas graças ao Centro POP eu consegui minha certidão de nascimento, aí tirei a identidade, o CPF. Atualmente só não tenho a reservista que me roubaram. Roubaram também os certificados de cursos que fiz como o de primeiro socorro no corpo de bombeiro. (Karl Marx).

Apenas sete dos/as entrevistados/as possuem todos os documentos, e três deles/as não possuem nenhum documento. A tabela a seguir traz um

---

<sup>12</sup> O Centro POP oferece guarda de pertence, que se constitui em um armário individual com chave disponibilizado para aqueles/as que desejam utilizá-lo, de acordo com o manual de orientações técnicas do Centro POP.

mapeamento sobre a documentação dos/as participantes da pesquisa. As respostas são de múltiplas escolhas.

**Tabela 2 – População em situação de rua e seus documentos**

<b>TIPOLOGIA DOS DOCUMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE DE PESSOAS</b>
Carteira de identidade	6
Certidão de nascimento ou casamento	6
Cadastro de Pessoas Físicas – CPF	5
Título de eleitor	3
Carteira de trabalho	2
Reservista	4
Certificados escolares	2
Possuem todos os documentos	7
Não possuem documentos	3

Fonte: Elaborada pela autora.

Face à ausência da documentação, a equipe do Centro POP realiza constantemente buscas e encaminhamentos para a concessão da segunda via da Certidão de Nascimento gratuita. Porém, os cartórios só encaminham mediante as informações completas existentes no próprio documento, como número de ordem, folha e livro. Na ausência dessas informações, os cartórios encaminham ofícios ao Centro POP alegando a inexistência da documentação solicitada. O Centro POP é uma referência para população em situação de rua no tocante às orientações e aos encaminhamentos no acesso à documentação. (REGIA PRADO, Diário de campo), como podemos observar nas falas do Rodolfo Teófilo e Karl Marx:

Eu não tinha os meus documentos. É através daqui que estou sendo um cidadão. Conseguir tirar todos os meus documentos. Guardo no armário aqui.

Roubaram todos os meus documentos e certificados, mas graças ao Centro Pop eu consegui minha certidão de nascimento, ai tirei a identidade e o CPF. Só não tenho reservista.

A ausência da documentação pessoal constitui um dos motivos na negação dos direitos sociais à população em situação de rua, tendo em vista as “exigências formais” das políticas sociais e dos Programas Sociais de Transferência de Renda do Governo Federal. Essa realidade põe um enorme desafio à população em situação de rua e ao MNPR no sentido de forjar um debate junto ao Poder Público, visando a ações mais efetivas que assegurem o acesso à documentação

pessoal e, conseqüentemente, garantindo o acesso às políticas sociais e à condição de cidadão/a.

No decorrer das entrevistas, as narrativas sempre foram permeadas por emoções, mágoas, sonhos e lágrimas por parte dos/as atores sociais, sobretudo, porque são expressões de sofrimentos e resistências do *viver (das) nas ruas*. Os relatos e imagens expressam histórias de vidas repletas de diversas violações dos direitos numa sociedade marcada pela desigualdade econômica, social, étnico racial e ambiental, conforme apreendemos nos depoimentos que seguem.

Me sinto triste na minha vida. ((chora)) (Karl Marx).

Para a sociedade, somos vagabundas, ladrões. A gente deveria ser tratado todos iguais. É muita humilhação. (Raquel de Queiroz).

Não presta morar nas ruas, dói. ((chora)) (Vinicius de Moraes).

É vida difícil. Gostaria de sair dessa vida. Tô lutando para isso. (Raul Seixas).

Às vezes eu preferia morrer, do que tá sofrendo no meio do mundo. Sofro muito [...]. ((chora)) (Airton Sena).

Os relatos foram tratados com muito respeito e rigor científico por nossa parte, na condição de pesquisadoras, e, em muitos momentos, deixou-nos “à flor da pele, [...] um barco sem porto, sem rumo, sem vela [...]” (BALEIRO, 2014). Por outro lado, acreditamos que a pesquisa que ora se apresenta contribuirá no debate acerca da realidade da população em situação de rua, com o objetivo de superar as representações sociais pautadas no preconceito e discriminação. Ademais, ensejamos que a pesquisa contribua na intervenção profissional dos/as assistentes sociais e demais profissionais no âmbito das políticas sociais na perspectiva de garantir o acesso da população em situação de rua aos direitos sociais e a novos projetos de vida em Maracanaú.

## 2.5 O CAMPO DA PESQUISA

Maracanaú: Onde cantam as maracanãs<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Tipo de ave predominante na cidade.

Maracanaú é um município do Estado do Ceará, fazendo parte da Região Metropolitana de Fortaleza, de onde fica distante aproximadamente vinte quilômetros e possui áreas fronteiriças com outras cidades da Região Metropolitana da Grande Fortaleza, como podemos verificar no mapa a seguir.

**Mapa 1 – Região Metropolitana de Fortaleza**



Fonte: IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2010), Maracanaú possui a terceira maior população do Ceará, com 209.057 habitantes, ocupando 111,33 quilômetros quadrados, e uma estimativa populacional de 219,749 até o ano de 2014; seu Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 2.196.620.000,00 (IBGE, 2005) e o Produto Interno Bruto *per capita* é de R\$ 11.330,00 (IBGE, 2005). Vale ressaltar, ainda, que Maracanaú possui a segunda maior arrecadação de tributos e impostos sobre circulação de serviços do Ceará, ficando atrás apenas de Fortaleza.

Inicialmente, o primeiro nome da cidade de Maracanaú era Vila do Santo Antônio do Pitaguary, criado em 06 de maio de 1882, na condição de Distrito de Maranguape e, apenas em 1890 é que foi adotado seu atual nome. Em 1648, a cidade de origem indígena recebeu a visita de holandeses em expedição para explorar minas de prata na Serra de Maranguape e Taquara, os quais cartografaram as roças de mandioca e milho, bem como os caminhos indígenas.

O Movimento de Emancipação iniciou apenas 1953, com os tenentes Mário de Paula Lima e Raimundo de Paula Lima. A primeira emancipação ocorreu em 1962, tendo à frente o Padre José Holanda do Vale. Entretanto, a emancipação

durou pouco tempo, sendo interrompida com o Golpe Militar de 1964, que acabou com todos os municípios criados em 1962.

Outro fato que colaborou para o povoamento da cidade se deu com a inauguração da Estação de Ferro de Baturité no ano de 1875. Nos anos seguintes, o povoamento cresceu com a implantação de três instituições: o antigo Sanatório de Maracanaú (hoje Hospital Municipal); a Colônia Antônio Justa para pessoas com hanseníase e tuberculose (atualmente chamado de bairro Antônio Justa); e o Instituto Carneiro de Mendonça – Centro de Reabilitação de Menores (ficou conhecido na lenda popular como Santo Antônio do Buraco). Atualmente desativadas, convém colocar que essas instituições contribuíram significativamente, durante muito tempo, para uma visão estigmatizante e preconceituosa em relação à população de Maracanaú. A instalação dessas unidades de atendimentos na cidade foi motivada pelo distanciamento de Fortaleza e por uma política de segregação social e higienista da sociedade e das políticas públicas, principalmente as da saúde. Em algumas entrevistas, os atores sociais relacionavam o Hospital de Maracanaú ao Antigo Sanatório:

Fico no hospital, onde era o sanatório (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Às vezes eu vou me consultar no Hospital, onde era o Sanatório, aqui perto, mas demora o atendimento, falta médico (Chico Mendes).

Definitivamente, em 1983, Maracanaú emancipou-se de Maranguape por meio da ação política do Movimento Pela Emancipação de Maracanaú, um agrupamento de políticos ligados ao Movimento de Integração e Desenvolvimento de Maracanaú – MIDEMA.

No período de 1970 e 1980, a cidade cresceu vertiginosamente, principalmente motivada pela implantação do Distrito Industrial, construído no contexto da política de desenvolvimento industrial no Ceará, implantada pelo governador Virgílio Távora. Atualmente, o município conta com mais de 135 indústrias, numa área de 1.100 hectares, em diversos campos de atuação, tais como têxtil, metalúrgico, mecânico, papel e papelão, material elétrico, químico, dentre outros, gerando mais de quinze mil empregos diretos. Em função disso, a cidade desenvolveu uma grande concentração de atividades comerciais e de serviços, tais como bancos, supermercados, lojas e *shoppings*, além de um mercado informal extremamente ativo no centro da cidade. Vale ressaltar que o poder público,

historicamente, tem um papel ativo no processo de instalação das indústrias por meio de concessões de terrenos, isenções fiscais e outros incentivos.

Maracanaú é conhecida pelo potencial industrial que contribuiu decisivamente para o seu processo de urbanização de forma acelerada e desordenada, principalmente a partir dos anos de 1970. Atualmente, a cidade possui 99,3% da área geográfica marcadamente urbana e apenas 0,69% considerada rural, de acordo com dados do relatório Perfil Básico do Município/Maracanaú do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2010)<sup>14</sup>. O mesmo documento aponta ainda que 25.558 pessoas estão empregadas no setor de indústria e de transformação, enquanto 15.945 pessoas estão no setor de comércio e serviços, e as demais áreas somam 8.833 empregados formais.<sup>15</sup>

Em 1972, no governo de César Cals, foi inaugurada a CEASA, com o objetivo de centralizar a distribuição e venda de hortifrutigranjeiros no Ceará. A instalação desse equipamento contribuiu significativamente para a circulação de pessoas advindas de diversas cidades do Ceará e para uma movimentação de grandes negócios. A sua localização próxima a rodovias contribuiu também para uma grande movimentação de transportes e pessoas. Só no ano de 2012, foi comercializado um volume de mais de 500.000 toneladas de hortifrutigranjeiros. Atualmente, possui 1.679 produtores cadastrados, 268 empresas instaladas, 1047 permissionários não permanentes, área permissionada de 1.681 metros quadrados, 520 carregadores autônomos e 10.000 postos de trabalhos diretos.

O processo de industrialização e urbanização de Maracanaú não difere das demais cidades industriais, por isso, não possui uma agenda comprometida com interesses da coletividade e respeito ao meio ambiente. Ao contrário, a implantação do Polo Industrial contribuiu para o surgimento das diversas expressões da *questão social* em Maracanaú, a exemplo da população em situação de rua.

Aliás, a nossa aproximação com o campo de pesquisa nos possibilitou compreender como se configuram as diversas expressões da *questão social* em Maracanaú circunscrita em uma totalidade, bem como as diversas nuances do objeto em estudo. Para Gil Antônio (2002, p. 53), somente com a imersão na realidade é que podemos entender as regras, os costumes, as crenças e as

---

<sup>14</sup> Segundo o IPECE, a fonte dos dados é a Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

<sup>15</sup> Segundo o IPECE, a fonte dos dados é o Ministério do Trabalho.

conversões que regem o grupo estudado. A proximidade com o campo nos colocou frente a frente com o objeto em estudo.

As fotografias pertencentes à página seguinte retratam as condições aviltantes em que homens e mulheres são submetidos cotidianamente nos diversos espaços da cidade de Maracanaú. Os atores sociais da pesquisa apontaram diversos lugares como espaço de moradia e/ou sustento, são eles: CEASA (Fotografia 1), Praça da Estação (Fotografia 2), alpendre da sede do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan (Fotografia 3), Jardim do Hospital, calçada da Igreja da Matriz, Praça do Restaurante Popular, calçada da supermercado Frangolândia, antigo Mercado Central, Praça da delegacia, casas e prédios abandonados, calçadas do Bradesco e Banco do Brasil, Lagoa da Boa Vista e Rua do Trilho (próxima a estação do metrô).

Os relatos da pesquisa expressam que a escolha de um determinado espaço é feita a partir das demandas de cada indivíduo, bem como as possibilidades que os lugares oferecem na garantia de satisfazer as necessidades humanas, como: acesso ao trabalho e à renda, o mínimo de segurança, acesso a higiene pessoal, alimentação, proteção da chuva e frio, laços de solidariedade, lazer e proximidade com as instituições governamentais e não governamentais existentes no município.

### **Fotografia 1 – Parte interna da CEASA**



Fonte: Elaborada pela autora.

### Fotografia 2 – Praça da Estação



Fonte: Elaborada pela autora.

### Fotografia 3 – Alpendre da sede do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan



Fonte: Elaborada pela autora.

Fico no cemitério porque lá é calmo, só fico lá, não gosto de ficar onde tem muita gente. Sou na minha. (Luís Gonzaga).

Durante o dia, eu fico no Hospital, sentado nas cadeiras onde as pessoas ficam aguardando a hora da visita dos parentes. Durante à noite, fico no Hospital na parte de trás, perto da capela, no estacionamento das ambulâncias. Os funcionários que arrumaram eu ficar lá. Quando tava doente e internado, fiz muitas amizades lá. Eu não podia andar, eu disse que não tinha lugar certo para ficar, então o segurança F. ajeitou para eu ficar lá. Ele arranhou colchão, quando é pela manhã eu guardo. (Karl Marx).

Durante o dia fico andando por ai. Gosto de ficar no Hospital durante a noite. Conheço o guarda e ele gosta de mim, deixa eu ficar na recepção. Então fico na recepção fazendo de conta que eu vou ser atendido. Fico lá assistindo televisão e cochilando. (Raul Seixas).

Fico no alpendre que tem na delegacia, na calçada, é mais reservado. É melhor para minha segurança e não pego chuva. (Raquel de Queiroz).



Fico no hospital. Durante o dia, junto as mangas e cajus para vender. À noite fico por lá também. O pessoal de lá é muito acolhedor. Eles perguntam “você já jantou, eu vou pegar janta para você”. É quase o meu hotel. Eles que me falaram do Centro POP, para vir aqui contar minha situação. (Carlos Chagas).

*A priori*, a ideia era realizar as entrevistas nos diversos espaços urbanos em que os indivíduos utilizam como moradia e/ou sustento em Maracanaú. Porém, durante o processo da pesquisa, percebemos que os resultados poderiam ficar comprometidos, haja vista a grande movimentação de pessoas e as interferências de barulho que pudesse comprometer o sigilo das informações e a qualidade da gravação.

Diante disso, realizamos as entrevistas numa sala pertencente ao Centro POP, garantindo o sigilo das informações e as condições necessárias que evitassem interferências externas. Ademais, o Centro POP se constitui como um espaço de referência e que faz parte do cotidiano da população em situação de rua em Maracanaú. Portanto, não encontramos dificuldades em desenvolver as entrevistas e elaborar um denso diário de campo, haja vista a nossa proximidade com o campo da pesquisa.

Gosto muito daqui. Fico feliz quando eu estou aqui. (Raquel de Queiroz).

Não tenho que reclamar, só tenho agradecer ao Centro Pop. Vocês são pessoas legais, gente boa. (Raul Seixas).

Aqui, vocês são pessoas muito legais, não trata a gente com preconceito. Gosto muito de vocês. É uma referência para mim. Não tenho nem como dizer, jamais pensei em encontrar um serviço desses. Eu nem sabia que existia, quem me falou foi o C., sou grato a ele por esse favor. (Moreira da Silva).

A pesquisa se propõe a mergulhar nas falas no “meio das ruas” (VINÍCIUS DE MORAES), com intuito de apreender a realidade da população em situação de rua a partir dos percursos, vivências e estratégias visando à satisfação das necessidades humanas no cenário das desigualdades econômicas, sociais, culturais em Maracanaú.

Partimos do pressuposto que o fenômeno população em situação de rua é inerente ao modo de produção capitalista, portanto, faz-se necessário discutirmos essa relação inserida nos processos capitalistas.

### 3 GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL, PROCESSOS CAPITALISTAS E A REALIDADE BRASILEIRA

Aonde leva essa loucura. Qual é a lógica do sistema. Onde estavam as armas químicas o que diziam os poemas, afinal de contas? O que nos trouxe até aqui, medo ou coragem? Talvez nenhum dos dois sopra o vento um carro, passa pela praça e já foi... já foi. Por acaso eu fui à luta... Eu quis pagar pra ver. (Humberto Gessinger)

O trecho da música nos instiga a refletir sobre a lógica do sistema capitalista que, historicamente, tem sido construído sob a égide da exploração da vida humana e do desrespeito ao planeta. Ao longo do tempo, os processos capitalistas têm revolucionado todas as dimensões da vida humana, no sentido de colocá-las a favor da concentração do capital em poucas mãos, sendo a classe trabalhadora que mais tem sofrido os efeitos deletérios dos processos capitalistas, que se expressam nas diversas expressões da *questão social*.

Dessa forma, o debate da categoria *questão social* possui um lugar preponderante no trabalho em curso por considerá-la indissociável do modo de produção capitalista, com ressonâncias deletérias no cotidiano da classe trabalhadora. Vale lembrar que a categoria *questão social* não é analisada no universo das obras de Marx, mas tomaremos as suas análises como ponto de partida para compreender a gênese da *questão social* como resultado incontestável do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, propomos realizar a discussão em três momentos, divididos entre si por questões meramente metodológicas. No primeiro, o nosso movimento é apreender o processo da acumulação primitiva do capital e sua influência sobre o destino da classe trabalhadora, no qual se gesta a *questão social*. No segundo momento, discutiremos as principais configurações capitalistas no cenário mundial e suas inflexões na realidade brasileira. Por último, apontaremos o debate em torno das análises da categoria *questão social* na contemporaneidade e suas influências nas produções acerca do fenômeno da população em situação de rua.

### 3.1 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL E A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL: ELEMENTOS FUNDANTES

A história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.<sup>16</sup>

A epígrafe nos aponta para a reflexão de que o movimento sócio-histórico do modo de produção capitalista tem sido marcado pela exploração do homem pelo homem, ao longo dos anos. É nesse processo que o fenômeno população em situação de rua é uma das expressões da *questão social* inerente ao processo de acumulação primitiva do capital.

Para Marx, “a acumulação do capital não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida.” (2013, p. 785). O processo de acumulação do capital pressupõe a separação entre o trabalhador e os meios de produção na realização de mercadorias. Nas palavras de Marx, “[...] o sistema inteiro da produção capitalista baseia-se no fato de que o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria.” (MARX, 2013, p. 503).

Portanto, a “assim chamada acumulação primitiva” diz respeito ao processo histórico de separação entre o trabalhador e os meios de produção. É “primitiva” porque se constitui a pré-história do capital e do seu modo de produção (MARX, 2013). O processo de acumulação primitiva exigia um leque de condições necessárias, sendo o trabalhador livre uma delas, que só foi possível com a dissolução do modo de produção feudal. O fim da sociedade feudal<sup>17</sup> significou a libertação dos trabalhadores da servidão e das relações desumanas típicas desse regime.

Países da Europa, como a Inglaterra, nos séculos XV e primórdios do século XVI, deram início a uma sequência de transformações econômicas, sociais e políticas que garantiram a sustentação do livre comércio e, posteriormente, o surgimento das primeiras fábricas. Com o intuito de alavancar o modo de produção

<sup>16</sup> Trecho do livro *O capital*, Karl Marx (2013, p. 787).

<sup>17</sup> A sociedade feudal se estruturou na Europa por volta do século XI, fincada nas relações sociais entre os senhores feudais e os servos. Os servos recebiam as terras para morar e produzir e, em troca, eram obrigados a pagar uma renda de valor altíssimo pelo que colhiam. Aos servos era destinado o trabalho árduo para sustentar materialmente toda a sociedade. Nesse regime, o excedente produzido pelos servos era expropriado pelos senhores feudais por meio da violência e coesão. (HUBERMAN, 1986)

capitalista, os primeiros burgueses cercaram as propriedades e expulsaram camponeses para a cidade, demoliram suas moradias violentamente, sob a alegação da necessidade de uma massa de proletariado absolutamente livre para o sistema produtor de mercadorias. Ainda no século XVI, a burguesia confiscou o patrimônio da Igreja, que naquela época, era detentora de grande parte da base fundiária inglesa, bem como desapropriou os bens do Estado. Os pequenos proprietários, que antes produziam para o seu próprio consumo e de sua família, foram obrigados a suprir suas necessidades no mercado mediante a venda da força de trabalho aos novos donos do capital. Segundo Marx:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. [...] (MARX, 2013, p. 787/788).

De fato, todo esse processo garantiu a oferta de mão de obra livre necessária às indústrias que emergiam nas cidades urbanas, possibilitando condições necessárias ao desenvolvimento da sociedade capitalista. “[...] Foi a subordinação da terra às necessidades de uma população urbana em rápida expansão. [...]”. (POLANYI, 2012, p. 201). Além disso, a expulsão dos camponeses para as cidades possibilitou um mercado interno de consumidores para os bens materiais, porém não eliminou a relação de submissão do trabalhador ao capital. Nas palavras de Marx, “tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre”. (2013, p. 804).

Os camponeses expulsos de suas terras e obrigados a venderem a sua força de trabalho viviam sob uma rigorosa disciplina, péssimas condições de vida e de trabalho, além de baixos salários. Vale ressaltar que, como os camponeses eram acostumados com o modo de vida da subsistência no campo, muitos tinham dificuldades em se adaptar à nova disciplina burguesa. Em caso de recusas ao trabalho imposto pela necessidade feroz da acumulação do capital, a burguesia

contava com uma forte legislação<sup>18</sup> de punição com o apoio do Estado no controle excessivo da vida da classe trabalhadora. Segundo Polanyi, “a mendicância era severamente punida; a vagabundagem era uma ofensa ao capital [...]”. (2012, p. 94).

Na realidade, os capitalistas expandiam seu capital com o crescimento do mercado e com a exploração do proletariado, que vivia no pauperismo e na alienação do trabalho. Nas palavras de próprio Marx,

[...] O capital não tem por isso, a mínima consideração pela saúde do trabalhador e duração da vida do trabalhador, [...]. Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro). [...]? (2013, p. 342).

Os trabalhadores livres arrancados das terras e não absorvidos pelas fábricas ou que não se adaptavam à nova disciplina, transformavam-se em mendigos, pedintes, ladrões, desocupados e vagabundos que perambulavam pelas ruas. Segundo Marx:

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (MARX, 2013, p. 705).

Contudo, essa população trabalhadora excedente, apesar de não ser absorvida pelo capital, transforma-se em base da acumulação capitalista na medida em que representa uma reserva de mão de obra, capital variável em potencial. Ainda de acordo com Marx:

Uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como ele o tivesse criado por sua conta própria. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. [...]. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, convertem-se num dos mais energéticos agentes de sua reprodução. (MARX, 2013, p. 707).

---

<sup>18</sup> A exemplo da Lei dos Pobres (1861), que decretou que os pobres capacitados deveriam trabalhar para ganhar seu sustento e a Igreja deveria providenciar esse trabalho.

O movimento de acumulação do capital não se contenta com o volume da força de trabalho advinda do crescimento natural, pois necessita de um excedente de trabalhadores independentemente de condições naturais. Em Marx, a “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”. (2013, p. 690). Nesse sentido, é necessário um exército industrial de reserva, trabalhadores disponíveis condenados obrigatoriamente ao ócio e que está sempre disponível à exploração em qualquer tempo pelos detentores do capital. “[...] É a condição de existência do modo de produção capitalista [...]”. (MARX, 2013, p. 707). De acordo com Harvey:

O que Marx chama de “exército industrial de reserva” é, portanto, uma condição necessária para a reprodução e a expansão do capital. Esse exército de reserva deve ser acessível, socializado e disciplinado, além de ter as qualidades necessárias (isto é, flexível, dócil, manipulável e qualificado quando preciso). Se essas condições não forem satisfeitas, então o capital enfrenta um sério obstáculo à acumulação contínua. (2011, p. 53).

A superpopulação relativa garante a lei da oferta e da demanda de trabalho, portanto, mantém os salários baixos e o domínio do capital sobre o trabalhador assalariado. Ocorre que:

O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro lado, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo em que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e da oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital. (MARX, 2013, p. 715).

Marx define ainda o *lumpem proletariado*, na obra “O dezoito Brumário de Luís Bonaparte” (2008, p. 73), como uma categoria sem uma classe definida e desintegrada, sem consciência política, composta por vagabundos, trapaceiros, desordeiros, presidiários libertos. Embora essa classe não possua consciência política, pode se manifestar de diferentes formas de resistência, contestando a sua situação de miséria e a ordem vigente.

A classe trabalhadora assalariada e o contingente de mão de obra disponível viviam numa situação de pauperismo absoluto, espalhados por toda a

Europa Ocidental, tornando visível uma latente *questão social*, no final do século XVIII.

O capitalismo necessita permanentemente do *exército industrial de reserva*, ou seja, um contingente de proletários sobrantes, não absorvidos pelas indústrias, como uma estratégia fundamental no circuito da acumulação do capital. É nesse contexto que surge a população em situação de rua, como resultante das desigualdades sociais gestadas na relação capital e trabalho. As raízes da *questão social* são resultadas da situação de pobreza da classe trabalhadora advinda da exploração desmedida do capitalista e pela sua pressão na disputa pela riqueza socialmente produzida.

Diante disso, concordamos com Lúcia Lopes (2011, p.27) quando afirma que a história do fenômeno população em situação de rua remonta ao período das sociedades pré-industriais no contexto da acumulação primitiva do capital. Então, constatamos que a população em situação de rua não é um fenômeno novo, mas, com as constantes configurações capitalistas e o aprofundamento do desemprego, ampliou-se e ganhou uma maior visibilidade na contemporaneidade. Nesse sentido, discutiremos as configurações e seus rebatimentos na *questão social*, articulando o debate ao fenômeno em estudo.

### 3.2 PERCURSOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO CAPITALISMO MUNDIAL E AS INFLEXÕES NA *QUESTÃO SOCIAL*

[...]. Eu sou sujo. Eu sou feio. Eu sou antissocial. Eu não posso aparecer na foto do cartão postal. Porque pro rico e pro turista eu sou poluição. Sei que sou um brasileiro, mas eu não sou cidadão. Eu não tenho dignidade ou um teto pra morar. E o meu banheiro é a rua, e sem papel pra me limpar. Honra? Não tenho. Eu já nasci sem ela. (Gabriel Contino).

Como vimos, o processo de acumulação primitiva do capital garantiu a força de trabalho assalariada livre para as indústrias que emergiam nas cidades, constituindo uma forma de garantir os lucros e a expansão de capital para a burguesia. Esse movimento do capital significou a degradação da relação entre o homem e a natureza, tornando o trabalhador com um apêndice das máquinas e subordinando às exigências do capital.

Na realidade, o Modo de Produção Capitalista historicamente tem exigido a precarização do trabalho como condição para sua própria reprodução. Assim, imprescindível apreender as constantes transformações do capitalismo, no sentido de David Harvey, “compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua estranha lógica de comportamento é, portanto, fundamental para entendermos as condições em que vivemos.” (2011, p. 7).

Nesse sentido, pretendemos debater as constantes configurações capitalistas na perspectiva de compreender a produção e reprodução das expressões da *questão social*, a exemplo do fenômeno da população em situação de rua inerente às configurações do capitalismo.

No sentido de retratar as configurações do capitalismo contemporâneo, tomamos, como ponto de partida, o período sócio-histórico que demarcou o Estado keynesiano-fordista, que predominou desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970; em seguida, destacamos alguns elementos da implantação do ideário neoliberal nos anos 1973/1974 até os dias atuais, em tempos de crise estrutural do capital.

Ao/a leitor/a, explicamos que a decisão pelo recorte sócio-histórico foi feita por reconhecer que os períodos aludidos anteriormente são os mais expressivos para a classe trabalhadora, principalmente o período compreendido entre os anos de 1980 ao tempo presente. Nos termos de Giovanni Alves, são os “trinta anos perversos, marcados pela intensa ofensiva do capital na produção e o aprofundamento da super exploração da força de trabalho.” (2013, p. 33).

O cenário mundial do século XX era avassalador, pois a sociedade capitalista atravessava uma grave crise econômica marcada pela Grande Depressão dos anos 1929 a 1932, além dos efeitos deletérios da Segunda Guerra Mundial. Convém lembrar que esse período foi palco de fortes tensionamentos advindos do movimento operário, o qual, sob a forte influência dos ideários comunistas e em resposta à situação de pobreza em que vivia a classe trabalhadora, exigia de forma decisiva a ampliação da atuação do Estado em diversas esferas, rompendo definitivamente com o pensamento liberal<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> O pensamento liberal é uma doutrina filosófica e econômica que teve início com o fim da sociedade feudal, nos meados dos séculos XIX até o século XX, cujos principais teóricos foram David Ricardo e principalmente Adam Smith. O liberalismo fundamentava-se nos princípios do individualismo, dos direitos naturais, trabalho como mercadoria e do mercado livre como centro da sociedade.



O Estado passou a intervir intensamente na esfera da produção e do consumo, assumindo o papel de regulamentador e financiador por meio do repasse de recursos públicos para o setor privado, com o objetivo de garantir a acumulação do capital e o atendimento a uma pauta de reivindicações da classe trabalhadora por meio da oferta de serviços públicos, favorecendo a construção de um moderno conceito de proteção social, chamado de “*Welfare State*” ou “Estado de Bem-Estar Social”.

Tomando como referência as análises de Montaño e Duriguetto (2011, p. 57-58), a saída da crise se deu pela intervenção estatal na economia, com o aumento do gasto público mediante a implantação de uma rede de serviços e políticas sociais; a emissão de maior quantidade de dinheiro ampliando o capital em circulação; uma reforma da tributação por meio de aumento de impostos; a redução da taxa de juros como forma de desestimular a atividade especulativa; o investimento nas atividades produtivas e comerciais, visando ao aumento de taxa de emprego e ampliando o consumo massivo; e, finalmente, a adoção de política do pleno emprego pela regulação Keynesiana.<sup>20</sup>

Na esfera da produção, ocorreram intensas transformações mediante a reorganização da produção e gestão do trabalho, denominado de taylorista/fordista. Dentre elas, elencamos a produção em série e em massa, com vistas ao consumo massivo, e uma rígida divisão das tarefas entre os trabalhadores, garantindo o aumento da produção em menos tempo. O trabalho parcelado e em série são as principais características desse modelo, acarretando o distanciamento do trabalhador com o produto final.

Nesse cenário, não podemos deixar de mencionar a hegemonia das indústrias norte americanas, principalmente nos setores automotivos e bélicos, que têm, como pano de fundo, a relação de compra de matérias-primas de países não comunistas e dependentes, fato este que contribuiu decisivamente para torná-los referência mundial até os dias atuais, constituindo o verdadeiro imperialismo.

---

<sup>20</sup> A política do pleno emprego ou keynesiana foi proposta por John Maynard Keynes (Inglaterra, 1883-1946), conviveu em meio a fortes crises e duas guerras mundiais. Esse cenário influenciou o seu pensamento e a sua prática política, comprometida com os interesses da burguesia como membro do Partido Liberal Inglês. Keynes foi um dos principais defensores da intervenção estatal como estratégia para corrigir os problemas do mercado, conhecido também como o “Estado de Bem-Estar Social” ou “*Welfare State*”. A política do pleno emprego se constitui como um pilar fundamental no processo de acumulação/regulação do modo fordista/Keynesiano. Vale ressaltar que a estratégia do pleno emprego com o incentivo do Estado garantiu o aumento da capacidade de consumo da classe trabalhadora.

As transformações capitalistas trouxeram inflexões severas no processo organizativo da classe trabalhadora, como desmobilização e cooptação pelo viés corporativista na relação do Estado e do empresariado com o movimento sindical. Segundo Netto e Braz (2012), ao longo dos anos 1960 e no início de 1970, o peso do movimento sindical aumentou significativamente nos países centrais, demandando não somente melhorias salariais, mas também contestando a organização da produção taylorista-fordista. Na realidade, a pressão da classe trabalhadora não conseguiu imprimir uma nova ordem societária em contraposição ao modelo capitalista, mas com certeza contribuiu de forma significativa na ampliação da intervenção do Estado na *questão social* por meio da oferta de uma gama de serviços públicos em diversas áreas, como saúde, habitação, educação, construção de estradas, dentre outras. David Harvey expõe que “[...] a condição para o fornecimento de bens coletivos dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo.” (2012, p. 133), o que tornava a proposta keynesiana financeiramente viável.

Em meados dos anos 1970, os princípios keynesianos, o *Welfare State* e os padrões fordistas foram ineficientes para conter mais uma crise do capitalismo. Os primeiros sinais de crise são desvelados por meio de estagnação da economia, endividamento do Estado, altos índices inflacionários e aumento do desemprego. O fio condutor da crise está na superprodução global sem mercado consumidor, reduzindo assim a taxa de lucros. O trágico colapso do sistema econômico é resultado também de uma crise fiscal do Estado devido ao aumento do gasto público, à redução dos postos de trabalho e a uma acentuada queda na arrecadação tributária, o que novamente exigia mudanças na esfera de produção e do consumo. A crise deu-se também pela rigidez no processo produtivo fordista, que prejudicava a acumulação crescente do capital. De fato, o modelo fordista-keynesiano não foi capaz de apontar saídas definitivas às contradições inerentes ao próprio capitalismo.

Diante disso, o setor empresarial, impulsionado por um mercado extremamente competitivo e ávido por lucros, adotou um leque de medidas na esfera da produção e do consumo baseado no método japonês, também chamado de toyotismo.<sup>21</sup> O referido modelo tem como pilares a flexibilização na contratação

---

<sup>21</sup> O toyotismo ou modelo japonês surgiu em um novo contexto mundial a partir da expansão dos “Tigres Asiáticos”, constituindo, juntamente com o Japão, uma nova potência mundial. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 183/184).

da força de trabalho por meio de contratos temporários, terceirizações, empresas mais enxutas e desregulamentação dos direitos trabalhistas. As empresas passam a responder demandas particularizadas de consumo, findando a produção em série e em larga escala.

O modelo fordista-toyotista trouxe intensas transformações na produção, com a adoção de inovações tecnológicas baseadas na robótica e da informatização nos pátios industriais, contribuindo de forma significativa na redução dos trabalhadores e na ampliação do exército industrial de reserva, reduzindo drasticamente o valor da força de trabalho. Segundo David Harvey, “a desvalorização da força de trabalho sempre foi resposta instintiva dos capitalistas à queda dos lucros” (2012, p. 179). O autor alerta ainda que as novas tecnologias contribuíram para o aumento da remuneração de trabalhadores com habilidades técnicas e gerenciais, o que contribui ainda mais para a desigualdade de renda entre a classe trabalhadora.

Com efeito, vivenciamos o enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora frente aos empregadores. Não se trata de concordar com o pensamento da inexistência da luta de classes; de fato, o que vem ocorrendo é perda do potencial político, principalmente em tempos atuais, como muito bem expõe Montaño e Duriguetto:

O aumento do poder monopolista vai acompanhado de uma redução do poder do trabalhador: desorganização, desmobilização, segmentação, descrédito. Sendo falsa a afirmação da extinção das lutas de classes, não é errada a constatação de que elas têm-se redimensionado a partir de uma significativa retração dos seus impactos sociais e políticos. (2011, p. 218).

Essa reconfiguração do panorama mundial contribuiu para o amortecimento das lutas de classes e para a consolidação do capitalismo como único sistema viável, principalmente com a derrocada do Leste Europeu nos anos 1980. No tempo presente constatamos uma persistência dos antagonismos sociais na relação entre o capital e trabalho nas sociedades capitalistas. Sobre essa questão, Braz afirma que:

Não há capitalismo sem lutas de classes. Enquanto as forças do capital predominarem no comando da produção social, as forças do trabalho se insurgirão, de algum modo, para lutar contra a apropriação privada que está na base das relações sociais capitalistas. Ao mesmo tempo em que é sua contraface indesejada, as lutas de classes funcionam como dínamo que

impulsiona as forças do capital para inovações que se voltam contra o trabalho. Capitalismo é luta de classes. Enquanto aquele existir, esta persistirá. (2012, p. 481).

Em momentos de aprofundamento das crises, a classe dominante constrói novos espaços de acumulação do capital e manutenção da ordem vigente, como o projeto neoliberal, que surge como reação frente à crise do *Welfare State*. Para os neoliberais, o endividamento do Estado deu-se pela sua excessiva intervenção no mercado e na sociedade, portanto, é o maior responsável pelas desgraças e pelos infortúnios que afetam a sociedade.

Nesse período, os Estados Unidos deixaram de ser a única potência mundial de referência como no mundo pós-guerra, outros países como Japão e Alemanha se afirmaram no cenário internacional na disputa por novos mercados consumidores. Para David Harvey, “o resultado foi a reorganização violenta e implacável e a deslocalização da produção em todo o mundo.” (2011, p. 35). No entanto, esse fato não representou que os Estados Unidos perderam a influência e poder político, científico, econômico, militar e ideológico.

As primeiras experiências neoliberais foram nos Estados Unidos e Inglaterra. Em seguida, os organismos internacionais impuseram o ideário neoliberal aos países dependentes do capital internacional, a exemplo dos países da América Latina. Assim, no início do século XXI, a agenda econômica e política da América Latina girou em torno das orientações macroeconômicas do Consenso de Washington<sup>22</sup> e do FMI.

Os países capitalistas centrais estavam sufocados pelo endividamento do Estado, pela ausência de novos espaços para reprodução e queda da lucratividade. Dessa forma, os governos de diversos países da América Latina, sob as orientações de organismos internacionais como o FMI, adotaram medidas de (contra) reforma do Estado, vital para a recomposição da acumulação financeira das grandes potências.

Para tanto, o Estado adotou medidas como liberalização, flexibilização e desregulamentação dos mercados nacionais como estratégia de absorver a

---

<sup>22</sup> O Consenso de Washington consistiu em uma série de diretrizes consensuadas numa reunião em 1989, na capital dos Estados Unidos, com o objetivo de discutir as reformas necessárias para a América Latina, visando resolver a crise da estagnação econômica. As principais diretrizes neoliberais eram disciplina fiscal, redução dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura, liberalização financeira, fim de restrições das instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais, afastamento do Estado da economia, liberalização para o comércio exterior, eliminação de restrições ao capital externo, privatização de empresas estatais, flexibilização das legislações econômicas e das relações trabalhistas.

produção excedente das potências mundiais como saída necessária à crise capitalista. Esse movimento acarretou o aumento da competição internacional e inter-regional, com consequências mais severas para países e regiões mais pobres. “Os capitalistas estão produzindo excedentes na forma de lucro. Eles são forçados pela concorrência a recapitalizar e investir uma parte desse contexto em expansão. Isso exige que novas saídas lucrativas sejam encontradas.” (HARVEY, 2011, p. 30).

Nesse sentido, as constantes configurações capitalistas, principalmente após os anos 1970, transformaram o cenário mundial das esferas econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais numa velocidade voraz. Vale lembrar que o único impulso de todas as transformações capitalistas é o de criar ambiência favorável ao aprofundamento da exploração da classe trabalhadora e à acumulação desmedida do capital.

Esse quadro implica um maior esforço em analisar o capitalismo no tempo presente ou, nos termos de Mézaros, ‘crise estrutural do capital’. Para o estudioso, “a questão é que o capitalismo experimenta hoje uma profunda crise, impossível de ser negada por mais tempo, mesmo por seus porta-vozes e beneficiários [...]” (2011, p. 32).

Mundialmente, assistimos à expansão monopolista, ou seja, a fusão entre o capital industrial e bancário, dando origem ao domínio do capital financeiro em escala mundial. Vive-se a mundialização do capital que consiste na integração internacional por meio da liberalização e desregulamentações necessárias à mobilidade do capital para as transações financeiras. Conforme Netto e Braz, “para o capital, o que interessa é sua livre mobilidade.” (2012, p. 241). Essa lógica é sustentada por grandes corporações transnacionais aliadas às instituições financeiras, como os bancos, os fundos de pensões e as seguradoras. É dinheiro que gera dinheiro. Segundo Marx, “[...] o dinheiro é, ele próprio, uma mercadoria, [...]” (2013, p. 206). Resumindo, a mercadoria é dinheiro e dinheiro é mercadoria na sociabilidade capitalista.

Nessa direção, Harvey (2011) afirma que o capital não é uma coisa, mas um processo no qual o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. Dessa forma, a circulação do capital solapou o capital industrial. Para o autor, “há, contudo, outra motivação para reinvestir. O dinheiro é uma forma de poder social que pode ser apropriado por particulares. Além disso, é uma forma de poder social que não tem limites inerentes [...]” (HARVEY, 2011, p. 43).

A ofensiva do grande capital contra a classe trabalhadora colaborou para o aprofundamento do desemprego e do enfraquecimento das correlações de forças na disputa contra as classes dominantes. Para Giovanni Alves, “[...] o capitalismo global explicita cada vez mais que é incapaz de realizar promessas de bem-estar e emprego decente para bilhões de homens e mulheres assalariados.” (2011, p. 39).

No tempo presente, o capital produz seus próprios limites intrínsecos à medida que sobrepõe o econômico acima da própria existência do ser humano e ameaça a vida do planeta. A retórica do discurso ideológico hegemônico, como disse Karl Marx, “[...] o dinheiro é desprovido de limites, quer dizer, ele é representante universal da riqueza material, pois pode ser imediatamente convertido em qualquer mercadoria. [...]” (2013, p. 206). O modo de produção capitalista busca incessantemente a recomposição do capital, para Mézaros:

A consciência dos limites do capital tem estado ausente e em todas as formas de racionalização de suas necessidades reificadas, e não apenas nas versões mais recentes da ideologia capitalista. Paradoxalmente, contudo, o capital é agora compelido a tomar conhecimento de alguns desses limites, ainda que, evidentemente, de uma forma necessariamente alienada. Pelo menos agora os limites *absolutos* da existência humana – tanto no plano militar como no ecológico – têm de ser avaliados, não importa quão distorcidos e mistificadores sejam os dispositivos de aferição da contabilidade socioeconômica capitalista. Diante dos riscos de uma aniquilação nuclear, por um lado e, por outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana. (2011, p. 57, grifo do autor).

Assistimos cotidianamente à degradação da natureza mediante uma relação cada vez mais destrutiva com os recursos naturais. O Homem e a Natureza sempre se relacionaram, o que se modifica historicamente é essa relação. Para Marx, “o trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível*.” (2010, p. 81, grifos do autor). Ainda citando Meszáros,

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar ‘avanço’ de *destruição*, nem progresso de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de se sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante. O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a ‘economia’ da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os limitados recursos do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição* e pelo *envenenamento do meio*

*ambiente humano*, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. (MESZÁROS, 2011, p. 7, grifo do autor).

O tempo presente expõe a população, principalmente nos países mais pobres, às consequências deletérias advindas dos fenômenos naturais como resultado da degradação da natureza; como exemplos: podemos citar as secas, as inundações, a poluição dos rios e mares, os desmatamentos das florestas, a poluição do solo pelo uso abusivo de agrotóxicos, além da matança indiscriminada e o tráfico de animais. A relação homem-natureza construída historicamente nos aponta para um cenário extremamente dramático e sem boas perspectivas futuras, sobretudo frente aos desastres naturais que vivenciamos cotidianamente advindos da busca incessante da acumulação do capital em detrimento da qualidade de vida humana. Como expõe Iamamoto:

O capital, em seu movimento de valorização, *produz a sua invisibilidade do trabalho e a banalização do humano*, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso. Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje, impensáveis sem a ativa intermediação do Estado capitalista e das políticas econômicas e sociais implementadas. *Ampliam-se, ao mesmo tempo, as fissuras e contradições entre as classes e o espectro de suas lutas, crescem as disparidades de gênero, geração, etnias, regiões, e meio ambiente, que enraizadas nas particularidades nacionais, impõem novas determinações históricas à produção e reproduções das relações sociais.* (2007, p. 54, grifo da autora).

Essa realidade contribui significativamente para o acirramento da *questão social*, sobretudo porque o capitalismo intensifica a exploração sem respeito à vida humana, ampliando as desigualdades sociais. Para David Harvey (2011, p. 28), “A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais.”

De acordo com o Relatório de Tendências Mundiais de Emprego, da Organização Internacional do Trabalho (OIT/2014), o número de desempregados no mundo aumentou para cinco milhões de pessoas somente no ano de 2013. Assim, o número de pessoas sem emprego chega aos 202 milhões, o que representa uma taxa de desemprego mundial de 6%. Para a OIT, caso a tendência atual se mantenha, o desemprego mundial continuará piorando e poderá chegar a 215 milhões de pessoas até o ano de 2018. Os dados demonstram que o pleno desenvolvimento do capitalismo produz cada vez mais um contingente de homens e

mulheres desempregados ou no mercado informal em condições extremamente precárias e sem garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários. Segundo Giovanni Alves:

A crise de valorização do capital nas condições da hiperindustrialização capitalista em escala global trata-se de um paradoxo crucial do nosso tempo histórico. Apesar do crescimento do capital acumulado, por conta do crescimento da extração da mais-valia em escala global, presenciamos hoje, nos últimos trinta anos, uma crise crônica do capitalismo mundial, incapaz de garantir crescimento sustentável e preservação dos direitos sociais do mundo do trabalho. (2013, p. 52).

O autor alerta ainda que a “crise estrutural do capital não significa a estagnação e colapso da economia capitalista mundial, mas sim a incapacidade do sistema produtor de mercadorias em realizar suas promessas civilizatórias.” (ALVES, 2013, p. 40). A conjuntura atual tem sido marcada pelo acirramento das desigualdades sociais em que o desemprego assume uma centralidade dentre as diversas formas de exploração da classe trabalhadora pelo capital, as quais corroboram a produção e reprodução das expressões da *questão social*, como o fenômeno da população em situação de rua.

Assim, são cada vez mais presentes indivíduos e/ou famílias que buscam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência nos grandes centros urbanos de todo o mundo, isto é, o fenômeno da população em situação de rua se revela mundialmente. Segundo a Fundação Abbé Pierre<sup>23</sup>, o número de pessoas sem domicílios fixos cresceu em 50% na França desde 2001, totalizando mais de 141 mil, sendo trinta mil crianças. Para o diretor adjunto dessa instituição, a crise na França é resultado do aumento do desemprego e do trabalho precário, associado à falta de moradia e à alta no preço dos aluguéis. Em Nova Iorque, de acordo com o relatório da Coalizão pelos Indigentes<sup>24</sup>, 113.553 pessoas dormiram nos albergues municipais da cidade, em 2010. Esse panorama mundial é resultado do desemprego estrutural resultante das constantes configurações capitalistas, dos avanços tecnológicos e a busca pela redução dos custos na produção. Além disso, as constantes medidas de redução dos gastos públicos como políticas sociais e a retração dos direitos sociais

<sup>23</sup> A Fundação Abbé Pierre é uma organização não governamental francesa que tem como objetivo a luta pela criação de moradias às populações carentes. O relatório elaborado pela entidade tomou como base os dados do Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos – INSEE, equivalente ao IBGE brasileiro.

<sup>24</sup> Reportagem veiculada na Revista Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/nova-york-bate-recorde-no-numero-de-moradores-de-rua/>>. Acesso em: 01 abr. 2015.



e trabalhistas adotados pelos governantes em todo mundo sob as diretrizes neoliberais a favor da acumulação do capital.

No caso brasileiro, o modelo capitalista predatório e desigual contribui para uma desigualdade estrutural que se expressa de diversas formas, como: violência, exploração sexual, destruição dos recursos naturais, privatização dos espaços públicos, favelização, aumento do desemprego e a aprofundamento da precarização dos empregos existentes, políticas sociais ineficientes, ausência de moradia digna, corrupção generalizada e segregação social e racial. Nesse sentido, pretendemos descortinar o debate sobre os rebatimentos da crise capitalista e suas particularidades na realidade brasileira.

### 3.3 O BRASIL NA CENA CONTEMPORÂNEA: AS PARTICULARIDADES CAPITALISTAS

A nossa realidade é contraditória. É muita desigualdade social no nosso país. É o retrato do nosso país, Brasil<sup>25</sup>. (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

A epígrafe, trecho da fala de um usuário atendido pelo Centro POP, retrata a compreensão acerca das contradições existentes na realidade brasileira, marcada pela profunda desigualdade social, econômica, política, cultural e ambiental. De fato, o capitalismo brasileiro tem no seu cerne a exploração da classe trabalhadora e a submissão da vida cotidiana aos movimentos do capital mundial. Diante disso, surge o grande desafio em compreender as configurações capitalistas no Brasil em face ao suposto descompasso entre o nosso processo sócio-histórico e os processos mundiais.

Posto o desafio, reafirmamos a decisão pelo recorte sócio-histórico a partir das mudanças fordistas e keynesianas, bem como suas inflexões no solo brasileiro nas décadas de 1930 e 1940, em que o Estado assume o desenvolvimento industrial via financiamento público e sob a dependência do capital estrangeiro, principalmente oriundos da Inglaterra.

Do ponto de vista econômico, esse período foi extremamente importante na consolidação do capitalismo no Brasil, juntamente com o fim do trabalho escravo

---

<sup>25</sup> Trecho da fala do usuário C. A nas atividades coletivas.

e o início do trabalho assalariado. Caio Prado (1997) destaca que a deficiência das fontes de energia, o difícil acesso às principais reservas de carvão, um débil mercado consumidor, as disparidades econômicas e regionais, as grandes distâncias geográficas, a ausência de sistema de transporte entre as diversas regiões do país e a carência de capital interno contribuíram para o retardo do desenvolvimento da indústria no Brasil. Por outro lado, o autor aponta também fatores que impulsionaram a industrialização no país, como a dificuldade em arcar com as despesas na aquisição de manufaturas necessárias ao consumo da população via importação, o desequilíbrio nas contas externas, o aumento das tarifas alfandegárias, a existência do algodão, a crise do café de 1929, o baixo custo da mão de obra e a necessidade de atender à demanda de aço, ferro e carvão pelos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial, que contribuiu para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional. (PRADO, 1997).

A partir da década de 1930, no Brasil, o presidente Getúlio Vargas<sup>26</sup> desenvolveu uma visão nacionalista e modernizadora, porém de cunho autoritário, visando a garantir as bases econômicas e jurídicas para a industrialização no país. O Estado teve o papel preponderante nas respostas às tensões sociais, tanto na antecipação das reivindicações da classe trabalhadora quanto no controle excessivo dos movimentos sociais.

Ao assumir o papel de regulamentador e financiador no atendimento às necessidades sociais, o Estado implanta instituições que incorporaram as reivindicações da classe trabalhadora, tais como: medidas de proteção ao trabalho via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); implantação do salário mínimo; redução da jornada de trabalho; convenções coletivas; e benefícios sociais. Nesse período, ainda foram criados os Ministérios do Trabalho e da Previdência e Educação como resposta aos movimentos sindicais, que tensionavam para a ampliação dos direitos sociais. Por fim, o Estado, a partir da década de 1930, garante as condições necessárias para a constituição da industrialização brasileira, porém subordinada ao capital imperialista.

O solo de sustentação da industrialização, a partir dos anos de 1930, deu-se com medida de protecionismo incentivado pelo Estado via concessões de empréstimos, isenções fiscais e com fortes incentivos à produção de bens duráveis

---

<sup>26</sup> Ver mais a respeito em Caio Prado Júnior, 1993.

para o consumo interno. Dessa forma, o novo bloco de poder se estruturou com a aliança entre o Estado e a burguesia nacional, entretanto, sem romper definitivamente com a antiga ala dos latifundiários.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi uma mistura em que permanecia a estrutura agrária tradicional, a lógica patrimonialista das antigas elites oriundas do escravismo e o domínio dos cafeicultores. Ao analisar os períodos de 1930 a 1980, Barbosa (org.) afirma que:

Na verdade, no Brasil, as transformações vividas pela economia e pela sociedade durante a industrialização não implicaram a derrota dos interesses agrários em favor do urbano mercantil e industrial. Ao contrário, boa parte da nova elite que se formava tinha laços íntimos com a velha fazenda cafeeira do Sudeste brasileiro e nunca rompeu de fato com as antigas lideranças rurais das outras regiões do país. (2012, p. 28).

Essa situação marcou não apenas a identidade da formação social, mas também a estrutura de classe do Estado e de toda a dinâmica das classes sociais no Brasil. Ao olhar para os dias atuais, constatamos que as 'velhas oligarquias' ligadas ao agronegócio vêm demarcando os seus interesses na dinâmica econômica, social e política no Brasil.

Convém colocar que a formação e a organização do proletariado urbano ocorreram de maneira mais profunda e rápida que a consolidação de uma burguesia nacional, que foi construída sem nenhuma base democrática. Ao analisarmos a conjuntura do período de 1930 a 1945, o Brasil não vivenciou o Estado de Bem-Estar nos moldes dos países europeus.

O desenvolvimento econômico brasileiro atinge o seu ápice nos anos de 1950 e 1960, adotando um modelo de industrialização sob a perspectiva da ideologia desenvolvimentista, o que culminou na inserção do país no cenário internacional. Juscelino Kubitschek abriu as portas para a implantação de empresas multinacionais, construiu hidrelétricas, estradas e ampliou a industrialização com recursos públicos. Destacou-se também pela construção da cidade de Brasília e pela instituição do Distrito Federal, que marcou a transferência da capital federal em 21 de abril de 1960. Foi um período de grande efervescência social e cultural, a exemplo da realização dos festivais de música e do surgimento do estilo musical da bossa-nova.

Nos anos seguintes, o país viveu sob uma forte repressão a partir do Golpe Militar deflagrado em 1964 e que perdurou por quase vinte anos. Diversas expressões e organizações se constituíram em focos de resistências contra o sistema autoritário imposto pelos cinco governos militares, sob o forte apoio econômico e político da burguesia industrial. Período marcado pelo autoritarismo, do controle da sociedade e da política sob o discurso da integração. Podemos sentir o drama desse momento em diversas expressões artísticas, como nos trechos das canções de Chico Buarque de Holanda sobre a arena ditatorial no país.

[...] que aqui sangraram pelos nossos pés, que aqui sambaram nossos ancestrais, num tempo página infeliz da nossa história, passagem desbotada na memória, das nossas novas gerações, dormia a nossa pátria mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída, em tenebrosas transações, [...].<sup>27</sup> (BUARQUE, 1984)

Se atiras mendigos. No imundo xadrez. Com teus inimigos. E amigos, talvez. A lei tem motivos. Pra te confinar. Nas grades do teu próprio lar. Se no teu distrito. Tem farta sessão de afogamento, chicote, garrote e punção. A lei tem caprichos. O que hoje é banal. Um dia vai dar no jornal. Se manchas as praças. Com teus esquadrões. Sangrando ativistas, cambistas, turistas, peões. A lei abre os olhos.<sup>28</sup> (BUARQUE, 1985)

Durante o período da ditadura, o Brasil experimentou a diversificação industrial no final dos anos 1970, embora extremamente dependente do capital imperialista. Ao analisar o período pós-1964, Netto expõe que:

As linhas mestres deste 'modelo' concretizam a 'modernização conservadora' conduzida no interesse do monopólio: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes nativos, concentração e centralização em todos os níveis etc. [...]. Elas instauraram o perfil e a estrutura econômico-social do Brasil legados pela ditadura: a internacionalização e a territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica financeira e vocacionada para fomentar e atender as demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionadas desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo; a acentuação vigorosa da concentração geopolítica das riquezas sociais, aprofundando brutais desigualdades regionais. (2001, p. 31).

<sup>27</sup> Trecho da música *Vai Passar*, Chico Buarque (1984).

<sup>28</sup> Trecho da música *Hino da Repressão*, Chico Buarque (1985).

O período dos cinco governos militares (1964 -1985) foi marcado por um modelo de desenvolvimento nacional com apoio econômico e político da burguesia industrial, por meio do qual a economia brasileira adentrou com mais força no cenário mundial. Todo esse crescimento teve um custo altíssimo e agravou a dívida externa, o que aumentou a nossa dependência ao capital estrangeiro.

Soma-se a isso o cenário de crise advinda do elevado preço do petróleo e das altas taxas de juros internacionais que desequilibravam as contas brasileiras e estimulavam a inflação que corroía o salário da classe trabalhadora. Ademais, o crescimento econômico vigente acarretava o aprofundamento do desemprego e do mercado informal, que agregava subempregos e relações extremamente precarizadas de trabalho, bem como um modelo desordenado do crescimento urbano permeado por desigualdades sociais nas grandes cidades.

Diante dessa situação dramática, a sociedade definitivamente rejeitava a Ditadura Militar e expressava esse desejo nas ruas. Durante os anos de ditadura, o Brasil foi palco de lutas e resistências organizadas e implementadas pela sociedade civil por meio de movimentos populares, sociais, sindicais, estudantis, engajamentos de artistas e profissionais pela redemocratização e justiça social, deflagrando a campanha 'Diretas Já' (1982), com a população se manifestando nas ruas exigindo mudanças.

A década de 1980 inaugurou um período marcado pelo processo de transição dos governos militares à reorganização política e à abertura democrática, culminando na aprovação da Constituição de 1988. Na contramão dos processos neoliberais, que sinalizavam mundialmente, a Carta Magna, intitulada de Constituição Cidadã, foi aprovada sob fortes tensionamentos entre os movimentos sociais de esquerda e as bancas ruralistas e conservadoras do nosso país.

No governo Sarney, em 1985, a política econômica começava a se tornar heterodoxa, diferente daquela defendida pelo FMI, o qual impunha regras duras de ortodoxia econômica ao Brasil como condição para manter seus cofres abertos às necessidades brasileiras. Essa conjuntura era marcada por altos índices inflacionários e pela estagnação econômica.

Nos anos 1990, para a burguesia, os reflexos da crise capitalista afloraram com mais intensidade, principalmente motivada pela baixa da taxa de crescimento, déficit público, inchamento da máquina estatal e aprofundamento do desemprego estrutural. Esse período foi marcado também por um acelerado

crescimento da população urbana devido à migração do campo para a cidade, como Mario Theodoro (2004) afirma que nos finais dos anos 1980, o Brasil contava com mais de 15 milhões de pessoas concentradas em 40% da população urbana.

O projeto neoliberal iniciou no Brasil, de forma enviesada e tardia, a partir da década de 1990, com o presidente Fernando Collor de Melo (1990 – 1992). Nos termos de Ricardo Antunes, Collor “foi a expressão (bem-sucedida) de um imprevisto necessário da ordem ante os riscos presentes no quadro eleitoral de 1989.” (2005, p. 9). Em linhas gerais, esse governo sob a orientação do ideário neoliberal adotou a privatização do Estado, pondo fim ao monopólio estatal em áreas extremamente rentáveis ao capital, como os setores de energia elétrica, siderúrgico, de comunicação, dentre outros. O governo adotou medidas de abertura das fronteiras econômicas para os produtos importados que solaparam a indústria brasileira. Para Antunes, “não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira mais brutal e nefasta o mundo do trabalho.” (2005, p. 17). O descontentamento do empresariado nacional e os constantes escândalos de corrupção culminaram com a saída do presidente antes do fim do mandato, assumindo o seu vice, Itamar Franco. Um governo também marcado por privatizações e redução do Estado.

Em seguida, os ideários neoliberais foram intensificados pelos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), marcados por medidas de ajustes fiscais, eliminação de barreiras alfandegárias, aprofundamento das privatizações, repasse de recursos públicos para o setor privado, valorização do mercado e retração das políticas públicas. Sob o receituário neoliberal, esse governo contribuiu drasticamente para a precarização do trabalho via flexibilização das relações contratuais, retração dos direitos sociais, terceirização e arrocho salarial, trazendo sérios impactos como o aprofundamento do desemprego estrutural e da situação de pobreza. Antunes (2005) ressalta a forma truculenta como esse governo tratou os movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e dos funcionários públicos, que contribuiu para o enfraquecimento da luta dos trabalhadores.

O neoliberalismo encontrou também um ambiente favorável no governo de Luís Inácio da Silva (2003 – 2010), embora o representante seja advindo de um partido de esquerda e das lutas sindicais. Aliás, a eleição de um presidente de origem operária e vindo dos movimentos sindicais é uma particularidade na história

do Brasil. Lula se consolidou como a principal referência do Partido dos Trabalhadores e uma notoriedade na sociedade brasileira e em diversos países do mundo. Assumiu o governo no contexto de grave crise econômica herdada pelo seu antecessor. Nesse período, a guerra entre os Estados Unidos e o Iraque chamava atenção no cenário mundial. A explosão do desemprego atinge a marca de quatro bilhões de pessoas em todo mundo, e, no Brasil, quase 60% da força de trabalho está inserida no mundo da informalidade. (ANTUNES, 2005).

Esse governo deu continuidade à política macroeconômica do governo Fernando Henrique à medida que se constituiu em um governo de coalizão e, para assegurar a governabilidade, assumiu compromissos em manter as diretrizes do Consenso de Washington e de órgãos internacionais, como o FMI. A dependência e obediência do Governo Lula aos ditames do FMI contribuiu para o aprofundamento da precarização da classe trabalhadora face à ampliação da flexibilização das leis trabalhistas e da reforma da previdência com a taxaço dos aposentados. Lula contava com a maioria do parlamento, que colaborava decisivamente na manutenção da política financeira do grande capital por meio da manutenção do núcleo duro do seu antecessor. Com forte apelo à governabilidade, Lula manteve um governo de coalizão em prol do desenvolvimento do país e um ambiente de estabilidade econômica frente à crise mundial. Notamos, nesse período, uma retração dos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora, o que colaborou para a implantação da governabilidade do Partido dos Trabalhadores – PT.

Boschetti (2010) diverge de muitas análises que afirmam que, nesse período, o Brasil está “blindado”<sup>29</sup> à crise mundial. Para a autora, há um ‘otimismo’ descabido em torno dos efeitos da crise no país que se alimenta de algumas medidas econômicas, como o elevado superávit primário, controle da dívida pública, aumento da taxa de emprego, por fim, um crescimento econômico em torno de 5% e uma alta arrecadação tributária. O cenário não é tão promissor, pois, além da desvalorização da força de trabalho, a classe trabalhadora sofre com a regressão dos direitos sociais e um amortecimento de suas lutas.

Nessa mesma direção, o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2018) se delinea por um percurso marcado pela desresponsabilização do Estado na área social e pela continuidade de um ambiente favorável à acumulação do capital

---

<sup>29</sup> As aspas foram colocadas pela própria autora.

financeiro e do agronegócio. As políticas de saúde, educação e previdência têm sido alvos de constantes ataques por meio da privatização, da redução de recursos públicos e da precarização dos serviços. As implicações desse processo têm sido o aumento do desemprego estrutural, o empobrecimento da classe trabalhadora, o acirramento das desigualdades sociais e a submissão da vida humana à ordem do capital. Segundo os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego<sup>30</sup>, em fevereiro de 2014, foram registradas 43,1 milhões de pessoas desocupadas em idade ativa em seis regiões metropolitanas pesquisadas.

O baixo crescimento econômico e os escândalos de corrupção na Petrobrás marcam os primeiros meses do segundo mandato da presidenta Dilma (2015 – 2018), criando um ambiente politicamente desfavorável. Assistimos a um clima de disputas entre blocos ligados à extrema direita brasileira, com severas críticas ao governo, e, por outro lado, grupos a favor do governo federal, na defesa da Petrobrás, reforma agrária e contra as perdas de direitos trabalhistas anunciadas em janeiro. De fato, assistimos também a uma clara disputa pela direção política do governo dentro da própria base aliada.

O tempo presente não nos aponta para uma agenda de crescimento econômico-social e político que incorpore a ampliação dos direitos sociais e o excedente de trabalhadores desempregados nos grandes centros urbanos. Ocorre que o excedente do capital produzido não é canalizado para elevar o nível de vida das grandes massas populacionais dos países, mas para aumentar os lucros mediante a exportação de capital estrangeiro aos países mais atrasados, onde o recurso financeiro é mais escasso, os salários são mais baixos, o preço da terra é relativamente menor e as matérias-primas são abundantes e mais baratas. (IAMAMOTO, 2007). Para a autora:

O capital, ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica quantitativa enquanto riqueza abstrata, que busca incessante crescimento, aprofunda as desigualdades de toda natureza e torna, paradoxalmente, invisíveis as mediações que viabilizam esse processo e, conseqüentemente, o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. (IAMAMOTO, 2007, p. 100).

---

<sup>30</sup> A pesquisa mensal de emprego faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua atingiu as regiões metropolitanas de: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A referida pesquisa considera pessoas em idade ativa a partir de 10 anos de idade.



Nesse contexto, as implicações desse processo têm sido o aumento do desemprego, empobrecimento da classe trabalhadora e acirramento das desigualdades sociais. As novas determinações da produção capitalista também redimensionam a *questão social* e o seu trato pelo Estado e pela sociedade civil. Desse modo, a *questão social* é a própria expressão da pobreza, da miséria e da barbárie. O processo de globalização e da mundialização do capital também (re) produz de forma ampliada a *questão social* no espaço mundial, e não apenas nos países pobres, os quais historicamente lideraram o *ranking* mundial das desigualdades e disparidades econômicas e sociais.

Diante disso, assistimos o aumento da distância entre ricos e pobres, um verdadeiro “*apartheid social*”, que se expressa na proliferação de condomínios fechados, milícias privadas, altos investimentos em segurança privada. A sociedade vive em constante sensação de pavor e insegurança nos diversos espaços urbanos sob uma ambiência de individualismo exacerbado. A *questão social* é a própria expressão da barbárie.

A ambiência é bastante propícia a deixar os indivíduos a cargo de si mesmo, pela culpabilização da situação de pobreza e pelo resgate de soluções individuais do “salve-se quem puder”. Ao analisarmos os relatos da nossa pesquisa, percebemos claramente o sentimento de culpabilização pela condição de pobreza:

Não tenho do reclamar. Ninguém tem culpa deu tá na rua. A gente é que tem culpa dessa situação. (Luís Gonzaga).

Tem pessoas que estão na rua porque querem, se acostuma mesmo sendo ruim. Eu conheço gente que deram casa, emprego, mas voltou para rua. Meu caso é diferente. (Princesa Diana).

Uma coisa que eu acho errado aqui, é por que algumas pessoas que frequenta aqui tem família, estão na rua por que querem. Acho isso muito errado. (Raul Seixas).

Podemos perceber que a população em situação de rua também acaba sendo influenciada pelas representações conservadoras e, ao mesmo tempo, reproduzem a ótica preconceituosa e estigmatizante presente na sociedade sobre a condição de pobreza e da situação de rua.

A atual conjuntura sinaliza para a legitimação do individualismo exacerbado, na recusa do respeito à coletividade e da convivência com o diferente, que se expressam nas formas de linchamentos e da justiça com as próprias mãos,

por meio do extermínio da população negra e pobre. No tocante à população em situação de rua, assistimos a diversas expressões de preconceito e intolerância noticiadas nos veículos de comunicação e mídias sociais e também nas falas dos/as usuários/as atendidos/as no Centro Pop, vejamos a seguir:

A Polícia registrou a execução de um morador de rua na manhã desta quinta-feira (14), no bairro Jereissati I, em Maracanaú. De acordo com informações da Polícia, a vítima, que foi identificada como Francisco José da Silva, de 43 anos, foi morta com pedradas na cabeça. Ninguém foi preso. (CNEWS, 14/03/2013).

Um casal de moradores de rua foi baleado no Bairro Parque Araxá, em Fortaleza, na tarde desta sexta-feira (15), em frente a cinco filhos, entre eles, um bebê de seis meses. A moradora de rua, identificada apenas como Adriana, morreu na hora. (CASAL de moradores..., 2013).

Moradora de rua é assassinada com golpes de pedra. De acordo com informações, Cleonice teria sido assassinada após ser atingida com golpes de pedra. A moradora de rua foi encontrada morta no bairro Mondubim, Fortaleza, na manhã desta segunda-feira (10). De acordo com informações, Cleonice Rodrigues da Silva, de 36 anos, teria sido assassinada após ser atingida com faca. Ela foi encontrada próximo à lagoa do bairro. Ninguém foi preso. (MORADORA de rua..., 2014).

Em Maracanaú, o Centro POP recebeu uma denúncia de que um homem chamado de F. C. A. S (41 anos), pessoa em situação de rua e catador de materiais recicláveis, foi severamente agredido e, em seguida, jogado em um buraco. O mesmo ficou internado por alguns meses, teve perda da fala e da memória e dificuldades para andar. (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

No dia 05 de janeiro, um dos participantes da atividade coletiva no Centro POP relatou que um homem em situação de rua foi morto dentro do cemitério, enquanto dormia. O senhor não era usuário do Centro POP. (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Na realidade, os fatos relatados são as próprias expressões da violência, intolerância e banalização da vida humana que permeiam o cotidiano das cidades brasileiras, principalmente em relação à população mais pobre. A pesquisa de campo identificou que 100% dos/as entrevistados/as já foram ou são constantemente vítimas de algum tipo de violência, sendo a policial a mais citada:

A polícia chega e fala: se levanta vagabundo. Vou dá uma volta e quando eu passar de novo, não quero ver você aqui. Entendeu. Teve um ano, que fui baleado, tenho uma bala alojada na minha cabeça, levei quando estava dormindo, nunca soube quem foi. (Virgulino Ferreira).

O senhor C.S relatou. “As coisas são interessantes, né. Depois do almoço fica alguns garis da prefeitura deitado nos bancos da praça, debaixo da árvore. Eles almoçam no “mesão”. Um dia fui fazer a mesma coisa, me deitar no banco da praça. Chegou o guarda municipal e mandou eu me levantar. Ai, perguntei porque sou morador de rua, não posso ficar deitado,

ela disse que eu era vagabundo e os outros eram trabalhadores. Achei isso muito vergonhoso e humilhante, pois sou um artesão. Faço tanta coisa bonita. Só porque eu moro nas ruas, ninguém valoriza.” (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

A violência e a intolerância encontram solo favorável na lentidão nas investigações e na impunidade nos casos de execuções e maus-tratos relacionados às pessoas em situação de rua. Os trechos da música a seguir, embora datem do ano de 1987, retratam o cenário atual:

Não sei se existe mais justiça. Nem quando é pelas próprias mãos. População enlouquecida. Começa então o linchamento. Não sei se tudo vai arder. Como algum líquido inflamável. O que mais pode acontecer. Num país pobre e miserável. E ainda pode se encontrar. Quem acredite no futuro. [...]

É seu dever manter a ordem. É seu dever de cidadão. Mas o que é criar desordem. Quem é que diz o que é ou não? São sempre os mesmos governantes. Os mesmos que lucraram antes. [...]. Porque ninguém é consultado. [...] Pra pôr na máquina do Estado. (BRITO; FROMER; GAVIN, 2014).<sup>31</sup>

Acreditamos que a violência e a banalização da vida humana são expressões da *questão social* inerente ao desenvolvimento urbano perverso das nossas cidades. Segundo Yamamoto,

Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilidade das redes de sociabilidade em sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir riscos, opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais. (2007, p. 144).

A cena contemporânea tem apontado também para transformação no campo do conhecimento nas análises sobre a pobreza e a *questão social*. Assistimos um debate caloroso e instigante em torno da categoria *questão social* face às constantes configurações capitalistas, principalmente no tempo presente. Nesse sentido, na seção seguinte, apresentaremos um debate acerca da *questão social* no cenário contemporâneo e as implicações nos estudos da temática desta pesquisa.

<sup>31</sup> Trechos da música *Desordem*, interpretada pela banda Titãs (1998).

### 3.4 O DEBATE DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS HISTÓRICOS E NOVAS ANÁLISES

Miséria é miséria em qualquer canto. Riquezas são diferentes. Índio, mulato, preto, branco. Miséria é miséria em qualquer canto. Riquezas são diferentes. Miséria é miséria em qualquer canto. (Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Paulo Miklos).

Sabemos da vasta literatura que versa sobre o debate da categoria questão social, principalmente na vida acadêmica e nas políticas públicas. Embora a essência da origem da *questão social* se mantenha na relação desigual entre capital e trabalho, as constantes transformações capitalistas têm contribuído com novas reflexões em torno de uma *nova questão social*.

Diante disso, a nossa exposição é construída a partir de produções teóricas, sobretudo as de Robert Castel (1998), Pierre Rosanvallon (1998), Alejandra Pastorini (2010), Josiane Santos (2012), Marilda Iamamoto (2001), José Paulo Netto (2001).

Tomemos primeiramente os estudos de Pastorini (2010), para quem essa discussão sobre a “questão social”<sup>32</sup> e as mudanças nas suas expressões é importante para entender o real significado e a intencionalidade das principais respostas dadas às manifestações da “questão social” na contemporaneidade. No seus estudos, a autora afirma que a origem dos debates em torno de uma “nova questão social” parte do pressuposto que as mudanças ocorridas no mundo capitalista contemporâneo marcam uma ruptura com o período capitalista industrial e com a “questão social” que surgiu no século XIX, com o surgimento do pauperismo na Europa ocidental.

Na obra *Metamorfoses da Questão Social: uma crônica ao salário*, Robert Castel (1998) analisa a crise da Europa, especificamente a francesa, dos séculos XIV até o século XX, a partir do desemprego em massa, da instabilidade das condições de trabalho e do enfraquecimento dos sistemas clássicos de proteção e a consequente incapacidade em garantir uma cobertura aos indivíduos em face do aumento da crise financeira e social. O pauperismo tem sua origem nas mutações das estruturas agrárias para as sociedades pré-capitalistas, porém é com a

---

<sup>32</sup> Aspas da autora em estudo.

concentração das indústrias nas cidades que aflora em toda a sua plenitude. De fato, a industrialização deu origem à condição de assalariado, portanto, a grande empresa é o lugar por excelência da relação salarial moderna. Embora o proletário fosse essencial no processo de industrialização que emergia nas cidades, o salário garantia apenas as condições necessárias a sua reprodução:

Podem-se caracterizar assim os principais elementos dessa relação salarial do início da industrialização, correspondendo ao que se acaba de chamar de condição proletária: uma remuneração próxima de uma renda mínima que assegure apenas a reprodução do trabalhador e de sua família. (CASTEL, 1998, p. 419).

Com isso, Castel afirma que a sociedade salarial não garantiu o advento da condição operária, pois os trabalhadores viviam em condições miseráveis. Nas palavras do autor:

[...] o trabalhador é essencialmente concebido, pelo menos na ideologia patronal, como um produtor máximo e um consumidor mínimo: deve produzir o máximo possível, mas as margens de lucro que resultam de seu trabalho são mais importantes à proporção que seu salário mais baixo. (CASTEL, 1998, p. 429).

No início do século XIV, a vagabundagem e a mendicância se expressavam com mais intensidade, motivada pelo crescimento demográfico e pelos baixos salários. Nesse período, o número de desempregados já era considerado extremamente considerável nas cidades; esse contingente era formado principalmente pela população rural apartada dos seus vínculos rurais e que ameaçava a ordem social. Conforme Castel, a:

*Residual population* não é, pois, uma simples reserva de mão de obra, um 'exército de reserva'. É formada, ao menos em parte, por indivíduos desterritorializados, com grande mobilidade, que não encontravam lugar na organização tradicional do trabalho, [...]. Esses indivíduos 'disponíveis' não são, apesar disso, imediatamente recrutáveis. (CASTEL, 1998, p. 118, grifos do autor).

As condições de trabalho acarretaram uma consciência operária que se desemboca nas primeiras ocupações nas indústrias. Diante disso, percebe-se a necessidade de garantir uma rede de seguros sociais como estratégia para manter a reprodução da força de trabalho e dar respostas concretas ao movimento organizativo da classe trabalhadora. Os seguros sociais, as legislações sobre o

direito ao trabalho, os ganhos salariais, o acesso ao consumo de massa e o lazer foram medidas tomadas para “estabilizar a condição operária”, nos termos de Castel (1998). Enfim, a sociedade salarial instalou um Estado Social que garantiu uma proteção social ampla, manutenção de equilíbrio na economia e um compromisso com os atores sociais envolvidos no processo de crescimento.

Com a precarização do trabalho e o aumento do desemprego com as novas exigências tecnológicas e econômicas no capitalismo moderno, a partir da reestruturação produtiva, surgiu uma “nova questão social”. Então, para o autor, a fratura da coesão social explica o surgimento de uma nova *questão social*, que tem como base a crise da sociedade salarial nas últimas décadas, principalmente com a redução dos postos de trabalho a partir da reestruturação produtiva, sendo o desemprego, seguramente, o risco social mais grave que expõe o operariado a situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, para Castel:

O núcleo da questão social hoje seria, pois, novamente, a existência de inúteis para o mundo, de supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza de uma vulnerabilidade de massa. (1998, p. 593).

A “nova questão social” é também um reflexo da desmontagem do sistema de proteções e garantias conquistadas pelo trabalhador nos anos de 1970, ou seja, fruto, portanto, de uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade, pois é:

A caracterização sócio-histórica do lugar ocupado pela condição de assalariado é necessária para mensurar a ameaçada fratura que assombra as sociedades contemporâneas e empurra para o primeiro plano as temáticas da precariedade, da vulnerabilidade, da exclusão, da segregação, do desterro, da desfiliação. (CASTEL, 1998, p. 22).

Dessa forma, o novo perfil da população carente se revela numa nova relação com o trabalho (ou com o não trabalho), sendo assim, composta pelos inúteis, pelos supranumerários, excluídos da ordem do trabalho. As transformações em curso acarretam a perda da condição salarial e, conseqüentemente, levam os indivíduos a perderem a possibilidade de controlar o futuro.

Assim, para Castel, a “instalação da precariedade”<sup>33</sup> é um fenômeno novo na Europa, atinge principalmente os jovens e se revela na alternância de períodos

---

<sup>33</sup> Termo cunhado pelo autor.

de atividades, desemprego e trabalho temporário, ou seja, a instalação da precariedade significa a perda de emprego por longo prazo. Essa realidade conduz também a outra constatação, refere-se aos chamados de “sobrantes”<sup>34</sup>, pessoas que não têm lugar na sociedade, são os inúteis ao mundo; estes são equiparados aos vagabundos nas sociedades pré-industriais, no sentido de não encontrarem lugar no circuito de utilidade social na sociedade industrial (CASTEL, 1998). As duas constatações citadas reforçam o pensamento do autor de que a ruptura entre o trabalho e os sistemas de proteções contribui para uma nova configuração da *questão social*.

Pastorini (2010) afirma que, para Castel, a *questão social* sempre existiu, mas que se reformulou com as crises desde sua origem, há mais de um século vem se apresentando sob as diferentes formulações, versões, recolocando-se e recompondo-se constantemente. O processo de precarização das relações de trabalho contribui para o aumento da vulnerabilidade social, indicando a presença de “uma nova questão social” (PASTORINI, 2010).

Seguindo na discussão, a obra *A nova questão social: repensando o Estado Providência*, Pierre Rosanvallon traz uma reflexão sobre as manifestações de uma nova questão social e como resolvê-las. Para esse estudioso, a nova questão social surgiu a partir das inaptações dos antigos métodos de gestão do Estado Providência, nos anos de 1970. Suas reflexões são o resultado das suas observações como testemunha da crise do Estado Providência, que trouxe mudanças significativas nos modelos de gestões, no princípio da década de 1990.

Nesse sentido, o autor analisa arduamente as disfunções dos aparelhos estatais para expor três dimensões da crise do Estado Providência: financeira, ideológica e filosófica. A dimensão financeira diz a respeito a um hiato entre a receita e a despesa, principalmente com a elevação dos gastos com a saúde. Além disso, o crescente aumento do desemprego contribui para a redução da arrecadação, colocando o sistema de proteção em colapso, criando dificuldades para garantir proteção social ao conjunto da sociedade. Há uma estreita relação entre o desemprego e o Estado Providência. Outra dimensão corresponde ao fato de que o Estado Providência não conseguiu administrar de forma eficaz os problemas sociais advindos das constantes crises capitalistas. E, finalmente, a despeito da crise

---

<sup>34</sup> Termo cunhado pelo autor.

filosófica, o autor afirma que é preciso explorá-la com mais estudos, mas expõe duas questões importantes que acompanham o surgimento de uma “nova questão social”: a desagregação dos princípios de organização da solidariedade e o fracasso da concepção tradicional dos direitos sociais. O Estado Providência não está adaptado aos problemas atuais, principalmente o da exclusão social e do desemprego de longo prazo, como explicita:

Desemprego de longa duração, novas formas de pobreza e desamparo: há uma dezena de anos, o aumento da exclusão social tem constituído o fato social mais importante. Assim, a ‘questão social’ se deslocou: passamos de uma análise global do sistema (em termos de exploração, distribuição, etc.) a uma abordagem que focaliza o segmento mais vulnerável da população. (ROSANVALLON, 1998, p. 79).

Tais processos acarretam o desemprego e ampliaram o número de excluídos. O autor alerta que “é preciso não esquecer que a exclusão não é um estado social determinado, ela é resultado de um processo.” (ROSANVALLON, 1998, p. 80). O acesso ao trabalho é uma importante ferramenta contra a exclusão, e, nos termos do próprio autor “a inserção pelo trabalho deve continuar a ser a pedra angular da luta contra a exclusão.” (ROSANVALLON, 1998, p. 104).

Nos estudos de Rosanvallon, há uma inexistência de questionamento acerca da lógica do sistema capitalista ao afirmar que as políticas universais do Estado Providência estão ultrapassadas.

A técnica do seguro social parece assim pouco adaptada a tratar um problema dessa natureza. Em matéria social, o conceito central é hoje muito mais o da precariedade, ou vulnerabilidade, do que o do risco. Os antigos instrumentos de gestão do social estão ultrapassados. (ROSANVALLON, 1998, p. 38).

Assim, para o autor, o Estado Providência não pode se limitar a distribuir pagamentos e administrar regras gerais, tornando-o Estado Serviço, que tem por meta a garantia dos meios necessários para mudar o curso da vida e prevenir problemas sociais. Na sua visão, o Estado não pode fazer tudo, é preciso restaurar uma maior continuidade entre ação individual e a coletiva.

Segundo Pastorini, Rosanvallon propõe a construção do Estado Providência Ativo, reduzindo o atendimento às necessidades dos indivíduos particulares em situação de vulnerabilidade social. Através da particularização dos



problemas sociais, o Estado Providência Ativo pode acompanhar o surgimento das novas expressões da *questão social*.

O pensamento de Rosanvallon tem influenciado significativamente as políticas sociais em todo mundo, inclusive no Brasil, com suas análises sobre as questões sociais e com o uso do termo “exclusão social”. Esse termo surgiu na década de 1990, na França, e tem sido comumente utilizado para explicar os problemas sociais, na perspectiva de que “a situação desses indivíduos deve ser compreendida a partir de certas rupturas, das crises e perturbações que vivenciaram.” (ROSANVALLON, 1998, p. 154). É resultado da situação de desemprego e dos “sem trabalho”, ou seja, indivíduos supérfluos e desnecessários ao mundo do trabalho e sem perspectivas de futuro.

Na contramão, Castel (2013) aponta a problemática do uso do termo “exclusão social” devido à heterogeneidade de seus usos. Ela designa um número imenso de situações diferentes, encobrendo a especificidade de cada um. Compreendemos que o uso do termo “exclusão social” contribui para um processo de culpabilização do indivíduo pela condição de desemprego e pobreza, pois segundo Rosanvallon, os indivíduos excluídos são aqueles que povoam a zona mais periférica da vida do conjunto da sociedade. Vejamos:

A dificuldade de mobilizar e de representar os excluídos se explica pelo fato de que eles se definem pelas crises ocorridas na sua vida, ou seja, por uma negatividade. Por isso, não constituem uma força social que possa mobilizar. Não são os novos proletários da sociedade de desemprego. Não tem propriamente um interesse em comum. Não forma uma classe objetiva, no sentido que a tradição marxista atribui a esse termo (uma posição no processo produtivo). Os excluídos formam, quase essencialmente, uma 'não-classe': são a sombra das disfunções da sociedade, resultam de um trabalho de decomposição, de dessocialização, no sentido forte do termo. (ROSANVALLON, 1998, p. 155).

César Maranhão afirma que alguns teóricos, ao usarem o termo “exclusão social”, cometem o risco de partir de generalizações pautadas na realidade europeia e aplicá-las ao Brasil. Portanto, temos um conceito que:

Mais obscurece do que esclarece a totalidade das relações sociais em que o fenômeno está envolvido e, por isso, deixa de apreender as condições concretas que fazem do desemprego crescente, e da pauperização ampliada, parte constitutiva da dinâmica social contemporânea. (2008, p. 96).

O autor questiona ainda que o termo “excluído” é designado aos indivíduos desprovidos de alguma propriedade ou algum tipo de contrato na sociedade capitalista, seja ele relativo ao trabalho, à terra, à renda, ao consumo de bens ou ao sistema de seguridade social. Ademais, o termo escamoteia as disputas entre as classes sociais existentes no capitalismo, contribuindo para um debate da pobreza sem expor as suas origens.

O termo “exclusão social” é recorrente em diversos estudos que abordam a temática fenômeno população em situação de rua, atribuindo a sua origem ao processo de “exclusão social” no contexto capitalista, a exemplo de Escorel. Na sua obra *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social* (1999), realiza um estudo sobre a etnografia do termo exclusão social a partir das trajetórias de vida e das condições de sobrevivência dos moradores de rua. Sobre o termo “exclusão social”, a autora explicita que:

Se caracteriza não só pela extrema privação material, mas, principalmente, porque essa mesma privação material ‘desqualifica’ seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade do cidadão, de brasileiro (nacional) de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária. Mas, e ao mesmo tempo, o indivíduo mantém-se prisioneiro do próprio corpo. Não há (mais) um lugar social para ele, mas ele deve encontrar formas de suprir suas necessidades vitais e sobreviver sem suportes estáveis materiais e simbólicos. A ausência de lugar envolve uma ‘anulação’ social, uma diferença desumanizadora, que reveste seu cotidiano com um misto de indiferença e hostilidade. (SCOREL, 1999, p. 81, grifo da autora).

A autora reconhece que o desemprego é uma questão importante entre os moradores de rua<sup>35</sup>, mas existe um conjunto de situações de fragilização e rupturas dos vínculos familiares, principalmente das famílias pobres, que contribui para a desvinculação sociofamiliar, a exclusão e uma anulação social:

Nas trajetórias que conduziram à moradia nas ruas, embora o desemprego seja um acontecimento decorrente, não pode ser responsabilizado, isolado das demais vulnerabilidades, pelo processo de desvinculação social. [...]. Unificar suas trajetórias sob a categoria dos ‘sem-trabalho’ reflete uma observação parcial do fenômeno social. Não se trata de negar a interferência direta do mundo do trabalho nos processos que os conduziram às ruas. Trata-se de ressaltar que essas trajetórias que agora se alimentam a zona dos desvinculados do trabalho já tiveram inseridos mas o mundo do

---

<sup>35</sup> Termo utilizado pela autora.

trabalho sempre esteve caracterizado por sua irregularidade, intermitência, instabilidade e precariedade dos rendimentos. (ibidem, 1999, p. 262).

Nessa direção, outros/as estudiosos/as realizam suas análises à luz do conceito de “exclusão social” e de uma “nova pobreza”, tomando como referência os estudos de Castel e Rosanvallon, como é o caso dos seguintes pesquisadores/as e suas respectivas obras: Camila Giorgetti (2007) em “**Morador de rua: uma questão social?**” e “**Poder e contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris**”; Marcel Burzsztytn (Org.) “**No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**”; José Sterza Justo (2012) em “**Vidas Errantes: políticas da mobilidade e experiências de tempo-espaço**”.

No entanto, pensamos que o conceito “exclusão social” é extremamente amplo e não dá conta da análise das expressões da *questão social* como fruto da pobreza inerente à sociedade capitalista. Ademais, o termo exclui do debate as contradições sociais e a disputa entre as classes sociais no Brasil. Assim, não partimos do termo “exclusão social” como viés explicativo para o fenômeno população em situação de rua.

Diversamente, concordamos com os estudos de Lúcia Lopes (2009), que realiza um debate contemporâneo sobre a *questão social* e evidencia o fenômeno população em situação de rua como uma das expressões da *questão social*, mas tendo como gênese a relação capital e trabalho. A autora afirma ainda que a população em situação de rua também é explicada pelo acirramento das desigualdades sociais aprofundadas na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação produtiva e da orientação do Estado. Nas suas palavras:

O aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constitui fator relevante da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, da elevação dos índices de pobreza e dos níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da expansão do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo. (LOPES, 2009, p. 115).

Para a autora, as múltiplas determinações do fenômeno população em situação de rua estão vinculadas à trajetória de vida de cada pessoa, porém, suas origens encontram-se na estrutura da sociedade capitalista e é, portanto, inerente às desigualdades sociais que se processam na relação entre capital e trabalho.

Nesse sentido, reafirmamos a compreensão de que o fenômeno população em situação de rua é uma das expressões da questão social inerente a relação capital e trabalho. Portanto, concordamos também com os debates propostos por Iamamoto (2001; 2007), Netto (2001) e Santos (2012).

Nas suas obras, Iamamoto realiza uma profícua discussão sobre *questão social*, que tem sido de grande relevância no seio da categoria dos/as assistentes sociais e com quem temos inteira concordância. A autora compreende a *questão social* como indissociável do conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura e tem raízes profundas nas contradições entre o trabalho coletivo e a apropriação privada das condições e fruto do trabalho.

A autora afirma que a *questão social* eclodiu na segunda metade do século XIX como um fator perturbador a ordem burguesa, e exigindo uma intervenção do Estado e da burguesia. Sendo assim, a *questão social* reflete as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado, à medida que a:

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. [...]. *Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sobrevivência.* Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas *formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construída no cotidiano*, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado (IAMAMOTO, 2001, p. 28, grifo da autora).

Iamamoto ressalta, ainda, que as constantes configurações capitalistas nos exige “decifrar as múltiplas expressões da questão social, sua gênese e as novas características que assumem na contemporaneidade.” (IAMAMOTO, 2001, p. 28). Pois, a *questão social*

Condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela *questão social* integram tanto determinantes objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção histórica. (IAMAMOTO, 2001, p. 156, grifo da autora).

Para Iamamoto, a conjuntura contemporânea descortina novos elementos e expressões que corroboram o pensamento de uma “nova questão social”, da qual discorda veementemente. Pois mesmo que as constantes configurações operadas pelo Modo de Produção Capitalista estejam sempre em ebulição nos diversos tempos sócio-históricos, a *questão social* continua tendo a sua gênese no processo de acumulação do capital. Diante disso, o debate proposto por Iamamoto não coaduna com o pensamento de uma “nova questão social”. Ao contrário,

A questão social não é fenômeno recente, típico do esgotamento dos trinta anos gloriosos da expansão capitalista. Trata-se, ao contrário, de uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se reproduz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espalhadas em todas as dimensões da vida em sociedade. [...] (IAMAMOTO, 2001, p. 161, grifo da autora).

No artigo *Cinco notas a propósito da “questão social”*, Netto afirma que compreender “as manifestações da questão social sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa se trata de um pensamento conservador.” (NETTO, 2001, p. 44). Na sua perspectiva teórico-analítica, a *questão social* “não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 46). Assim, o autor também sustenta a tese da inexistência de uma “nova questão social”. Pois, “o que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações ‘tradicionais’ da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital.” (NETTO, 2001, p. 48).

Neste trabalho, identificamo-nos também com as discussões travadas por Josiane Santos, na obra *“Questão Social”: as particularidades no Brasil*<sup>36</sup>, na qual realiza um minucioso estudo das particularidades do capitalismo na formação social brasileira, principalmente no tocante à dinâmica do mercado de trabalho. Em suas análises, o desemprego assume uma centralidade no debate acerca das expressões da *questão social*, principalmente considerando algumas particularidades da

---

<sup>36</sup> As aspas foram adotadas pela autora por compreender que a “questão social” não é uma categoria no sentido marxiano, porém a realidade de que a autora trata é de que as expressões das questões sociais são determinadas pelas desigualdades fundamentais do modo de produção capitalista. A autora alerta que o percurso realizado tem como perspectiva superar qualquer discussão meramente conceitual sob “questão social”.

constituição do capitalismo no Brasil, como já discutimos. Nesse sentido, a autora ressalta que o:

Intenso processo de migração do campo e cidade, que responde por boa parte dos traços desse padrão de exploração da força de trabalho, assim como pela formação do excedente de mão de obra que fica fora do usufruto dos resultados do crescimento econômico, muito embora tenha sido essencial para o seu processamento. (SANTOS, 2012, p. 135).

Outra observação da autora é relativa ao caráter conservador do processo de industrialização sob a égide das conexões entre a herança do período colonial escravista e os modos de produção capitalista. O acelerado processo migratório do campo para os grandes centros urbanos marca intensamente o padrão de exploração da força de trabalho e a formação do excedente de mão de obra no país.

Para Santos (2012), a segunda fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, conhecido “industrialização pesada”, após 1964, significou alterações no panorama do mercado de trabalho, mediante a consolidação dos marcos regulatórios por meio da intervenção do Estado de caráter autoritário. Não obstante, o padrão de desenvolvimento era marcado pela flexibilidade e/ou precariedade das relações de trabalho, ausência de regulação do trabalho, alta rotatividade, subemprego e informalidade como marcas presentes ao longo do processo de formação do mercado de trabalho.

Dessa forma, as particularidades da “questão social” no Brasil são resultantes da convivência entre a superexploração do trabalho e a passivização das lutas sociais, que, historicamente, foram mantidos sob excessivo controle pelo Estado e pelas classes dominantes. Para Josiane, “além de um mercado historicamente flexível, com força de trabalho abundante e barata, o desemprego no Brasil também é acompanhado pelo baixo nível de proteção social.” (SANTOS, 2012, p. 200). Assim, as particularidades do desemprego no Brasil, tendo como base a flexibilidade estrutural do nosso mercado de trabalho que produz elevados índices de rotatividade de mão de obra, demarcam um padrão de exploração da força de trabalho e disponibilidade para o capital. (SANTOS, 2012).

Diante do exposto, acreditamos que a ampliação do desemprego estrutural e do trabalho precarizado tem contribuído para o aprofundamento da *questão social*, sendo um dos principais determinantes para que pessoas tenham a

rua como espaço de moradia e/ou sustento, bem como a sua permanência, como veremos adiante. As constantes reconfigurações do capital têm implicado no aprofundamento das *questões sociais*, bem como nas alterações na intervenção do Estado, debate que realizaremos no próximo capítulo.

## 4 AS CONFIGURAÇÕES DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL

A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida. A gente quer saída para qualquer parte. A gente não quer só comida. A gente quer bebida, diversão, balé. A gente não quer só comida. A gente quer a vida como a vida quer. (Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Marcelo Fromer).

O debate sobre o papel do Estado e as políticas sociais é recorrente nas discussões acadêmicas, na política e na vida econômica da sociedade. Embora sejam inúmeros os estudos que versam sobre as políticas sociais, é imprescindível elencar alguns elementos da intervenção do Estado e das políticas públicas no enfrentamento às expressões da *questão social*.

Diante disso, nos debruçamos sobre a discussão do percurso das configurações da intervenção do Estado via políticas sociais diante da *questão social*. Não pretendemos tratar aqui das diferentes abordagens e concepções sobre o Estado e as Políticas Sociais nos diversos tempos históricos. A nossa proposta é trazer à cena uma discussão norteada pelo campo analítico da dialética, no sentido de compreender as configurações da intervenção do Estado e o papel das políticas sociais no contexto das relações complexas e contraditórias da sociedade capitalista, em que se gesta a *questão social*.

Posto isto, realizaremos o debate em três momentos. No primeiro, apresentaremos uma análise das origens das políticas sociais como uma das respostas do Estado ao enfrentamento as expressões da *questão social*, delineada pela disputa entre as classes sociais. No segundo, abordaremos as configurações das políticas sociais em diversos contextos sócio-históricos, como o keynesianismo-fordista, neoliberal e até os tempos atuais. Em seguida, analisaremos as tendências do Estado e das políticas na realidade brasileira, realizando uma incursão sobre com o fenômeno em estudo e o processo de construção da Política para População em Situação de Rua no Brasil.



#### 4.1 ESTADO FRENTE À QUESTÃO SOCIAL: AS POLÍTICAS SOCIAIS ENTRAM EM CENA

O mundo é um quintal. Sou artista, sou pobre, sou negro, sou pai. Sou patrão, operário, criança. Sou vítima da cidade partida. Eu não vou ficar a esperar a minha vez. Eu quero andar pelas ruas livre. Tenho direito à justiça, liberdade, proteção. (Farias da Gama, Tony Garrido e Dulce Quental).

Como já mencionamos anteriormente, não pretendemos nos deter na discussão sobre o surgimento do Estado, e sim fazer uma incursão sobre a sua intervenção via políticas sociais nos diversos cenários sócio-históricos no enfrentamento à *questão social*, portanto, o debate do Estado e Políticas Sociais assume um lugar também extremamente importante na pesquisa em curso.

No final do século XIX e no início do século XX, a mobilização e a organização da classe trabalhadora foram imprescindíveis para a transformação da intervenção do Estado em responder à *questão social*, rompendo definitivamente com a postura liberal, alimentada pelas teses de David Ricardo e sobretudo de Adam Smith. Nesse período, “o predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais, contudo, só pode se realizar na condição de uma suposta ausência de intervenção estatal.” (BERING; BOSCHETTI, 2008, p. 56).

Para os liberais, o Estado não deveria intervir no atendimento aos pobres, pois a proteção social contribuía apenas para que os indivíduos não trabalhassem e os levariam ao comodismo. Cada indivíduo era responsável pela busca do seu bem-estar mediante o seu próprio trabalho. A miséria era decorrente do indivíduo em não querer trabalhar e manter a si próprio e sua família. Como a miséria era considerada um problema individual, o Estado só poderia assegurar assistência e auxílios às crianças, aos idosos e aos deficientes, pois estes eram incapazes para o trabalho. O Estado deveria ser invisível, neutro e um instrumento meramente legislador, com vistas a garantir a liberdade individual, e assegurar a propriedade privada e o livre comércio.

Nesse período, o critério da incapacidade do indivíduo ao trabalho era condição para o acesso aos benefícios da assistência social. Ou seja, a incapacidade física abria as portas da assistência. Nos termos de Robert Castel,

A pobreza e até mesmo a completa indigência não fornecem, absolutamente títulos suficientes para obterem os benefícios da assistência. São atendidos principalmente aqueles que não podem, por si mesmos, suprir suas necessidades, porque são incapazes de trabalhar. (1998, p. 86).

Ademais, as práticas assistenciais eram administradas pela Igreja sob uma rigorosa legislação de caráter coercitivo, do controle da ordem e da punição à vagabundagem. Podemos destacar: Estatuto dos Trabalhadores (1349), Estatuto dos Artesãos (1563), Leis dos Pobres Elisabetanas (1531 e 1601), Lei do Domicílio (1662) e a Nova Lei dos Pobres (1834). Em linhas gerais, tais legislações constituíam regulações sociais assumidas pelo Estado tendo em vista que a caridade cristã não atendia a pobreza de forma mais eficaz.

Segundo Karl Polanyi (2012), o fio condutor dessas legislações era obrigar os pobres à submissão ao trabalho forçado por qualquer salário, e somente aqueles que não conseguiam trabalho eram atendidos pela assistência social. A concepção que permeava essas legislações era a de que “os desempregados eram pessoas incapazes e preguiçosas.” (POLANYI, 2012, p. 115).

A conjuntura do século XVIII era marcada pelo crescimento vertiginoso da população, o processo de industrialização se intensificava, ocasionando flutuações econômicas e o desmoronamento de um modelo de proteção social adotado nas sociedades pré-capitalistas. Ademais, a falta de alimentos, a baixa colheita, o alto custo dos alimentos e o aumento da população nas cidades exigiam novos pilares das políticas sociais. Com isso, era preciso pensar em ações voltadas não só aos impotentes e desempregados, mas também aos empregados, haja vista a ameaça da fome e o aumento exorbitante dos valores dos produtos de primeiras necessidades. (PEREIRA, 2011, p. 67). A situação da pobreza se agravou tanto que rompeu com a estreita relação entre assistência e trabalho, fato este que aconteceu não por motivos humanitários ou benevolências, mas pelo receio de que as massas empobrecidas se rebelassem.

O domínio do capital nas mãos da burguesia resultou na centralização do poder político, subordinando toda a sociedade aos ditames do capital. A subordinação era necessária no processo de dominação política, pois a classe que domina economicamente também é a classe que domina o Estado.

As constantes transformações das forças produtivas trouxeram o aumento exponencial da classe operária, introduzindo uma nova geografia nos centros

urbanos e estampando visivelmente a sua situação de pobreza e fome. Os trabalhadores moravam em condições insalubres, as chamadas vilas operárias, construídas aos arredores das fábricas. Soma-se a isso a exaustiva carga horária a que os trabalhadores eram submetidos. Enquanto os capitalistas expandiam seu capital mediante crescimento do mercado, o proletariado vivia no pauperismo e na alienação do trabalho.

Na segunda metade do século XVIII, a classe trabalhadora começa a imprimir as primeiras marcas da sua indignação, com a destruição das máquinas, das mercadorias e das fábricas como resposta a sua situação de extrema pobreza. Vale ressaltar que as manifestações foram combatidas com muita violência e a repressão feita pela burguesia era aliada ao Estado e protegida por uma rigorosa legislação burguesa. O rigor da violência e a morte de diversos operários levou-os a refletir sobre os reais opressores, os proprietários das fábricas, e começaram adotar novas estratégias de lutas.

Segundo Marx, “[...] com o desenvolvimento da indústria, contudo, o proletariado não só se expande, mas se concentra em grandes massas; sua força aumenta e ele a reconhece cada vez mais.” (2008, p. 22). Nesse cenário, cabe lembrar a influência dos ideais revolucionários que germinavam no movimento operário europeu, influenciado pelo importante teórico e revolucionário Karl Marx. (1818-1883).

Assim, o avanço do capitalismo no mundo moderno contribui na concentração da população nos grandes centros urbanos e no acirramento das desigualdades sociais, colocando a burguesia e o Estado diante de uma latente *questão social*.

Segundo Bering e Boschetti (2008), não podemos precisar um período específico do surgimento das políticas sociais, porém é certo que elas se gestaram na efervescência dos movimentos de ascensão da Revolução Industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento do Estado. Para as autoras, as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre o Estado Liberal do século XIX e Estado Social do século XX. De fato, ocorreu uma mudança na intervenção do Estado que abrandou os princípios liberais e incorporou orientações social-democratas.

Nesse contexto, a sociedade moderna deu início à discussão da formação do Estado Social, mas não no sentido de romper definitivamente com o liberalismo,

pois na realidade era preciso uma mudança do papel do Estado no processo de expansão da burguesia. Então, o Estado Liberal e Estado Social têm em comum a sustentação dos fundamentos do capitalismo. Assim, no final do século XIX e no início do século XX, a mobilização e a organização da classe trabalhadora foram imprescindíveis para a transformação da intervenção do Estado em dar respostas à questão social.

Vive-se uma profunda transformação na intervenção do Estado, que passou a incorporar reivindicações da classe trabalhadora por meio do investimento em políticas sociais, favorecendo a construção de um moderno conceito de proteção social, chamado de “*Welfare State*” (Estado de bem-estar social). Ao assumir esse papel, o Estado canaliza recursos públicos para o financiamento de uma rede de serviços sociais gratuitos, ampliando, assim, suas funções e o volume dos gastos públicos. De fato, “[...] o que se tem é uma intervenção estatal que permite consolidar e desenvolver a acumulação capitalista.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 171). Convém colocar que o reconhecimento de alguns direitos sociais não questionava os fundamentos capitalistas e nem o processo de acumulação da burguesia.

As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por uma grave crise advinda da Grande Depressão de 1929 e dos efeitos deletérios da Segunda Guerra Mundial, fato este que impôs ao Estado uma intervenção em todas as esferas da sociedade. Nesse sentido, a doutrina keynesiana adentrou no cenário de crise capitalista, fornecendo as bases para a intervenção do Estado por meio de construção de obras públicas como forma de combater o desemprego, aquecer a economia e ampliar o consumo. Nesse sentido, a institucionalização do *Welfare State*, no século XX, na maioria dos países da Europa foi feita como estratégia de enfrentamentos às crises cíclicas do capitalismo. A título informativo, Keynes não desenvolveu uma teoria sobre o Estado, e sim uma proposta de saída para a crise, no entre e pós-guerra. Esse economista defendia que o Estado deveria dispor de instrumentos importantes para influenciar a economia sem, no entanto, colocar em xeque a liberdade individual burguesa.

Em Siqueira, a pobreza para Keynes “estaria na incapacidade para o consumo, levando à queda da *demanda efetiva*.” (2013, p. 62, grifo da autora). Assim, o entendimento era de que, para o enfrentamento da crise capitalista, era preciso haver a intervenção estatal na economia e na esfera do consumo. Com isso,

o *Welfare State* possibilitou melhorias das condições de vida da classe trabalhadora mediante o consumo em massa e o acesso ao emprego, o que foi possível devido à regulação Keynesiana da economia, a qual consistia em manter um padrão salarial para o consumo.

Nesse contexto, o Estado passou a ofertar aos trabalhadores e aos mais pauperizados o acesso aos serviços sociais, estendendo o conceito de cidadania como parte constitutiva do modelo complexo de proteção social. Ao assumir esse papel, o Estado passa a intervir diretamente nas relações sociais, tanto na regulamentação, quanto no financiamento das necessidades sociais por meio da ampliação de uma gama de instituições que incorporaram reivindicações da classe trabalhadora. Dessa forma, o Estado canaliza recursos públicos para o financiamento de uma rede de serviços sociais gratuitos, ampliando suas funções e o volume dos gastos públicos.

A política social no Estado keynesiano foi marcada pela oferta de serviços sociais gratuitos de cunho compensatório, focalista e que não comprometiam a lucratividade do capital e nem o rompimento das desigualdades sociais. O Estado, ao assumir parte dos custos da força de trabalho, antes pagos exclusivamente com os salários dos próprios trabalhadores, contribuía para a liberação de parte dos seus salários para o consumo de bens duráveis, impulsionando a economia e o aumento dos lucros do capital na fase do capitalismo maduro.

Potyara Pereira (2011) analisa o *Welfare State* e suas políticas sociais como um complexo moderno de proteção social, ancorado nos conceitos de seguridade e cidadania social, afirma que o Estado é parte integrante do sistema capitalista. Sobretudo, porque a criação do sistema de proteção social está relacionada à luta por maior igualdade e reconhecimento de direitos sociais, porém o compromisso é com as demandas do capital em se manter reciclado e preservado.

Parafraseando as análises de Behring e Boschetti (2008) sobre os princípios do *Welfare State*, destacamos a responsabilidade estatal em garantir a manutenção das condições de vida e proteger a classe trabalhadora das consequências econômicas e sociais por meio da universalização das políticas de educação, segurança nacional, assistência médica e habitação, bem como uma gama de serviços de assistência social.

À medida que o Estado e o empresariado davam respostas às reivindicações da classe trabalhadora, exerciam um controle do poder organizativo

por meio da cooptação das lideranças sindicais, como o que ocorreu com a social-democracia e com diversos partidos comunistas nos países europeus. Tal situação revela a face contraditória do Estado e das políticas sociais no contexto capitalista. A política social pode representar um avanço para os dominados, mas também fortalecer o poder político hegemônico na sociedade.

De fato, a política social é um processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre os interesses contraditórios na disputa pela hegemonia na condução do Estado e das políticas sociais. Sobre essa questão, Raichelis afirma:

O que se verifica a partir dessas transformações é que a esfera pública não é mais apenas uma esfera exclusiva burguesa, o que não implica que o Estado de Bem Estar Social tenha deixado de ser um Estado Classista. No entanto, não pode funcionar exclusivamente como o *comitê exclusivo da burguesia*, na medida em que esse processo de deslocamento da luta de classes para a esfera pública cria condições para a publicização do Estado a partir da dinâmica contraditória da sociedade, permitindo a constituição dos sujeitos coletivos no seu interior. (2005, p. 59, grifo da autora).

O ideário da social-democracia acarretou um processo que conjugou o ingresso da classe trabalhadora na política, exercendo pressão na busca de reestruturação das funções do Estado junto às classes sociais. Nesse sentido, o Estado, diante das pressões sociais e correlações de forças na conjuntura, acaba atuando contra ou a favor dos interesses de dada classe. Para Francisco de Oliveira,

A estruturação da esfera pública, mesmo nos limites do Estado classista, nega à burguesia a propriedade do Estado e sua dominação exclusiva [...] A esfera pública e democracia contemporâneas afirmam, de forma mais peremptória que, em qualquer outra época da história, a existência de sujeitos políticos e a prevalência de seus interesses sobre a pura lógica do mercado e do capital. (OLIVEIRA, 1998 *apud* RAICHELIS, 2005, p. 59).

Nos anos de 1980, a crise da estagnação da economia, o aumento dos gastos públicos e a reestruturação do capitalismo significaram mudanças na intervenção do Estado e na reconfiguração das políticas sociais. Fato este que trataremos a seguir.

#### 4.2 O DEBATE SOBRE O ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA

Enquanto os homens exercem seus poderes, morrer e matar de fome, de raiva e de sede são tantas vezes gestos naturais. (Caetano Veloso).

Nesta seção, a proposta é discorrer acerca das configurações do Estado e das políticas sociais com a implantação do ideário do neoliberalismo nos anos de 1980, e suas reconfigurações no cenário contemporâneo mundial.

A crise do “*Welfare State*” que se gestou nos anos de 1970, foi marcada pelo elevado déficit fiscal, o endividamento do Estado pela sua excessiva intervenção na economia e a estagnação dos lucros. Nesse período, para David Harvey “tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.” (2012, p. 135).

Dessa forma, o projeto neoliberal surge como uma reação ao “*Welfare State*”, como resposta à crise gerada pela estagnação da economia e baixa lucratividade. Segundo os neoliberais, a incisiva intervenção estatal mostrou-se ser um dos entraves ao desenvolvimento do capital. Portanto, foi necessário um redirecionamento da intervenção do Estado.

Na prática, o Estado neoliberal adotou medidas para fazer do mercado a única instância importante para a sociedade. Nesse sentido, a reconfiguração da intervenção do Estado nas décadas de 1980 e 1990 e suas inflexões para a política social está intimamente articulada a uma reação burguesa à crise do capital dos anos de 1970. Nesse cenário, os neoliberais travam um embate político no campo dos direitos sociais que reduzem drasticamente a intervenção do Estado na área social mediante a redução e privatização das políticas sociais.

A implantação da agenda programática neoliberal nos diversos países ocorreu, inicialmente, na Inglaterra, em seguida, nos países do norte da Europa (Alemanha e Dinamarca), nos governos de esquerda e nos países da social-democracia europeia (à exceção da Áustria e Suécia), mas também nos países do Leste Europeu. Assim, os governos destes países adotaram uma agenda de cunho neoliberal com inflexões diretas no campo do direito, o que acarretou o aumento das desigualdades sociais como resultante do desemprego estrutural e da redução dos gastos públicos na área social. Além disso, os governos ampliaram a arrecadação de impostos diretos e indiretos, onerando a sociedade, principalmente a classe trabalhadora. Segundo Boschetti,

As contrarreformas no âmbito dos sistemas de proteção social atingiram todos os países da Europa na década de 1990-2000 e alteraram profundamente sua lógica redistributiva, afetando a sua potencialidade histórica, contribuindo para o agravamento da pobreza e das desigualdades sociais no capitalismo. (2012, p. 778).

Para a autora, as reformas implementadas ao longo dessas décadas assumiram características diferenciadas de acordo com o tipo de regime existente nos países europeus, embora algumas mudanças sejam predominantes, como ataques aos sistemas públicos de aposentaria, estímulo aos sistemas de previdências privadas e a redução dos gastos públicos por meio da restrição e/ou redução de direitos. (BOSCHETTI, 2012).

Conclui Boschetti “[...] que a Europa terá um sistema de proteção infinitamente menos universal, mais reduzido e menos público nos próximos cinquenta anos [...]” (BOSCHETTI, 2012, p. 792). As mudanças de cunho neoliberal têm provocado o agravamento das desigualdades sociais por meio das constantes regressões dos direitos trabalhistas e ataques às políticas sociais em todo o mundo, aumentando significativamente os números de desempregados e pobres.

A crise financeira conhecida como “estouro da bolha especulativa imobiliária” dos Estados Unidos, nos anos de 2007 e 2008, evidenciou, mais uma vez, a incapacidade dos mercados de autorregular a economia de forma eficiente, provocando uma recessão global que ainda se arrastará, com efeitos nocivos por um longo prazo. A formação de nichos especulativos tem sido fundamental para a valorização do capital e, portanto, para sua existência. Mais uma vez, as respostas do Estado à crise do capital se dão mediante a injeção de recursos públicos na economia para evitar o colapso dos bancos. Essa crise tem como base a dificuldade de valorização do capital pela esfera produtiva, que acaba estimulando a valorização do capital fictício. Somam-se a isso os gastos militares no mundo, especialmente nos países mais ricos, ao lado do crescimento da dívida pública dos diferentes estados.

Diante disso, as consequências têm sido o agravamento da pobreza da classe trabalhadora, como identificado no relatório feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o qual revela que, em 2013, o número de desempregados no mundo aumentou cinco milhões. Com isso, o número de



peças sem emprego é cerca de 202 milhões, o que representa uma taxa de desemprego mundial de 6%. O Relatório do Desenvolvimento Humano (2014), afirma que mais de 2,2 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza, cerca de 842 milhões passam fome crônica e mais de 1,5 milhões de pessoas trabalham em regime de emprego precário ou informal, em todo mundo.

Nesse cenário, constatamos o aumento significativo de pessoas em situação de rua em todo o mundo, inclusive nos países europeus e nos Estados Unidos, como já apresentamos em alguns dados.

A globalização neoliberal tem aprofundado cada vez mais o acirramento das desigualdades sociais, acarretando: o aumento da miséria; a degradação das condições de trabalho e de vida; a intolerância em relação aos negros, aos estrangeiros, às mulheres e às diferentes religiões; o resgate das ideias conservadoras; o aumento da violência; o desmonte das políticas de seguridade social, educação, moradia; e, finalmente, a destruição dos recursos ambientais, ameaçando a vida do planeta.

De acordo com Giovanni Alves, “as crises financeiras recorrentes fazem com que o sistema mundial se reestruture e se expanda às custas da perda do lastro civilizatório construído durante o capitalismo “Welfare State”” (2013, p. 39), com repercussões em toda América Latina e especificamente no Brasil. A seguir, analisaremos as retrações do Estado nas políticas sociais no Brasil frente à crise capitalista.

#### 4.3 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E AS PARTICULARIDADES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Aprende depressa a chamar-te de realidade, porque és o avesso, do avesso, do avesso, do avesso (...). Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas, da força da grana que ergue e destrói coisas belas, da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas, eu vejo surgir teus poetas. (Caetano Veloso)

O nosso intuito é traçar um diálogo acerca das constantes configurações da intervenção do Estado frente às questões sociais por meio das políticas sociais no Brasil, no contexto dos efeitos das transformações capitalistas mundiais. Como sabemos, o processo de industrialização e urbanização brasileira tem como

particularidade o ideário arcaico advindo das relações sociais do período escravocrata. Essa questão trouxe implicações na criação e organização do Estado nacional, nos termos de Florestan Fernandes (2005), sob a persistência das estruturas sociais coloniais e a influência do liberalismo na separação e na superposição dos planos de organização do poder.

Diferentemente dos países capitalistas avançados, as políticas sociais no Brasil tiveram na sua origem a marca da dependência econômica e do domínio colonialista, que, inclusive, permeia os dias atuais, à medida que a trajetória das políticas sociais não possui caráter estruturante e universal. Segundo Pereira,

A proteção social no Brasil não se apoiou nas pilastras do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda de reprodução de estratos sociais majoritários da população na pobreza extrema. Além disso, dada a fragilidade das instituições democráticas nacionais, a política social brasileira teve seus momentos de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania: durante os regimes autoritários e sob o governo de coalizões conservadoras. Isso deu ensejo à prevalência de um padrão nacional de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira. (2002, p. 125).

Nos anos de 1930 da era Vargas, no contexto de industrialização em curso, surgem as primeiras medidas de proteção social, que demarca mudanças no trato à *questão social*, deixando de ser um caso de polícia. O Estado assume a responsabilidade em incentivar a industrialização e regulamentar as tensões sociais entre a burguesia e os trabalhadores, com a criação de uma gama de instituições que ofertam serviços públicos, bem como a implantação de uma legislação social e trabalhista. No tocante às políticas sociais, destacamos: a criação dos Ministérios do Trabalho, da Indústria e Comércio, da Educação, da Saúde e a criação dos primeiros Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs, numa perspectiva contributiva e com o objetivo de garantir seguros sociais em caso de perda da capacidade laboral do trabalhador. Foram adotadas medidas como a jornada de oito horas, férias remuneradas, contrato coletivo, aposentadoria, seguro-desemprego, regulação dos acidentes de trabalho, implantação do salário mínimo e salários indiretos mediante a oferta de benefícios sociais. Em 1932, foi implementada a Carteira do Trabalho e a criação do imposto sindical obrigatório. Vale registrar que nesse período já era

presente a oferta da saúde privada e o surgimento das entidades filantrópicas de saúde.

No tocante à política de Assistência Social, em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência Social – LBA, com o objetivo de atender as famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial e suas ações estavam sob a égide da tutela, do favor e do clientelismo. A LBA, no decorrer da sua existência, foi o espaço “nato” das primeiras damas, marcando, até os dias atuais, a política de assistência social.

Os anos seguintes (1945 – 1964) foram marcados pela transição do modelo agroexportador para uma industrialização com base na produção de bens duráveis e um processo de urbanização com construção de grandes obras. Esse período também foi marcado pelas interferências das agências internacionais na economia e nas decisões políticas do país. No tocante às políticas sociais, esse período não demarcou grandes avanços no que se refere à universalização dos direitos sociais. Foram adotadas algumas medidas no campo do Trabalho, como: implantação do 13º salário; o salário-família para o trabalhador urbano; a promulgação da Lei Orgânica da Assistência – LOAS; e a criação de novos IAPs.

O período ditatorial (1964 – 1985) significou o ápice da burocratização das instituições em um cenário de acirramento das desigualdades sociais advindas dos aumentos constantes dos preços dos produtos, arrocho salarial e a política de linha dura no controle da sociedade civil. A modernização das instituições teve como pilar o saber técnico em detrimento da participação da sociedade e do uso da organização estatal para expandir a base de apoio ao governo militar. O Estado concretizou um pacto contrarrevolucionário que assegurasse os interesses dos monopólios imperialistas e da burguesia nacional.

No campo da proteção social, entre os anos de 1964 e 1966, no do Presidente Castelo Branco, foram criados o Banco Nacional de Habitação, Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a implantação de programas nacionais de cunho social, como os Centros Sociais Urbanos e Rurais e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), em 1965. A ampliação e a modernização do sistema de proteção social fortaleceram algumas características, tais como a fragmentação e a centralização administrativa, reduzindo o índice de cobertura e fragilidade no financiamento na área social.

Em 1974, foi instituído o Ministério da Previdência e Assistência Social, que incorporou a LBA, ampliando o raio de atuação tanto quanto às áreas geográficas, quanto ao âmbito da ação protetiva. Vale ressaltar que tais mudanças não romperam com o caráter assistencialista e paternalista na prestação de serviços e benefícios da assistência social.

No tocante às políticas de habitação e de saneamento básico, foram formuladas, financiadas e avaliadas por uma agência federal e executadas por uma série de agências nos âmbitos dos municípios. Nesse contexto, o processo de urbanização foi marcado pelo empobrecimento da população, ampliando as demandas por ações no campo da proteção social aos estados e municípios.

A intervenção estatal na ditadura militar não pode ser pensada de maneira dissociada da estratégia keynesiana, a qual mostrava os primeiros sinais de estagnação da economia, crise da superprodução e desemprego crescente nos anos de 1970, do cenário internacional. Isto passou a exigir uma intervenção estatal no intuito de amortecer os efeitos da crise do esgotamento da regulação keynesiana nas relações econômicas, sociais e políticas. Para Behring e Boschetti (2008, p. 125),

Se o Estado social foi um mediador ativo na regulação das relações capitalistas logo após a segunda Guerra Mundial, o período pós-1970 marca o avanço de ideias neoliberais que começaram a ganhar terreno a partir da crise capitalista de 1969-1973. Os reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação foram fermento para os argumentos neoliberais criticarem o Estado social e o “consenso” do pós-guerra, que permitiu a instituição do *Welfare State*.

As autoras reforçam ainda que, no Brasil dos anos de 1974, começam a transparecer as primeiras fissuras do esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador – conservador do regime, em função dos impactos da economia internacional (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Diante disso, os anos seguintes foram marcados pela abertura lenta e gradual do processo de democratização sob o controle das elites com vistas para um cenário neoliberal em curso mundialmente, como já vimos.

Assim, a década de 1980 inaugurou uma nova relação entre Estado e sociedade civil, como também um período de transição dos governos militares à reorganização política e abertura democrática. De fato, o marco da década será a aprovação da Constituição de 1988, resultante das conquistas capitaneadas pelos

movimentos sociais, oriundos de diversos setores da sociedade, na luta pela ampliação das políticas sociais e dos direitos sociais. Na análise de Bravo,

Um aspecto importante a ser ressaltado, nesse período, foi processo constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que representou, no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão do nosso país frente à grave crise e às demandas de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social. A Constituição Federal de 1988 introduziu avanços que buscaram corrigir as históricas injustiças sociais acumuladas secularmente, incapaz de universalizar direitos tendo em vista a longa transição de privatizar a coisa pública pelas classes dominantes. (2002, p. 44).

A Constituição de 1988 garantiu a universalização da saúde como marco legal, via a implantação do Sistema Único de Saúde – SUS, juntamente com os princípios da descentralização, integralidade e participação popular. Essa conquista foi fruto do movimento sanitário formado por diversos setores da sociedade comprometidos com a política de saúde como um direito de todos e dever do Estado.

Na Constituição em questão, a Assistência Social foi incluída no campo da proteção social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, no sistema da Seguridade Social. Esse novo quadro demarca o reconhecimento da assistência social como uma política pública de “mecanismo de concretização de direitos sociais”, nos termos de Potyara (2002, p. 226).

Nesse processo de abertura, a agenda de mudanças foi pautada no sentido de criar canais institucionais de participação social e controle social da sociedade civil junto às políticas sociais, como respostas aos movimentos sociais na luta por democratização. Segundo Potyara (2002), a Constituição de 1988 significou a reformulação formal do sistema de proteção, com a inclusão de importantes conceitos, como direitos sociais, universalização, equidade, descentralização político-administrativa, controle democrático, mínimos sociais, dentre outros.

A crise econômica mundial dos anos de 1980 e 1990, face ao colapso financeiro internacional, impôs aos países latino-americanos programas de ajustes estruturais que trouxeram grandes impactos para as políticas sociais, constituindo uma arena de tensionamentos entre as conquistas constitucionais asseguradas na Constituição e as diretrizes neoliberais ditadas pelo Consenso de Washington.

Desse modo, a intervenção estatal por meio das políticas sociais se reconfiguraram no contexto neoliberal brasileiro a partir dos anos de 1990 até os dias atuais. Segundo Álvaro Amorim (2010), o Estado desempenha um papel indispensável, uma vez que custos sociais perpassam diretamente por suas ações e não ações. Para o autor, a industrialização tardia e uma democratização relativamente recente resultaram em limitações na universalização referente às políticas sociais (AMORIM, 2010). A esse respeito, Boschetti e Salvador afirmam:

[...] Que as condições se tornam desfavoráveis aos defensores dos direitos sociais a partir de 1990, como uma nova hegemonia burguesa de cunho neoliberal, que vai potencializar novas e antigas dificuldades para consolidar a seguridade social no Brasil. (2006, p. 29).

Nos anos de 1990 a 1992, o presidente Collor de Melo deu início ao processo com medidas de desestruturação do orçamento, visando a dificultar a materialização da seguridade social, inclusive as que serviram de base para as argumentações que contribuíram para as reformas pautadas na privatização e mercantilização. Na área social, o presidente Fernando Collor vetou na íntegra a Lei Orgânica da Assistência Social, sancionada em seguida pelo seu vice, ao assumir a presidência, Itamar Franco, em 1993.

Em 1991, sob a gestão de Rosane Collor, vieram à tona diversas denúncias de desvios de verbas na LBA, culminando na sua extinção por meio do art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, publicada no primeiro dia em que assumiu o Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-1998; 1999-2002).

O governo FHC desencadeou uma série de ataques visando à privatização e à mercantilização das políticas sociais. Com o propósito de melhorar a qualidade da saúde, o governo ampliou recursos com o objetivo de suprir as deficiências financeiras do Sistema Único de Saúde – SUS por meio da criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, que foi extinta no primeiro mandato da presidenta Dilma, sob forte pressão do Partido da Social Democracia – PSDB. Em contrapartida à ampliação dos recursos, o governo manteve a racionalização dos gastos, incentivos aos planos de saúde e a precarização nas formas de contratações e condições de trabalho através do

fenômeno da terceirização, bem como a implantação das Organizações Sociais – OS e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Sob a ótica da promoção da igualdade de oportunidades e da proteção aos grupos “vulneráveis”, esse governo implantou uma gama de programas sociais de combate à pobreza, tais como o Programa Comunidade Solidária (o qual, em seguida, no segundo mandato, passou a ser chamado de Programa Comunidade Ativa), o Projeto Alvorada e a Rede de Proteção Social. Tais programas consistiam no repasse de transferências monetárias a pessoas ou famílias de renda mais baixa. Nesse período, foi também implementado o Cadastro Único como referência para inclusão nos Programas de Transferências de Renda, como o Bolsa Escola (1998), Agente Jovem e Vale Gás (2002), Programa Bolsa-Alimentação (2001), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (1995). Outros programas também foram implementados com o intuito de aliviar os efeitos do aumento do desemprego com as medidas neoliberais, tais como Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

De fato, os programas sociais mantiveram o caráter fragmentado, pulverizado e seletivo como resposta ao agravamento da *questão social* mediante o aumento da pobreza e da desigualdade social, agravada principalmente pelo aumento do desemprego no país.

Na análise de Iamamoto (2001), o processo de privatização das políticas públicas trouxe uma nítida ofensiva com a inserção de grandes empresas oligopolistas na esfera da “filantropia social”, a qual consiste no renascimento da filantropia sob novas bases, assumida pelo grande capital por meio de sua máscara humanitária e com fortes apelos à solidariedade social. Com isso, ocorreu uma ampliação e diversificação de organizações não governamentais em parcerias com o Estado na realização de ações e programas voltados para a população mais pobre. De fato, a redução dos gastos públicos na esfera das políticas sociais se deu aliada à desresponsabilização estatal.

Merece destaque a maneira truculenta e repressora com que eram tratados os movimentos sociais na luta pela manutenção das conquistas garantidas na Constituição de 1988, a exemplo da reforma da previdência mediante a substituição do tempo de trabalho para tempo de contribuição.

Os anos do governo Luís Inácio (2003 – 2010) também foram marcados por retrações nas políticas públicas. A crise mundial de 2008 afetou a economia brasileira e, para amenizar seus efeitos, conforme Evilásio Salvador (2010), o governo repassou R\$ 475 bilhões para as instituições bancárias privadas, sem quaisquer contrapartidas no sentido de manutenção ou ampliação de postos de trabalho e dos direitos sociais. Vale ressaltar ainda que as medidas de desonerações tributárias associadas à expansão do crédito para consumo também foram medidas adotadas para combater à crise. Tais medidas repercutiram no campo da seguridade social, com severas restrições na ampliação das despesas orçamentárias para cobrir gastos com previdência, saúde e assistência social. Esse autor destaca que:

O orçamento da seguridade social continua perdendo recursos de suas fontes tributárias 'exclusivas' devido à transferência de recursos para o orçamento fiscal por meio da Desvinculação das Receitas da União – DRU. A DRU transforma os recursos destinados ao financiamento da seguridade social em recursos fiscais para a composição do superávit primário e, por consequência, a sua utilização em pagamentos da dívida. (SALVADOR, 2010, p. 626).

Ainda de acordo com Salvador, o governo, por meio da DRU, desviou do Orçamento da Seguridade Social para o orçamento fiscal um montante de R\$ 39,2 bilhões em 2009, e que já foram retirados desde o ano 2000 mais de R\$ 300 bilhões. (SALVADOR, 2010, p. 626). Diante disso, constatamos que propostas de “Contrarreforma” da Previdência Social são materializadas pelo Governo Lula sob a égide das recomendações rigorosas do Banco Mundial. Com isso, o governo conquistou a previdência social como um novo nicho para a acumulação capitalista por meio de seguradoras privadas.

No cenário de ambiguidades que versam o governo petista, estudos realizados pela Fundação Perseu Abramo (FPA), com base nos dados do IBGE, aponta que, entre os anos de 2002 e 2012, 22,5 milhões de brasileiros deixaram a condição de pobreza no país. O instituto mostra ainda que 74% dos 22,5 milhões que deixaram a situação de pobreza pertenciam ao meio urbano, enquanto os 26% restantes, à área rural. Esses índices são resultados do aumento de trabalhadores com carteira assinada, aumento do salário mínimo e dos programas sociais de transferência de renda. Por exemplo, cerca de 11 milhões de famílias tiveram acesso ao benefício do Programa Social Bolsa Família. Já o salário mínimo teve um



aumento de 42,8%. Esses investimentos tiveram “efeitos de retirar o Brasil da lanterna da lista dos países mais desiguais do mundo.” (MARICATO, 2009, p. 285).

Para Maricato, os investimentos em políticas públicas custaram aos cofres públicos R\$ 21 bilhões, o valor equivalente dos lucros dos principais bancos em 2007. Enquanto a Lei Orçamentária era aprovada no Congresso Nacional, o governo pagou aproximadamente R\$ 180 bilhões pelos juros da dívida pública, configurando uma gigantesca transferência de recursos públicos para o sistema financeiro. (MARICATO, 2009, p. 285).

É também no seio das contradições do governo Lula que a Política Nacional para População em Situação de Rua – PNPR entrou em cena em 2009, como resultado de um longo processo de debates, avanços e lutas. Vale lembrar que a Política Nacional para População em Situação de Rua é fruto de processo organizativo do Movimento Nacional População em Situação de Rua – MNPR<sup>37</sup> e entidades de apoio.

O MNPR vem ganhando visibilidade em torno das bandeiras de luta da população em situação de rua junto à sociedade e nas agendas governamentais, na perspectiva de garantir acesso aos direitos sociais, como declara o militante e articulador do MNPR no Ceará:

Em dez anos de existência, tivemos conquistas emblemáticas, como a aprovação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do decreto 7053/2009. Instituída em decorrência das disposições da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei 8.742/93), a política nacional prevê, dentre outros objetivos, o desenvolvimento de ações educativas permanentes que contribuam para a “formação de uma cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos”, além da implantação de Centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua, prevendo também a participação da referida população no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua. (Cirlândio Rodrigues).

Para o referido militante, a aprovação da Política Nacional deu início ao processo de superação do caráter filantrópico e da caridade, que historicamente tem

---

<sup>37</sup> O MNPR surgiu como uma forma de protesto da população em situação de rua e entidades frente ao episódio da Chacina da Sé, em 19 de agosto de 2004, no qual quinze adultos em situação de rua foram agredidos, quinze morreram e oito ficaram feridos. Os responsáveis até hoje não foram a julgamento. Como forma de lembrar e protestar, 19 de agosto passou a ser considerado o dia de luta para o Movimento Nacional População em Situação de Rua.

marcado o atendimento à população em situação de rua, como nas suas próprias palavras:

A população em situação de rua geralmente era alvo da caridade de entidades religiosas. Não que seus trabalhos tenham sido irrelevantes, mas que neste momento estamos em outro momento. O momento que nos move é luta por políticas públicas de qualidade para todos, e não legitimar a ineficiência do Estado. (Cirlândio Rodrigues).

A Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS promoveu, em 2005, o I Encontro Nacional para a População em Situação de Rua<sup>38</sup>, com o intuito de discutir os desafios e propor estratégias coletivas para a formulação da Política Nacional para População em Situação de Rua. Dessa forma, o Governo sancionou a alteração na LOAS, por meio da Lei Nº 11. 258<sup>39</sup>, que objetiva acrescentar à Assistência Social o dever de ofertar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

O MDS coordenou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua e os seus resultados foram publicados em 2009, por ocasião do II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua<sup>40</sup>. Nesse evento, foi validada a proposta intersetorial da Política Nacional para a População em Situação de Rua por meio do Decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009, que também institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMP/Rua. A referida pesquisa permitiu compreender a caracterização da população em situação de rua e que trouxe contribuições para a formulação e implantação de políticas públicas.

Nessa direção, com a aprovação da resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, passou a constar, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a oferta de serviço especializado para a população em situação de rua, que se constitui como responsabilidade da Proteção Média Complexidade – PSE, inserida na Política de Assistência Social. A Política Nacional para População em Situação de Rua prevê objetivos para diversas políticas públicas, estabelecendo

---

<sup>38</sup> Ver Relatório do Encontro. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/livros/relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua>>.

<sup>39</sup> Ver lei na íntegra. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis/arquivos/lei-11-258-30-12-2005.doc/view>>.

<sup>40</sup> Ver Relatório do Encontro. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/livros/relatorio-do-ii-encontro-nacional-sobre-populacao-de-rua>>.

responsabilidades na garantia do atendimento com qualidade e respeito a sua autonomia.

Outro marco importante na luta do MNPR se deu mediante a aprovação da Instrução Operacional Conjunta entre Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc, de nº 07, de 22 de novembro de 2010, que orienta municípios e Distrito Federal à inserção da população em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, cabe à Assistência Social possibilitar o acesso da população em situação de rua aos benefícios socioassistenciais e aos programas de transferência de renda, promover articulações entre as políticas públicas, estruturar serviços de acolhimento temporários e implementar os Centros POP.

Ressaltamos que as medidas supracitadas por parte do governo federal são importantes em garantir à população em situação de rua acesso aos direitos sociais, porém não constituem políticas sociais estruturantes que possam romper com o círculo da desigualdade social no Brasil. No entanto, o Centro POP tem sido fundamental na garantia de acesso aos direitos sociais, na melhoria das condições de vida, na oferta de possibilidades de construção de novos projetos de vida, nos processos de saída das ruas e constituindo uma das estratégias na garantia da satisfação das necessidades humanas. Em diversos momentos da nossa pesquisa, surgem relatos sobre a importância do Centro POP.

O Centro POP ajuda em muita coisa, se não fosse, a gente tava tomando banho e lavando as roupas nas lagoas, que muitas vezes tão sujas. No dia que não tem o Centro POP, o café da manhã é todo mundo com fome. A gente tem que dá os pulos. (Raquel de Queiroz).

O Centro POP mudou muito na minha vida: O pessoal me ajudou a tirar meus documentos, me cadastraram no Bolsa família. Me encaminharam para o aluguel social e vou sair da situação de rua. Me orientaram sobre os meus direitos como mãe, poder visitar meus filhos que estavam em época no abrigo. Hoje eles saíram e estão em uma família acolhedora. Que podemos visitar com mais frequência. Estou grávida, antes de ter meu filho, vou receber a casa para morar. (Princesa Diana).

O militante Cirlândio Rodrigues expressa uma análise extremamente relevante acerca do Centro Pop.

Conquista para população em situação de rua, mas às vezes me pergunto: Será que não segregamos demais? Gente os CRAS, CREAS, atende pessoas, famílias, crianças, enfim atende a população. Acontece que se um morador de rua precisar ser atendido por um CRAS, CREAS, ele não consegue, por quê? Por que existe um Centro POP, o meu medo! Tenho Centenas de casos de violações neste sentido inclusive quando a pessoa está saindo das ruas e voltou para a família e onde os profissionais se negam a atender e manda para Centro POP. Aí este é desafio que vamos ter cotidianamente. (Cirlândio Rodrigues).

De fato, apenas recentemente a realidade da população em situação de rua adentrou nos debates governamentais e na sociedade, portanto, aponta-nos para enormes desafios na perspectiva de garantir direitos sociais, como afirma Lúcia Lopes:

No processo de enfrentamento desse fenômeno por meio de políticas públicas, apesar dos limites que esse tipo de enfrentamento possui no que se refere à alteração das causas estruturais do fenômeno, os direitos sociais. Sabe-se que essa conjugação é um desafio e um percurso inédito das políticas públicas no país. Entretanto, é uma conjugação necessária na perspectiva da cidadania e respeito à condição humana das pessoas em situação de rua. (2009, p. 193).

As políticas sociais no Brasil têm sido pensadas no intuito de amenizar a pobreza, sobretudo porque não tem implicado mudanças estruturais, na perspectiva de garantir de uma dignidade à maioria dos brasileiros. Sobre essa discussão, concordamos com Mota, que ainda afirma que:

Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho (postulado inexistente na sociedade regida pelo capital), seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, seja pelo nível de desemprego, ou pelas orientações macroeconômicas vigentes, o Estado capitalista amplia o campo de ação da Assistência Social ao mesmo tempo em que limita o acesso à saúde e à previdência social pública. Não se trata de uma visão estreita ou residual da política de Assistência Social – seja ela concebida como política ou intersetorial – o que está em discussão é o estatuto que assume nessa conjuntura. (2008, p. 141).

A atual presidenta da república Dilma Roussef (2011-2014) assumiu o governo, com o *slogan* “País rico é país sem pobreza”, e, no primeiro ano de mandato, lança o programa “Brasil sem Miséria”, com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população, principalmente das famílias extremamente pobres, com renda familiar até R\$ 70,00 por pessoa. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, estão nesta situação 16,2 milhões de brasileiros. Segundo Barbosa (Org.),

O governo preso a uma ampla coalização política, que conta com uma participação expressiva de segmentos conservadores, eles próprios favorecidos pela desigualdade, parece avançar pela linha de menor resistência. O objetivo é concentrar os recursos naqueles que mais precisam, no intuito de melhorar as suas condições de vida, ao mesmo tempo em que obtém estatísticas positivas e dividendos eleitorais. (2012, p. 45).

Nesse sentido, os principais programas sociais da era Lula obtiveram ampliações no governo da presidenta Dilma Rousseff, como o Programa Bolsa Família, que atendeu 14.086.199 famílias pobres e extremamente pobres do país até dezembro de 2013 (Relatório de Gestão/2013 – SENARC). De acordo com o relatório Políticas Permanentes de Habitação, o Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, reduziu o déficit habitacional de 5.703 para 5.245, em termos percentuais, uma redução de 8,04%, comparados os anos de 2009 e 2012, com o investimento da ordem de 223,14 de bilhões, até julho de 2003.

Cabe a reflexão de que esses programas estão longe de mexer no nervo nevrálgico das estruturas das desigualdades sociais no Brasil. Ademais, os programas corroboram a ampliação do lucro das empresas privadas, à medida que o governo realoca recursos públicos em setores privados, a exemplo do Programa Minha casa, Minha Vida mediante contratos com as construtoras. Tais programas são marcados por exigências e contrapartidas por parte dos/as beneficiários/as, bem como o caráter seletista e mercadológico.

Na área da educação, assistimos ao aumento do número de vagas nas universidades públicas, possibilitando o ingresso de alunos advindos das escolas públicas por meio da lei de cotas. Em contrapartida, a ampliação desmedida do ensino privado com investimentos públicos, contribuindo decisivamente para o processo de mercantilização da educação superior.

No tocante à previdência social, Dilma conseguiu, no primeiro mandato, a aprovação do Regime de Previdência Privada – Funpresp para o setor público, o que acarretou perdas trabalhistas históricas, significando um processo lento e gradativo de privatização.

Em 2015, no segundo mandato, a presidenta, via edição de Medida Provisória (MP), propõe uma série de mudanças para os benefícios previdenciários, dentre elas: o seguro-desemprego e pensão por morte. Tais mudanças são apresentadas sob o discurso de corrigir excessos e evitar distorções na Previdência. No caso do seguro-desemprego, a mudança elevará de seis para dezoito meses o

período seguido de trabalho para o acesso ao benefício à primeira vez, na segunda, o trabalhador deverá trabalhar por doze meses seguidos e, na terceira solicitação, o período de trabalho exigido continuará sendo de seis meses. Com a aprovação dessa mudança, o governo economizará nove bilhões de reais em apenas um ano, segundo declarações do Ministro do Trabalho Manoel Dias.

Os critérios para obter pensão por morte também ficarão mais rigorosos e o valor por beneficiário será reduzido, pois o governo pretende instituir um prazo de vinte quatro meses de contribuição do segurado para que o dependente obtenha o direito ao benefício. Na realidade, as mudanças na Previdência Social implicam em perdas trabalhistas para classe trabalhadora, que é quem mais uma vez pagará a conta da crise econômica, embora o discurso é que a “[...] saída para a crise exige consensos e sacrifícios de todos.” (MOTA, 2008, p. 101).

A realidade brasileira nos aponta para reflexões e lutas contínuas pelas conquistas sociais que constantemente são submetidas aos interesses do capital. O tempo presente nos leva à reflexão de que “é preciso estar atento e forte”<sup>41</sup> na luta pela garantia da manutenção dos direitos sociais conquistados e na busca incessante por políticas sociais comprometidas com cidades com mais qualidade de vida, mais justas e igualitárias.

---

<sup>41</sup> Fragmento da música *Divino Maravilhoso*, Caetano Veloso, em 1968.

## 5 CIDADE, QUESTÃO SOCIAL E O DEBATE DAS NECESSIDADES HUMANAS: AS PARTICULARIDADES EM MARACANAÚ.

E a cidade se apresenta centro das ambições, para mendigos ou ricos, e outras armações. Coletivos, automóveis, motos e metrô, trabalhadores, patrões, policiais, camelôs [...]. (Chico Science).

Ao analisarmos a realidade brasileira, evidenciamos que o trecho da música reflete o cenário das cidades urbanas marcadas por contradições sociais entre pobres e ricos. É cabível, então, dedicar-nos ao debate sobre o conceito de cidade a partir de um diálogo com as produções teóricas de diversos estudiosos e os dados da pesquisa de campo.

O debate proposto tem como ponto de partida a compreensão de que a cidade é formada por espaços urbanos nos quais a população em situação de rua constrói os percursos, vivências e estratégias visando a satisfazer as necessidades humanas, no caso específico deste estudo, na cidade de Maracanaú. Convém expor que o trajeto da pesquisa aflorou a importância de dialogar acerca do que entendemos por **Necessidades Humanas**.

Dito isto, delineamos o presente capítulo em três momentos. O primeiro destina-se à exposição sobre o conceito de cidade, demarcando o nosso posicionamento enquanto espaço da produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Em seguida, dialogaremos com estudiosos cuja produção promove a reflexão sobre o conceito de necessidades humanas. Por último, debateremos alguns elementos das expressões da questão social do campo da nossa pesquisa.

### 5.1 A CIDADE COMO PALCO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E AS NECESSIDADES HUMANAS

Nas grandes cidades de um país tão irreal, os muros e as grades nos protegem de nosso próprio mal. Levamos uma vida que não nos leva a nada. Levamos muito tempo pra descobrir que não é por aí... não é por nada não. Não, não pode ser... é claro que não é, será? (Humberto Gessinger)<sup>42</sup>

<sup>42</sup> Trechos da música *Muros e Grades*, interpretada pela banda Engenheiros do Hawaii, 2004.

Partimos da compreensão de que o fenômeno população em situação de rua não está restrito às grandes metrópoles capitalistas, ao contrário, está presente em todas as cidades como resultado das desigualdades sociais. Nesse sentido, é pertinente nos deter ao debate do conceito cidade no cenário contemporâneo, em que população em situação de rua é um fenômeno produzido e reproduzido historicamente e socialmente na sociedade capitalista ao longo da história.

Nesse sentido, partimos do entendimento de que a cidade está para além da organização da infraestrutura ofertada à população mediante a construção de prédios, casas, praças, ruas e outras edificações. A cidade é construída a partir da práxis coletiva, produzida e reproduzida pelas relações sociais que emergem na sociabilidade capitalista, como bem nos leva à reflexão a epígrafe anterior.

Para nós, a cidade é palco das expressões das relações sociais inerentes a uma determinada sociabilidade. As cidades expressam as condições de vida, as relações entre os indivíduos, as desigualdades sociais e a organização dos serviços públicos prestados ao conjunto da população. Sobre isso, concordamos com Maricato quando afirma:

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. (2013, p. 20).

A cidade é o espaço do grande negócio, especialmente para os grandes capitais que lucram com a exploração, lucros e rendas. “Existe um palco de disputa entre os habitantes que buscam melhores condições de vida e aqueles que apenas visam extrair ganhos.” (MARICATO, 2013, p. 20).

As cidades brasileiras se constituem em verdadeiros mosaicos construídos sob uma forte desigualdade advinda de uma herança histórica e econômica do período escravocrata que influenciou significativamente todo o processo de urbanização no Brasil. O processo de urbanização das cidades tem sido marcado pelo caráter segregador, principalmente pelo deslocamento da população pobre para os locais mais distantes, formando as periferias. O modelo de urbanização tem se consolidado a partir de uma matriz formada pelos ideários neoliberais, gerando uma segregação urbana e ambiental. Isso tem contribuído para



uma crescente especulação imobiliária e privatização dos espaços urbanos, que tem sido incompatível como um planejamento urbano racional. Segundo Maricato,

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (2003. p. 152).

No tempo presente, as cidades estão cada vez mais marcadas por um processo de privatização dos espaços públicos. Nesse processo, é evidente o compromisso do Estado com a acumulação do capital. Rolnik analisa que:

Uma nova geografia se arma na paisagem global. Nela, as cidades foram de certa maneira desconectadas dos limites dos Estados nacionais que as continham, e, soltas numa rede perversa estruturada por um capital flutuante, procuram redefinir seu papel. Boa parte da produção contemporânea do urbanismo tem sido mobilizada para criar uma cenografia de tal forma que a cidade se transforme numa espécie de produto à venda num stand, fazendo parte de uma megaexposição global de cidades à procura de empresários transnacionais que decidam nela investir (2003, p. 3).

A lógica na cena contemporânea está voltada para intervenções nas cidades com a construção de grandes obras sob o forte apelo de melhorar a infraestrutura urbana com excessivo gasto público associado ao capital privado. Nesse contexto, o Estado renuncia a uma concepção de política urbana comprometida com a garantia da preservação da memória coletiva, com os espaços verdadeiramente públicos e com as riquezas ambientais.

Ao nos debruçarmos sobre o Estatuto da Cidade (EC) <sup>43</sup>, lei federal brasileira nº 10.257, aprovada em 2001, reconhecemos o avanço na conquista do acesso à terra no espaço urbano, já que contempla os diversos aspectos relativos à organização democrática da cidade, à justiça urbana e ao respeito ao meio ambiente. O Estatuto da Cidade, o Plano Diretor e seus instrumentos legais são

---

<sup>43</sup> O Estatuto da Cidade é a lei federal brasileira que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. O artigo nº 182 dispõe que a política urbana é responsabilidade do Município e deve garantir as funções sociais da cidade e o desenvolvimento dos cidadãos. Estabelece, ainda, que o Plano Diretor Municipal é o instrumento básico do ordenamento territorial urbano, devendo definir quais devem ser os usos e as características de ocupação de cada porção do território municipal, fazendo com que todos os imóveis cumpram a sua função social.

fundamentais na garantia do acesso à terra urbana, mas não podem prescindir do compromisso político, financeiro e jurídico do poder público. Em Maracanaú, o processo de construção do Plano Diretor tem se constituído em um processo “inconcluso”<sup>44</sup>, que perdura há anos e que contribui para um processo de ocupação do solo de forma desordenada e sem o planejamento democrático da infraestrutura do meio urbano, de acordo com as necessidades da população mais pobre.

Na atualidade, o debate sobre cidade tem sido deflagrado a partir do conceito de território como uma das estratégias na elaboração das políticas sociais. Nesse debate, destacamos a contribuição de Dirce Koga, ao tratar o território como um espaço da cidade, o chão do exercício da cidadania, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. Portanto, o território:

Ganha concretude justamente pelo seu aspecto intrinsecamente relacional, em decorrência não somente das relações sociais estabelecidas no lugar cotidiano, como também pela possibilidade de seu alcance com outras dimensões da cidade e cidadania. Pois a partir do território vai-se além da visão micro ou do localismo reducionista, tendo em vista que as próprias condições de vida do lugar remetem diretamente a relações entre populações e lugares, entre um pedaço e outro da cidade, entre o lugar e a totalidade da cidade, entre a situação do lugar e as políticas que se direcionam à manutenção ou à transformação das condições de vida (2011, p. 59).

As políticas públicas estão sendo operacionalizadas nos locais onde vivem as pessoas, possibilitando uma maior participação dos/as cidadãos/as. Assim, as cidades passam a desempenhar um papel fundamental no processo de descentralização e municipalização das políticas públicas, como já acontece na saúde, educação e assistência social. As políticas sociais ofertadas cada vez mais próximas dos territórios nas cidades possibilitam:

Pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revisita à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive nesse território, se o considerarmos para além do espaço físico, isto é, como toda gama de relações estabelecidas entre seus moradores, que de fato o constroem e reconstróem. Partir do local não significa uma negação das questões universais ou de uma perspectiva mais totalizante sobre a realidade [...]. (2011, p. 26).

---

<sup>44</sup> As aspas nossas.

Na nossa concepção, a discussão sobre o estudo do território como uma potencialidade na formulação e intervenção das políticas sociais não é algo tão simples, pois corremos o risco de fragmentar a análise da realidade e as refrações da *questão social*, deslocando os problemas sociais das contradições existentes numa conjuntura mais ampla. A noção de território pode contribuir na construção de políticas públicas mais direcionadas ao atendimento das especificidades de grupos, às particularidades culturais e históricas, às condições ambientais, às características e aos recursos existentes no próprio território. Para Siqueira, “uma coisa é incluir a noção de território para dotar de mais e mais ricas determinações a questão da pobreza, outra coisa é imaginar que sua gênese possa ser explicada a partir das dimensões territoriais.” (2013, p. 209).

Embora considerando a importância do debate sobre os territórios, reafirmamos que o campo da nossa pesquisa é a cidade na sua totalidade, por compreender que a população em situação de rua não possui um território específico, pois transita nos diversos espaços da cidade de acordo com as suas demandas, como vimos anteriormente sobre as escolhas dos locais.

A cidade, para Mauro Iasi, “não é apenas a organização funcional do espaço, suas edificações, seus bairros, pessoas carregando sonhos, isoladas na multidão, em um deserto de prédios, que aboliu o horizonte e apagou estrelas.” (2013, p. 41).

Nesse sentido, é fundamental compreender as forças sociais contraditórias, fruto da interação de diferentes encontros e relações sociais intimamente interligadas que se gestam na dinâmica da cidade, onde os atores sociais constroem relações sociais a partir da divisão social do trabalho. A cidade é:

A forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhes são próprias. É a unidade de contrários, não apenas pelas profundas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e da explosão. As contradições, na maioria das vezes, explodem cotidianamente, invisíveis. Bairros e pessoas pobres, assaltos, lixo, doenças, engarrafamentos, drogas, violência, exploração, mercado de coisas e de corpos transformados em coisas. (IASI, 2013, p. 41).

É no cenário repleto de contradições fincadas no solo da produção e reprodução do capital que os/as moradores/as das cidades buscam satisfazer as necessidades humanas. Mas, já que estamos falando sobre necessidades humanas, quais são as possibilidades de satisfazê-las, considerando que as cidades

brasileiras historicamente são espaços repletos de conflitos e disputas entre os que desejam melhores condições de vida e outros que, de forma insaciável, buscam o usufruir do lucro. Nesse sentido, a seguir discutiremos o que entendemos por necessidades humanas.

## 5.2 O CONCEITO DE NECESSIDADES HUMANAS: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

A gente não quer só dinheiro. A gente quer dinheiro e felicidade. [...]. Diversão, balé. Como a vida quer. Desejo, necessidade, vontade. Necessidade, desejo é necessidade. Vontade é necessidade (...) (Arnaldo Antunes, Sérgio Brito, Marcelo Fromer).

Primeiramente, gostaríamos de frisar que o debate acerca do que entendemos por necessidades humanas não é uma tarefa fácil, dada a amplitude da discussão e principalmente em um contexto historicamente determinado pela hegemonia do capital, no qual elas só podem ser satisfeitas no mercado. Nesta tarefa, o nosso caminho será de apontar algumas reflexões a partir de diversos autores pautados no materialismo histórico.

Segundo Marx (1987), o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a História, é que o homem esteja em condições de viver para “fazer história”. Para viver, é preciso comer, beber, ter moradia, vestir-se, entre outras coisas. Assim, o primeiro ato histórico é, portanto, a criação dos meios de produção que permitam satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; de fato, este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história. Satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la conduz ao surgimento de novas necessidades.

Ao lado dessa concepção objetiva e universal das necessidades, Potyara Pereira (2002) identifica, na tradição Marxista, considerações relativistas e subjetivistas calcadas na compreensão de que as necessidades humanas são produto do meio e da cultura do qual os homens fazem parte. Nesse sentido, queremos enfatizar que em hipótese nenhuma reduzimos as necessidades humanas a uma dimensão economicista. Segundo Heller,

As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do “Eu”, O “EU” tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no “EU” nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “EU”. (2008, p. 35, grifo da autora).

Nessa direção, compreendemos que dentre as necessidades humanas estão também as sociais, culturais, políticas, filosóficas, religiosas, psicológicas, o lazer, os desejos, ou seja, as condições necessárias à totalidade da vida humana. Isto é, “[...] a natureza dessas necessidades, se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação, não altera em nada a questão.” (MARX, 2013, p. 113). Segundo Wolkmer:

A dinâmica das necessidades e das carências que permeia o indivíduo e a coletividade refere-se tanto a um processo de subjetividade, modos de vida, desejos e valores quanto à constante “ausência” ou “vazio” de algo almejado e nem sempre realizável. Porém sempre inesgotáveis e ilimitadas no tempo e no espaço, as necessidades humanas estão em permanente redefinição e recriação. Entende-se, assim, a razão pela qual as novas motivações, interesses e situações históricas impulsionam o surgimento de novas necessidades. (2004, p. 86).

Norma Braz desenvolve um ensaio sobre as necessidades radicais a partir dos estudos de Heller (1978), que estão necessariamente vinculadas à supressão do capitalismo, que não pode prescindir de uma reflexão no sentido de construir alternativas possíveis para uma práxis capaz de reestruturar a vida cotidiana como exigência política de um “novo” modo de vida. As necessidades radicais remetem à ideia de uma revolução social total que não poderia ser fixada em um determinado tempo, pois não constitui um ato ou conjunto de atos, consiste em um processo

Enquanto práxis [capaz] de apreender o caráter mutável da essência humana, inextricavelmente, emancipador por meio da exigência política de um novo modo de vida que dá por suposto a reestruturação global da vida cotidiana, incluindo a das próprias necessidades. (HELLER *apud* BRAZ, 2013, p. 132).

Tendo em vista que as necessidades capitalistas pertencem ao universo do capitalismo, é possível trilhar um caminho na direção das necessidades radicais, nos termos de Heller (1978), nas cidades em que as necessidades do capital estão sobrepostas às necessidades humanas? Quais são as possibilidades e os limites da população em situação de rua em satisfazer as necessidades humanas frente à

opressão, à degradação da dignidade e à miséria? Nesse cenário, as necessidades humanas são cada vez mais transformadas em mercadorias que definem os desejos humanos a partir de bens materiais e que são acessadas por uma parcela privilegiada da sociedade. Sobre isso, Harvey expõe que a

Organização, a mobilização e canalização dos desejos humanos, o envolvimento político ativo com táticas de persuasão, vigilância e coerção tornam-se parte do aparato de consumo do capitalista, produzindo por sua vez todo tipo de pressões sobre o corpo como sede do “consumo racional”. (2013, p. 153).

Na contramão da ofensiva neoliberal capitalista, resistimos em acreditar na construção coletiva de que a satisfação das necessidades humanas pode ser comprometida com valores e princípios éticos emancipatórios. Nesse sentido, Mafra (2010) compreende a necessidade como uma categoria presente em toda a sociedade, em todas as épocas. Isto porque, cada pessoa, sendo diferente uma da outra, em qualquer contexto, possui demandas individuais, e é na vida cotidiana que aparecem as necessidades, que podem ser definidas por desejos (individuais) ou carências (necessidades sociopolíticas). O mesmo autor desenvolve o pensamento de que as conquistas no âmbito do direito se deram a partir das necessidades humanas, como a liberdade individual e a participação política e social, que se processaram principalmente nos países industrializados. Com isso, surgiram novos direitos de acordo com as necessidades humanas e coletivas, como:

- a) o direito de satisfazer as necessidades existenciais: alimentação, saúde, água, ar, segurança e etc.;
- b) o direito de satisfazer as necessidades materiais: direito à terra, à habitação, ao trabalho, ao salário, ao transporte, ao saneamento básico e etc.;
- c) o direito de satisfazer as necessidades culturais: direito à educação, à liberdade de crença e religião, à diferença cultural, ao lazer e etc.;
- d) o direito à necessidade da preservação ecológica, direito ao consumo, à proteção e etc.;
- e) direito ao respeito às diferenças de raças, de etnias, de gênero, de modos de vida, às crianças, aos idosos e etc.

O debate acerca das necessidades humanas tem contribuído bastante nas discussões e formulações das políticas sociais de acesso aos direitos sociais. Sobre isso, Pereira (2002) afirma que o conceito de necessidades humanas ou sociais, tanto pelo seu conteúdo como pela contribuição na formulação de políticas públicas, tem sido suscitado por parte dos setores intelectuais e políticos não conservadores.

A autora rejeita o entendimento de mínimos sociais<sup>45</sup> como critério para definir as políticas de satisfação das necessidades humanas. O conceito de mínimos sociais é extremamente valorizado pela ideologia neoliberal como critério de definição de políticas de satisfação de necessidades básicas. Nesse sentido, em vez de mínimos, a estudiosa trabalha com a noção de básicas, porque não reduz a noção de prestação ínfima e isolada da provisão social. Ao contrário, o conceito de necessidades humanas supera qualquer visão que equipará-la à sobrevivência biológica dos seres humanos. (PEREIRA, 2002).

Diante disso, “o desenvolvimento humano pressupõe a satisfação básica das necessidades como um compromisso ético, político, e cívico que assente nos valores mutuamente implicados de liberdade e igualdade.” (PEREIRA, 2002, p. 86). Nesta direção, propomos-nos a discutir como se processam os percursos, vivências e estratégias na busca da satisfação das necessidades humanas pela população em situação de rua diante das violações dos direitos sofridas cotidianamente nos diversos espaços urbanos de Maracanaú.

### 5.3 AS EXPRESSÕES DA *QUESTÃO SOCIAL* NOS ESPAÇOS URBANOS EM MARACANAÚ

Eu ajudei a construir Maracanaú, quando cheguei aqui não tinha quase nada.<sup>46</sup>

A epígrafe reflete o sentimento de orgulho e pertencimento do entrevistado no processo de urbanização da cidade de Maracanaú. Com isso, compreendemos que a cidade é construída a partir da práxis dos sujeitos (in) visíveis, histórias, identidades, relações e processos de transformação da interação

---

<sup>45</sup> Segundo Pereira, a referência aos mínimos sociais exige cuidadosa reflexão. Mínimos sociais não supõem a maximização da satisfação de necessidades humanas. A provisão social dos mínimos procura suprir basicamente as carências mais críticas. Ver mais em 2002, p. 29.

<sup>46</sup> Recorte da fala do entrevistado Karl Marx.

entre o seu povo. A cidade é resultado das relações sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas.

O poder público em Maracanaú não vem contemplando uma agenda programática comprometida com a satisfação das necessidades humanas, como transporte de qualidade, acesso às políticas de saneamento básico, cultura, esporte, segurança, saúde, educação, lazer, respeito às diferenças e ao meio ambiente, convivência com os diferentes modos de vida, iluminação e pavimentação das vias públicas e etc. De fato, o que se perpetua na cidade é um processo sistemático de urbanização comprometido com a acumulação do capital.

A urbanização em Maracanaú é retrato decorrente da combinação do desenvolvimento urbano aliado à ampliação do processo de introdução de um pólo industrial do Ceará, na década de 1960. A ampliação da indústria no Ceará se deu pela redistribuição das indústrias concentradas na região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, com o objetivo de expandir o capital por meio da conquista de mercados, das isenções fiscais ofertadas pelos governos e da mão de obra de baixo custo. Com esse intuito, o Governador Virgílio Távora implantou o pólo industrial em Maracanaú, mas somente nos fins dos anos 1980 se consolidou, devido aos diversos problemas, principalmente por conta da carência de infraestrutura adequada e da precária oferta de água.

O processo de industrialização alterou visivelmente os espaços da cidade, impondo-lhe transformações importantes na organização do espaço urbano e expondo (in) visivelmente diversas expressões da *questão social*, como a violência, oferta de serviços públicos e privados de má qualidade, degradação ambiental, aumento da discriminação social e racial, a favelização e privatização dos espaços a serviço da especulação imobiliária. É cada vez mais presente, na cidade, a valorização dos espaços urbanos voltada para a expansão do capital, visível na constante construção de torres, edifícios e shoppings.



#### Fotografia 4 – Construção de hotel e torre de empreendimentos



Fonte: Elaborada pela autora

Maracanaú vivencia o fenômeno da ampliação da oferta de serviços imagináveis apenas nas capitais e grandes cidades. É evidente que o deslocamento de lojas de produtos e serviços para a cidade, na perspectiva de atingir novos nichos de consumo.

Nesse processo, o Estado assume um papel imprescindível na produção e na expansão da cidade, pois é o responsável pela concessão de espaços para construção das empresas, pela isenção fiscal e por oferecer condições de infraestrutura necessária às indústrias e ao comércio. A lógica vigente é a do desenvolvimento predatório e degradante dos recursos naturais em detrimento do lucro, impondo à maioria da população “[...] um modelo insustentável do ponto de vista ambiental e econômico.” (ROLNIK; KLING, 2011, p. 103).

De acordo com o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB)<sup>47</sup> do Ministério da Saúde, a cada 100 mil habitantes em Maracanaú, 13,7 foram diagnosticados com tuberculose e foram registrados 25 casos em 2013, em pessoas com de 0 a 14 anos. Em 2012, houve 2.282 notificações compulsórias de pessoas infectadas com Dengue.<sup>48</sup> Os dados revelam a precariedade da política de

<sup>47</sup> SIAB é sistema (*software*) desenvolvido pelo Ministério da Saúde em 1998, cujo objetivo é agregar, armazenar e processar as informações relacionadas à Atenção Básica, usando como estratégia central as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que realizam o cadastramento e acompanhamento das famílias cadastradas.

<sup>48</sup> A fonte do dado é da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

saneamento básico, pois apenas 32,13% dos domicílios possuem cobertura<sup>49</sup>, além da ausência de pavimentação, moradias inapropriadas e um alto índice de poluição advinda das fábricas, somando-se a isso a ineficiência da fiscalização do poder público.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, entre 2000 e 2010, a população de Maracanaú cresceu a uma taxa média anual de 1,31%, enquanto a taxa de crescimento no Brasil foi de 1,01%, no mesmo período. Partimos do pressuposto de que esse aumento está interligado ao potencial industrial da cidade. O Polo Distrito Industrial constitui uma das estratégias de acesso ao mercado de trabalho, sendo recorrente a presença de homens e mulheres advindos de diversas cidades do Ceará e de outros estados na busca de oportunidade de trabalho e melhores condições de vida.

Aqueles/as que não conseguem inserção nas empresas existentes, ou são demitidos devido à redução dos postos de trabalho com o avanço tecnológico, ou acabam ingressando no mercado informal em situação extremamente precária ou desempregado durante um longo período. Diante disso, sem condições de prover o próprio sustento e da família, passam a ter a rua como única alternativa. Os relatos a seguir expressam a relação intrínseca entre o desemprego crescente nas indústrias e o fenômeno população em situação de rua em Maracanaú.

Eu sou de São Benedito. Eu vim para Maracanaú há muitos anos. Trabalhei em várias empresas aqui, no Conjunto Industrial. Trabalhei muito tempo. [...].

Já fui bem de vida e hoje não tenho nada. Eu trabalhei em diversos lugares COTECE, GERDAU, CONDUGEL aqui em Maracanaú, no Conjunto Industrial. Trabalhei muito. Então adquiri uma doença no joelho, e não tem cura. [...] e tô sem trabalhar. (Karl Marx).

Trabalhei como servente, construí até uma escola, na época do governador Gonzaga Mota e do prefeito Almir Dutra. (Carlos Chagas).

Meu tio mora aqui em Maracanaú. Eu morei na casa dele um tempo. E vim para cá para trabalhar nas fábricas. Sempre fui demitido devido os cortes de pessoa nas empresas!. Trabalhei na ESMALTEC, COTECE, BEAUTY TEXTIL (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Ao analisarmos o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013, os índices refletem o cenário das contradições em Maracanaú. Em relação aos 184 outros

---

<sup>49</sup> Fonte da Companhia de Água e Esgoto (CAGECE), ano de 2012.

municípios de Ceará, Maracanaú ocupa a sexta posição em termos de qualidade de vida para as pessoas e possui o índice de 21,7% de mortalidade infantil, até 05 anos de idade, por mil nascidos. A renda *per capita* média de Maracanaú é R\$ 372,91, e o Índice GINI<sup>50</sup> é 0,49.

O relatório anual do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS<sup>51</sup>, elaborado pela equipe de referência em 2014, identificou quase duzentas crianças em situação de trabalho infantil, realizando atividades de carregador de caixas e vendas de legumes e frutas e catadores de resíduos sólidos nas proximidades da CEASA. A fotografia a seguir retrata a evidência do trabalho infantil e o intenso mercado informal nas proximidades da CEASA em Maracanaú.

### Fotografia 5 – Parte externa da CEASA



Fonte: Elaborada pela autora.

<sup>50</sup> O índice de Gini é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Os dados são apresentados entre o intervalo de 0 e 1, nos quais zero corresponde a uma completa igualdade na renda (ou seja, em que todos detêm a mesma renda *per capita*) e um corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (em que um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm). Ou seja, quanto mais um país se aproxima do número 1, mais desigual é a distribuição de renda e riqueza, e quanto mais próximo do número 0, mais igualitário é aquele país.

<sup>51</sup> O Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS CREAS é uma unidade pública estatal responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados aos indivíduos e/ou famílias com seus direitos violados, porém que não romperam os vínculos familiares. O CREAS está inserido na média Complexidade na Política de Assistência Social. Em Maracanaú, possuímos apenas um equipamento com esse porte.

A evidência de trabalho infantil foi constatada em uma das fiscalizações da coordenação de erradicação do trabalho infantil da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará (SRTE-CE), na qual, em apenas um dia, identificou trinta crianças e adolescentes trabalhando para permissionários da CEASA. A situação de trabalho infanto-juvenil é mais recorrente nas madrugadas e nos fins de semana, dificultando a fiscalização dos órgãos competentes.

Atualmente, 43.149 famílias pertencem à base cadastral para os Programas de Transferência de Renda do Governo Federal/CADÚNICO, sendo que 19.490 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF.

De acordo com os dados do GESUAS/Maracanaú, 58 indivíduos e/ou famílias em situação de rua pertencem ao CADÚNICO e 39 são beneficiárias do PBF. Esse baixo índice de indivíduos e/ou famílias em situação de rua pertencente à base cadastral é devido a ausência da documentação e das exigências formais do próprio programa.

Mesmo considerando que as informações pertencentes ao Cadastro Único são declaratórias por parte das famílias, traçamos um perfil socioeconômico em que 39.416 famílias vivem com a renda *per capita* mensal de até meio salário mínimo em Maracanaú.

**Tabela 3 – Perfil das famílias pertencentes ao cadastro único de Maracanaú em fevereiro de 2015.**

<b>Renda Per Capita Mensal (R\$)</b>	<b>Número de Famílias</b>
0,00 até 77,00	13911
77,01 até 154,00	12260
154,01 e ½ salário mínimo	13242
Acima de ½ salário mínimo	3736
<b>Total</b>	<b>43159</b>

Fonte: GESUAS/Maracanaú.

Se analisarmos a relação entre a renda familiar declarada e condição de Maracanaú com a segunda maior arrecadação do estado Ceará, podemos concluir que o crescimento urbano não contemplou uma agenda que garantisse qualidade de vida à maioria da população residente na cidade, na qual as contradições sociais são aviltantes e se expressam de diversas formas. Nesse cenário, a população em situação de rua vivencia as violações de direitos e constrói percursos, vivências e

estratégias visando a garantir a satisfação das necessidades humanas nos diversos espaços urbanos, como analisaremos no último capítulo.

## 6 PERCURSOS, VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS NECESSIDADES HUMANAS EM MARACANAÚ

Amando noites afora. Fazendo a cama sobre os jornais. Um pouco jogados fora. Um pouco sábios demais. Esparramados no mundo. Molhamos o mundo com delícias. As nossas peles retintas. De notícias [...]. Amando noites a fundo. Tendo jornais como cobertor. (Chico Buarque)

Neste capítulo, mergulharemos com mais profundidade na análise acerca dos percursos, vivências e estratégias por meio das falas daqueles/as que *vivem das (nas) ruas*<sup>52</sup> na busca de satisfazer as necessidades humanas nos espaços urbanos em Maracanaú. A realidade da população em situação de rua é extremamente complexa, por isso, nesse sentido, elencamos os pontos mais recorrentes nas falas e que discutiremos em tópicos, por questões metodológicas. Podemos perceber que alguns pontos já foram trabalhados no decorrer da nossa pesquisa.

### 6.1 DE CASA PARA AS RUAS

Há quanto tempo os sinos tocaram. E eu botei o pé na estrada. (Wilson Sideral)

As falas mostram os motivos que levaram os atores sociais da nossa pesquisa à situação de rua, bem como a sua permanência.

Quando saí de casa, eu tinha 14 anos, problemas de família, meu pai morreu, ficou muito irmãos para a gente criar, inclusive era mais mulher. [...]. Estou desde 1984 em Maracanaú, mas há 5 anos estou em situação de rua. [...]. Eu trabalhei em diversos lugares COTECE, GERDAU, CONDUGEL no Conjunto Industrial. Então, adquiri a doença da gota no joelho, um líquido que a gente tem no joelho está acabando e quando tô em crise não consigo nem andar de direito. [...] Ela não tem cura, tem tratamento. Então, foi por causa do desemprego e minha condição de saúde que estou na situação de rua (Karl Marx).

O desemprego e perda de moradia. Minha mãe tinha uma casa, mas meu irmão vendeu e ficamos de aluguel. Quando minha mãe faleceu que tá com três anos, eu saí de casa e tô no meio da rua até agora. (Airtton Sena).

---

<sup>52</sup> Título de uma peça de teatro criada e encenada pelos/as usuários/as do Centro Pop (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Se eu tivesse o emprego, era mais fácil. A primeira vez que saí de casa, eu tinha 16 anos, quando era moça eu ficava nas ruas aqui em Maracanaú [...]. Estava morando em Itaitinga, numa casa alugada, com meu marido e minha filha mais nova. Agora tô cinco meses em situação de rua de novo. (Dalva de Oliveira).

Desemprego, minha mãe teve que criar os filhos e então nós viemos para Maracanaú porque um homem deu um sítio para ela tomar de conta. Eu era criança, nem andava ainda. Viemos para Maracanaú em busca de melhores condições de vida. Saí de casa eu tinha 13 anos para trabalhar. Há 30 anos estou nas ruas, mas já morei algumas vezes em casa. (Olga Benário).

As falas expressam a existência de uma multiplicidade de fatores que levam indivíduos e/ou famílias a passarem a ter as ruas como espaço de moradia e/ou sustento. Identificamos a sobreposição de motivos que levam à situação de rua, o que demonstra que o objeto em estudo é um fenômeno de multideterminações.

Dentre os determinantes, treze entrevistados/as atribuíram ao desemprego; seis, à perda da moradia; outros seis, a conflitos familiares; cinco deles atribuem ao uso de álcool e/ou drogas; três, aos problemas de saúde; dois, à separação entre casais; dois, à perda de parentes; e, finalmente, dois, à situação de violência doméstica. A pesquisa nacional identificou os principais motivos: alcoolismo e/ou uso de drogas, desemprego e, por último, conflito familiar. Isso revela a heterogeneidade da população em situação de rua e as peculiaridades de cada cidade.

Os motivos desvelados no campo têm, como pano de fundo, as estruturas da sociedade capitalista, portanto, expressões da *questão social* em Maracanaú. Percebemos com muita clareza que o desemprego é um dos motivos que leva à situação de rua, bem como para a permanência nas ruas. O modelo capitalista brasileiro tem no desemprego uma de suas particularidades desde a sua formação. A flexibilidade e precarização dos trabalhos e o alto índice de rotatividade de mão de obra são as marcas do padrão de exploração da força de trabalho disponível para o capital. Para Santos,

A elevada disponibilidade de mão de obra, resultante da manutenção das estruturas fundiárias concentradas, somada ao perfil da legislação sobre o trabalho no Brasil, cujos parâmetros de proteção social foram instituídos de modo seletivo, fizeram da informalidade e do desemprego realidades que se reproduzem de longa data no país. (2012, p. 195).

Nesse sentido, o desemprego crescente e a ausência de proteção social contribuem para o acirramento das desigualdades sociais nas cidades. Com base nos estudos analíticos da revisão bibliográfica e dos dados coletados, podemos inferir que o fenômeno população em situação de rua é uma das expressões da *questão social* com parte do processo de urbanização aliado à industrialização como uma das engrenagens de ampliação do capital.

Nos primeiros capítulos, discutimos as constantes configurações capitalistas e suas inflexões para o crescente desemprego no mundo. Se tomarmos a história pela raiz, o desemprego é um fenômeno inerente ao processo de acumulação do capital, contribuindo para o acirramento da pobreza e das expressões da *questão social*, a exemplo do fenômeno população em situação de rua. Nesse sentido, concordamos com Lúcia Lopes, quando afirma que:

A pobreza é uma categoria central que vincula esse fenômeno à estrutura da sociedade capitalista como um fenômeno produzido socialmente, no contexto da produção da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva para atender às necessidades de expansão do capital. É, assim, uma condição vinculada às causas estruturais do fenômeno. (2009, p. 130).

Ao relatarem sobre os conflitos familiares, a situação de pobreza aparece claramente como pano de fundo. Os conflitos familiares contribuem para que indivíduos passem a ter a rua como espaço de moradia e/ou sustento, sendo também uma das dificuldades do retorno à família. Conforme Singly (2000), os conflitos atuais constituem um desafio para os relacionamentos entre membros de uma família. São inúmeros os desafios vivenciados pelas famílias no cotidiano, principalmente diante das desigualdades sociais no Brasil, que expõem famílias a situação de pobreza extrema, contribuindo para a fragilização ou rompimentos dos seus vínculos. Nas narrativas que se seguem, podemos analisar os conflitos familiares com umas dificuldades do retorno para casa dadas as relações extremamente fragilizadas.

Não dá eu viver dentro da casa do senhor, não. A família do senhor é muito grande, mal dá para a gente comer, é quase 15 pessoas. [...]. Prefiro ir embora para as ruas. (Alan Kardec)

E nasci em fortaleza, depois fui para Pentecoste, era bem novinho. Depois minha família veio toda para Maracanaú. Estou há seis meses em situação de rua. Pela minha mãe, eu voltaria para casa. O negócio é minha irmã que não aceita. Então, eu prefiro ficar nas ruas do que estar em casa com confusão. (Moreira da Silva)



Alguns relatos e registros do diário de campo mostram que problemas de saúde também contribuem para que pessoas tenham as ruas como única alternativa, principalmente os portadores do vírus HIV/AIDS e de transtornos mentais.

Minha família não me aceita dentro de casa. Passa o dia me expulsando porque eu sou meio perturbado. (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Quando eu descobri que tinha HIV, minha irmã me colocou fora de casa. Vim aqui para saber o que vocês podem fazer por mim. Estou na rua há um mês. Às vezes, eu durmo na casa de uma amiga. (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Fui dono de uma churrascaria aqui em Maracanaú por cinco anos. Vendi e foi morar uns tempos em Fortaleza. Vivia muito bem. Quando soube da doença (HIV), entrei em depressão, quando eu descobri que tava com o vírus, deu baixa na autoestima e achei que não tinha mais perspectiva de vida. Acabou me levou à depressão. Para mim, eu tinha caído no fundo do poço. Eu morava com a minha parceira quando descobri, tenho um filho com ela. Ela descobriu quando estava no pré-natal, ela também é portadora, passei para ela. Mas o meu filho não contraiu. A gente tinha muitas brigas porque ela me culpava. Então, peguei a mochila e fui embora. Há dois anos estou em situação de rua, entre Fortaleza e Maracanaú (Santos Dumont).

A perda de parentes e a violência doméstica surgiram também como motivos para a situação de rua.

Minha mãe faleceu eu tinha oito anos, fiquei morando só com meu pai, e depois ele casou. Eu nunca gostei da mulher dela. Então, saí de casa. E nunca mais voltei. (Elvis Presley).

O meu pai abandonou minha mãe buchuda de mim. Ele jogou café quente na cara da minha mãe e foi embora. Viemos embora para Maracanaú quando era criança. Minha mãe conheceu outro homem, que trabalhava na VICUNHA e trouxemos nós para cá, mas ele faleceu. Eu conheci meu pai verdadeiro eu já estava com oito anos de idade. Fui morar com ele. Ele já tinha outra família, mas ele vivia me batendo. Eu tinha 14 anos, vendia jornal, foi aí no momento eu cair na tentação das drogas e da cachaça. Mas sempre gostei de trabalhar. Quando adulto, tive uma depressão tão grande depois que eu me separei da mãe da minha filha. Depois que eu perdi o meu grande amor. A verdade tem que ser dita. É só vi minha filha crescer até os dois anos. Nunca mais a vi. Há um bom tempo que estou nas ruas, mais de cinco anos. (Chico Mendes).

No tocante ao tempo de permanência nas ruas, metade dos/as entrevistados/as estão entre dois meses a cinco anos em situação de rua, quatro mencionaram que estão entre cinco a dez anos e cinco deles responderam que estão entre 10 a 27 anos em situação de rua. Destacamos dois relatos que julgamos

relevantes: o de Elvis Presley (23 anos) e o de Castro Alves (31 anos), que estão em situação de rua há metade ou mais de suas vidas, mesmo ainda jovens.

Com oito anos de idade, foi a primeira vez que fiquei na rua. Acho que mais de 14 anos estou nas ruas. (Elvis Presley).

A primeira vez que saí de casa tinha 15 anos. Desde dos quinze anos que vivo assim nas ruas. (Castro Alves).

O tempo de permanência nas ruas é extremamente desafiador para políticas públicas no sentido de ofertar possibilidades de novos projetos de vida e processos de saídas das ruas, ao mesmo tempo em que se respeita a autonomia da população em situação de rua. Ademais, o maior tempo em situação de rua contribui para a total perda dos vínculos familiares e comunitários. Na pesquisa, identificamos a alternância entre a situação de rua, a moradia convencional e a vivência em abrigos. As falas retratam essas questões.

Vivo em situação de rua desde dos 14 anos, mas quando eu tenho trabalho não fico nas ruas. Desemprego e perdo a moradia, morava em Pacatuba. Meu marido ficou desempregado e fomos morar nas ruas. Lá a gente ficava na estação de trem e fomos obrigados a sair de lá. A prefeitura disse que ia fazer uma reforma. O pessoal do CREAS colocou meus filhos no abrigo. E a gente veio para Maracanaú em busca de ajuda. Ficamos sem nossos filhos, e na rua. (Princesa Diana).

Já fiquei no abrigo do Sol Nascente e no albergue do Shalom. (Santos Dumont).

Em conversas com usuários/as do Centro POP, evidenciamos a verbalização de demanda por vagas no único abrigo existente em Maracanaú, encaminhamentos para o Programa de Locação Social<sup>53</sup> e o Programa Minha Casa Minha Vida (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

O maior tempo de permanência nas ruas contribui para que os indivíduos/ou famílias fiquem expostos às mais profundas violações de direitos nos espaços urbanos, contribuindo para um maior adoecimento, descredito e desesperanças na possibilidade em construir novas possibilidades de vida. Além disso, não podemos esquecer que a população em situação de rua também envelhece agravando as condições de vida.

---

<sup>53</sup> Resolução Administrativa nº 06, de 08 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa de Locação Social e dá outras providências.

## 6.2 VIDAS NO MEIO DA RUA<sup>54</sup>

Oh! Sim as ruas têm almas. (João do Rio).<sup>55</sup>

O cotidiano da população em situação de rua é permeado por histórias de vidas que relatam as formas inimagináveis de violações de direitos e resistências face às condições aviltantes a que são submetidos. Ao dialogarmos sobre as principais dificuldades vivenciadas nas ruas, encontramos uma infinidade de respostas relacionadas às diversas formas de violações dos direitos em decorrência da pobreza e da ineficiência das políticas públicas.

As violações mais significativas expressadas nas narrativas são: pobreza, desemprego, medo, solidão, violência, frustrações, saudades, desprezo, humilhação, encontros e desencontros, problemas de saúde física e adoecimentos psíquicos, preconceito, vergonha, fome, sede, calor, dor, frio, insônia, insegurança, abandono pela família e amigos, exploração sexual, decepções, desafetos, sonhos, culpas, angústias, solidariedade, ressentimentos, mágoas, perdas de objetos, documentos e memórias, ausência de práticas de higienização e expulsão dos espaços urbanos, tentativas de homicídios e outras. Essas formas de violações dos direitos são vivenciadas cotidianamente e simultaneamente. Na realidade, as violações citadas estão intimamente relacionadas entre si, e a maioria dos/as participantes da nossa pesquisa relata já terem vivenciado esses sentimentos mesmo anteriormente à situação de rua. Destacamos as questões mais recorrentes nas falas que dialogaremos em subtópicos.

### 6.2.1 “A fome, muita fome. Já comi comida do lixo”<sup>56</sup>

Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome.  
(Caetano Veloso).

A fome que é muito grande, principalmente no sábado e domingo, pois o Centro POP e o Restaurante estão fechados. (Princesa Diana).

---

<sup>54</sup> Adaptação de relato declarado nas atividades coletivas e incorporado ao diário de campo (RÉGIA PRADO).

<sup>55</sup> Trecho do livro *A alma encantadora das ruas*, João do Rio (2007).

<sup>56</sup> Recorte do relato da fala da Olga Benário.

Tenho muitas faltas no trabalho devido à fome e não ter onde dormir. Sou operador de máquinas de fazer sacolas. A empresa não sabe que estou em situação de rua. (Tom Jobim).

### Fotografia 6 – Comunidade do Timbó



Fonte: Elaborada pela autora.

O alimentar-se é uma das necessidades humanas intrínseca à sobrevivência humana. Na Constituição Federal de 1988, o direito à alimentação é assegurado como um dever do Estado, que garantiu, inclusive, as bases legais para a elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, em 2011, que tem o objetivo de ofertar programas e ações de segurança alimentar e nutricional, visando à melhoria dos indicadores de redução da pobreza, do estado nutricional e do acesso à alimentação.

Conforme os dados do relatório da II Conferência Internacional sobre Nutrição (2014) – NIC 2<sup>57</sup> a desnutrição é a principal causa de morte em 45% das crianças menores de cinco anos em todo mundo, no ano de 2013. O mesmo relatório reconheceu que o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, pois atingiu 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação<sup>58</sup>, considerando que o país superou o problema da fome. Na contramão desses dados,

---

<sup>57</sup> A Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição foi uma reunião intergovernamental que aconteceu em Roma, na Itália, nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2014, com a participação de 2000 representantes de todos os países do mundo com o objetivo de discutir e propor ações contra a desnutrição em todas as suas formas. Consultar Disponível em: <<http://www.fao.org/about/meetings>>.

<sup>58</sup> Designa-se por subalimentação o regime alimentar que apresenta falta ou insuficiência de quaisquer dos 40 nutrientes indispensáveis à manutenção da saúde de acordo com as indicações do Organismo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

o campo nos revelou que a fome faz parte do cotidiano dos indivíduos e/ou famílias, embora a alimentação seja necessidade humana *sine qua non* à vida humana. Diante disso, os/as participantes relatam os percursos, vivências e estratégias na garantia do acesso à alimentação.

### Fotografia 7 – Praça da Estação



Fonte: Elaborada pela autora.

Todos/as os/as entrevistados/as afirmaram que tomam o café da manhã ofertado pelo Centro Pop e que possuem a isenção do valor cobrado no acesso ao Restaurante Popular por meio do encaminhamento realizado pela equipe do Centro POP.

Nos relatos, surgem outros percursos, vivências e estratégias no sentido de garantir o acesso à alimentação, como: compra de alimentação por meio de renda auferida, doações de pessoas e instituições religiosas, pescas nas lagoas e elaboração das refeições nos espaços urbanos. Todos os/as entrevistados/as relataram que durante a semana conseguem realizar pelos menos duas refeições ao dia: o café da manhã e o almoço.

Os depoimentos sinalizam a dificuldade de acesso à alimentação durante os fins de semana e no período noturno, momentos nos quais o Centro POP e o Restaurante Popular encontram-se fechados, como expressa Luís Gonzaga e Rodolfo Teófilo.

Café da manhã é aqui no Pop. O almoço vou no Restaurante Popular. O negócio pega é a noite e nos fins de semana, a gente se vira. (Luís Gonzaga)

A fome é a maior dificuldade. Quando eu tenho trabalho, eu compro comida, mas quando não tem, é difícil. Na semana, tem o restaurante que não pago, porque aqui vocês dão o papel, mas no fim de semana aí complica. (Rodolfo Teófilo)

No último relato, percebemos a importância da relação trabalho e o acesso à alimentação. Sobre os fins de semana e no período noturno, os/as entrevistados/as respondem que:

No centro Pop, tomo o café da manhã. No restaurante popular, eu almoço. À noite no hospital, o funcionário F. que gosta de mim e faz questão de trazer uma sopa. (Karl Marx).

Pego o dinheiro que ganho vigiando carros. A gente faz um fogo na praça e faz a própria comida. (Rodolfo Teófilo).

Uma vez por semana, o pessoal da Igreja Evangélica leva sopa para a gente na praça. (REBECA PRADO, diário de campo).

Tem uma senhora no alto da mangueira que me dá uma comidinha, de comer. Ganho da padaria um pão. Eu não passo fome, por causa que o pessoal me dá a janta. Às vezes eu vou pescar na Lagoa e vendo para comprar a alimentação. (Alan Kardec).

Eu e meu marido guardamos um dinheirinho que a gente consegue ganhar na semana, deixo guardado aqui no Centro POP. Toda sexta, e eu tiro e uso para comprar comida no fim de semana, que o centro Pop e restaurante popular também. Eu compro um caldo e um lanche. Às vezes, quando tô com muita precisão, vou na casa da minha mãe, tomar um café e usar o banheiro. (Raquel de Queiroz).

Selecionamos as narrativas dos entrevistados Moreira da Silva e Rodolfo Teófilo sobre o sentimento de vergonha em relação à mendicância como estratégia de acesso à alimentação:

Quando o Centro POP tá fechado. Às vezes também eu peço, não vou mentir: quando tô com fome, peço mesmo. (Moreira da Silva).

Quando eu trabalho eu compro, porque eu não gosto de tá pedindo. (Rodolfo Teófilo).

A rede de segurança alimentar existente no município tem sido fundamental na garantia do acesso à alimentação por meio da isenção do valor cobrado pelo Restaurante Popular e pelas cozinhas comunitárias, bem como a articulação com o Programa Banco de Alimentos por meio do repasse do café da

manhã ao Centro POP. Vale ressaltar a existência de questionamentos dos/as usuários/as sobre o horário de funcionamento do Centro POP, principalmente por conta do acesso à alimentação e higiene pessoal, vejamos:

O fim de semana é muito triste. Às vezes passo aqui em frente (Centro POP) e fico pensando como a semana é boa. Acredite que encho os olhos de lágrimas. Paro e fico no outro lado da calçada. Dois dias fechados é muito, mas a gente tem que se acostumar. Como vou me alimentar? Sem dinheiro para comer, sem tomar um banho por dois dias. Isso aqui é de grande importância para nós. (Santos Dumont).

Se aqui fosse aberto durante a noite, era uma maravilha. (Chico Mendes).

O acesso à higiene pessoal apareceu também como uma das necessidades humanas fundamentais no cotidiano da população em situação de rua. É intenso o movimento no Centro POP com o objetivo de acessar os banheiros e a lavanderia, como vimos no último relato.

A discussão travada nesse subtópico nos leva a concluir que é fundamental forjar um debate no sentido de construir estratégias de lutas visando a garantir o atendimento à população em situação de rua de acordo com as demandas da sua realidade.

No decorrer da pesquisa, o trabalho é recorrente nas narrativas dos atores sociais como uma estratégia fundamental no acesso às necessidades humanas da população em situação, portanto trataremos a questão a seguir.

### **6.2.2 A população em situação de rua trabalha? “O trabalho é a lei da sobrevivência”<sup>59</sup>**

[...]. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros ao erguer as pedras [...]. A rua sente nos nervos essa miséria da criação, [...]. (João do Rio).<sup>60</sup>

Na vida cotidiana, o trabalho possibilita ao homem satisfazer as suas necessidades básicas, como alimentação, vestimenta, saúde, educação, lazer e outras. Parafraseando Marx, o trabalho é uma atividade coletiva, pois o homem se

<sup>59</sup> Trecho da fala do Rodolfo Teófilo.

<sup>60</sup> Trechos do livro *A alma encantada das ruas*, João do Rio (2007)

relaciona com outros sujeitos por meio da linguagem, da realização de trabalho, da divisão das tarefas e da troca de conhecimentos. Daí, a humanidade se constitui mediante o trabalho na relação com a natureza. Na apresentação da obra manuscritos econômico-filosóficos, Ranieri (2010, p. 14-15) afirma que o

Trabalho é, será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da sociabilidade humana. Mas o trabalho sob os auspícios da produção capitalista traz em si a impossibilidade de suplantação do estranhamento humano, uma vez que o seu controle é determinado pela necessidade da reprodução privada da apropriação do trabalho alheio, e não por aquilo que se poderia considerar necessidade humana ancorada na reprodução social liberta da posse privatizada.

Portanto, o trabalho é uma condição de existência do homem, independentemente das formas sociais existentes na humanidade. Em Marx, o homem por meio do trabalho “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica a sua própria natureza” (2013, p. 255). Nesse sentido, o trabalho assume um papel preponderante na formação dos homens e das mulheres como uma construção histórica. Ainda em Marx

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (2013, p. 120).

Já analisamos as constantes transformações do modo de produção e suas implicações na vida da classe trabalhadora e na ampliação da força de trabalho disponível excedente nos grandes centros urbanos. O capitalismo acirra a permanência de um *exército industrial de reserva*, ou seja, um contingente de proletários sobrantes, incapazes de serem absorvidos pela indústria e demais áreas do mercado.

Em Maracanaú, o desemprego e o trabalho precário compõem a realidade de uma cidade industrial, embora tenha a segunda maior arrecadação de tributos no Ceará. Essa realidade contraditória é evidenciada no relatório das Tendências do Mercado de Trabalho Urbano<sup>61</sup>, de 2003, o qual indica que 17.550 pessoas estão no mercado informal em diversas áreas. O mesmo documento afirma que 4.094 pessoas estavam à procura do primeiro emprego e outras 6.481 buscavam a reinserção no mercado de trabalho.

<sup>61</sup> Pesquisa de emprego e desemprego pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT.



Na sua maioria, a população em situação de rua é composta por trabalhadores/as desempregados/as ou que desenvolvem ocupações no mercado informal, sendo o desemprego um dos principais motivos que conduzem homens e mulheres à situação de rua. De acordo com a Pesquisa Nacional (BRASIL, 2009), 47,7% dessa população, no Brasil, nunca teve carteira assinada ou não possuía vínculo empregatício há muito tempo. Destes, 52,6% trabalhavam no mercado informal, 27,5% são catadores de materiais recicláveis, 14,1% são flanelinhas, 6,3% são ligadas à área de limpeza e 3,1% trabalham como carregadores.

Considerando o universo de 275 indivíduos e/ou famílias em situação de rua atendidos/a pelo Centro POP, identificamos que apenas o entrevistado Tom Jobim estava trabalhando de carteira assinada no período da pesquisa. Inclusive, Tom Jobim (40 anos) conseguiu o emprego mesmo em situação de rua, vejamos:

Trabalho de carteira assinada à noite em uma fábrica. Operador de máquinas, é uma fábrica de fazer sacolas. A empresa não sabe que estou em situação de rua. Os donos da empresa não vão gostar porque eles são muitos religiosos. Consegui esse trabalho depois que vim para as ruas. Passei em frente da empresa, anotei em um pedaço de folha com carvão e corri atrás. (Tom Jobim)

O campo revelou, ainda, que a população em situação de rua, na sua história de vida, sempre manteve relações de trabalho. Cerca de 50% dos entrevistados/as tiveram relações de trabalho com vínculos empregatícios formais, principalmente nas indústrias do Distrito Industrial em Maracanaú. Acreditamos que esse resultado é uma particularidade da realidade em Maracanaú, considerando o levantamento bibliográfico e a consulta da Pesquisa Nacional (2009).

Tenho profissão. Eu trabalhei em diversos lugares COTECE, GERDAU, CONDUGEL, ODEBRECHT (fábrica de fio de condutores elétricos) aqui em Maracanaú, no Conjunto Industrial. Trabalhei muito tempo como pedreiro aqui. Então adquiri a doença da gota no joelho, um líquido tem no joelho está acabando e quando tô em crise não mau consigo andar. Ela não tem cura, tem tratamento (Karl Marx, 54 anos).

Trabalhei na KASTCH, fábrica de calcinha e sutiãs, trabalho sempre como auxiliar de cozinha ou auxiliar de produção. (Castro Alves, 30 anos).

Trabalhei na prefeitura de Maracanaú como servente por três anos. Trabalhei na MARK e na SENA, são empresas de cal. (Airton Sena, 47 anos).

Além das indústrias, os entrevistados Castro Alves e Airton Sena relataram que trabalharam na Prefeitura de Maracanáu no cargo de gari e com carteira assinada anterior à situação de rua. Os/as demais entrevistados/as tiveram relações de trabalho informais em diversas áreas.

Trabalhei quinze anos em uma padaria sem carteira assinada. (Patativa do Assaré).

Eu morei em Brasília e trabalhava em casa de família, era empregada doméstica. Nunca trabalhei de carteira assinada. (Olga Benário, 45 anos).

Raul Seixas (42 anos) também trabalhou nas empresas existentes em Maracanaú e relata o motivo das demissões.

Trabalhei na ESMALTEC, COTECE, Beatriz têxtil. O motivo da saída foi tudo corte de pessoal, redução de quadro de funcionários nas indústrias. (Raul Seixas).

Discutimos anteriormente como as constantes configurações do modo de produção capitalista contribuem significativamente para a redução da mão de obra nas indústrias, principalmente com o incremento tecnológico. No entanto, seriam necessários estudos mais aprofundados relacionando a temporalidade dos vínculos empregatícios formais dos/as entrevistados/as e os motivos que levaram à situação de rua frente ao desemprego. Com isso, a presente pesquisa nos alertou acerca da importância de estudos mais aprofundados sobre o processo de industrialização e sua relação com o contingente de trabalhadores desempregados. É nesse cenário que se gesta a produção e a reprodução do fenômeno população em situação de rua como uma das expressões da *questão social*.

Outros relatos nos chamaram atenção devido ao processo de adoecimento dos entrevistados no mundo do trabalho como motivo da perda do emprego.

Trabalhei na prefeitura como limpador de rua (gari) e enchedor de caçamba, então sim, trabalhei esse tempo todinho, era inverno e verão. Enchendo os carros com lixo podre. Era um trabalho pesado. Hoje sou doente da coluna. As empresas não me querem mais. (Airton Sena, 47 anos).

Não tenho mais condições de trabalhar também, tenho problemas de coluna e tenho um problema na mão. (Alan Kadec, 44 anos)

Eu trabalhei em diversos lugares: COTECE, GERDAU, CONDUGEL, ODEBRECHT (fábrica de fios de condutores elétricos) aqui em Maracanaú, no Conjunto Industrial. [...]. Então adquiri a doença da gota no joelho, um líquido que tem no joelho está acabando e quando tô em crise, mal consigo andar. [...]. As fabricas não querem saber de doença. Basta um atestado médico e botam a gente para fora. (Karl Marx, 54 anos)

Eu só trabalhei uma vez de carteira, fiquei doente, passei 15 dias de atestado médico. Quando cheguei na empresa, fui demitido, mesmo mostrando o atestado médico. (Castro Alves, 30 anos)

Segundo Alves, há uma incompatibilidade do modo de produção capitalista com a relação com a saúde do trabalhador (2013, p. 127). Os depoimentos mostram que a exploração capitalista não possui o menor respeito com a saúde do trabalhador. O mesmo autor afirma que:

O adoecimento e as doenças do trabalhador assalariados são expressões singulares candentes da miséria humana no sentido das relações sociais ou resistências pessoais – consciente ou inconsciente – à degradação do núcleo humano genérico das individualidades pessoais de classe. (2013, p. 129).

Nos seus estudos, o autor aponta que a classe trabalhadora é submetida ao esmagamento da sua subjetividade humana por constrangimentos que permeiam a ordem burguesa (2013). Os relatos do Alan Kardec e Moreira da Silva são extremamente interessantes, à medida que expõem justamente as relações de controle do comportamento e constrangimentos que a classe trabalhadora vivencia no mundo do trabalho, sendo a demissão involuntária a única alternativa, vejamos:

Última vez foi na COBAP, uma fábrica de papelão. Auxiliar de expedição, com empilhadeira elétrica. Puxando carga. Saí por causa de marcação comigo, tinha um pernambucano não se dava comigo. Era meu chefe. Trabalhava de seis às duas, tenho capacidade. Trabalhei um ano. (Alan Kardec)

Aqui, na prefeitura de Maracanaú, trabalhei uns cinco anos. Sair por causa de um feitor que perseguia de mais a gente. Ele já faleceu. [...]. Depois trabalhei em duas firmas, Na MARP e SEMP, não era carteira assinada (44 anos). (Moreira da Silva)

O último relato mostra ainda as relações precarizadas na contratação dos/as trabalhadores/as no interior das indústrias em Maracanaú, apontando a ausência de fiscalização dos órgãos responsáveis.

Em se tratando da parcela feminina entrevistada no tocante ao trabalho anterior à situação de rua, as falas mostram experiências informais e precarizadas

como empregada doméstica, artesã, vendedora e costureira. Todas sem carteira assinada.

Eu morei em Brasília e trabalhava em casa de família, era empregada doméstica. Nunca trabalhei de carteira assinada. Sempre trabalhei. (Olga Benário, 45 anos).

Ao indagarmos acerca das relações de trabalho da população em situação de rua no período da pesquisa, identificamos que são predominantemente no mercado de trabalho informal e sob as condições extremamente precarizadas. As ocupações citadas foram: vigia de carros (08); carregador e vendedor de frutas na CEASA (02); servente (02); capinação (02); pescador (01); pintor (01); artesão (02); e jardineiro (03). Identificamos algumas ocupações que costumeiramente não são mencionadas em outras pesquisas sobre a população em situação de rua, como: acompanhar pacientes no Hospital de Maracanaú (02); guardar lugares na fila do banco (02); realizar atividades de circo (02); cantor (01); pegar senha no posto de saúde (02); e fazer pagamentos para pequenas empresas (01).

Ressaltamos que as ocupações são realizadas simultaneamente. Essa realidade demonstra que o capitalismo cria um contingente de proletários sobrando, incapazes de serem absorvidos pela indústria ou pelo comércio formal, restando as ocupações informais como única estratégia de acesso à renda visando suprir algumas necessidades humanas. Ademais, as ocupações não garantem o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. Essa realidade é extremamente relevante à medida que a população em situação de rua está envelhecendo. Nas palavras de Alves,

O trabalho precário e a informalidade social caracterizam historicamente o mercado de trabalho no Brasil com seu amplo contingente de trabalhadores urbanos e rurais pobres sem proteção social em contraste com o contingente de operários e empregados assalariados urbanos inseridos no mercado de trabalho formal com vínculo empregatício por tempo indeterminado e cobertas pela legislação trabalhista (2013, p. 147).

Enfim, a informalidade é um dos traços histórico-estruturais do mercado de trabalho urbano no Brasil e representa a negação aos direitos trabalhistas.

### Fotografia 8 – Praça do Banco do Brasil



Fonte: Elaborada pela autora.

Destacamos alguns relatos que mostram a desvalorização das ocupações realizadas pelos/a entrevistados/a pelo conjunto da sociedade.

Eu tinha uma banda, hoje só tenho um violão que ganhei. Estou numa maré ruim. A situação financeira está ruim. Olhe, o pessoal me chama para tocar e cantar e querem me dar bebida e comida como pagamento. [...]. O pessoal tá sem dinheiro para contratar. É justo? (Vinícius de Moraes)

Faço favores para o dono de uma panificadora, ganho cinco reais por dia. Era dois, mas fiz greve e ele teve que aumentar porque ele confia em mim. (Patativa do Assaré)

Nenhum dos/as entrevistados/as desenvolvem atividades como catadores de materiais recicláveis, fato que nos causou surpresa, pois há um considerável número de trabalhadores/as nessa área, dada ainda a existência do “lixão” em Maracanaú. A Pesquisa Nacional (2009) aponta que 27% dos/as entrevistados/as em situação de rua são catadores/as de material reciclável. Porém, se consideramos o universo de atendidos/as no Centro POP, somente três realizam esse tipo de atividade. Existe, ainda, uma cooperativa de catadores de material reciclável no Município.

Ao dialogarmos sobre as relações de trabalho entre os/as entrevistados/as, as falas expressam as redes de solidariedades e regras construídas nas relações de trabalho:

Eu e meu marido vigiamos carros, mas o dinheiro é pouco. Tem muita gente que vigia carro e tem que dar a vez de cada. Todos têm direito (Dalva de Oliveira).

Eu e vários moradores de rua ficamos vigiando. É concorrido. Então um dia vai um, no outro dia é outra pessoa. Quando um tá cansado, fico outro no lugar para não perder o ponto para um desconhecido. A gente mesmo se organiza. O ganho é de cada um (Rodolfo Teófilo).

Por meio das entrevistas, constatamos a busca incessante de reinserção no mercado de trabalho formal, mesmo diante das inúmeras violações dos direitos vivenciadas cotidianamente nos espaços urbanos em Maracanaú. Vejamos a seguir:

Já me cadastrei várias vezes no SINE, mas nunca dá certo (Raul Seixas, 42 anos).

Se eu tivesse condições de trabalhar de carteira assinada, não tenho estudo. Nós não gostamos de pedir (Raquel de Queiroz, 43 anos).

Problemas de saúde, se eu tivesse minha saúde acredito que não estaria na rua. Eu não gosto de estar pedindo um a outro porque com a amizade que tenho eu poderia, mas nunca precisei disso, não fui criado assim (Karl Marx, 55 anos).

Minha dificuldade tá em comprar o material para fazer as bijuteria e comprar queijo para assar e vender. Faço colar e cortina. (Olga Benário, 45 anos).

Quero trabalhar, mas só merece trabalho quem tem estudo, e eu não tenho. Mas se eu tivesse a chance, sabe o que ia fazer? Procurar saber onde tá minha filha, abrir uma conta no banco para ela, e todo mês eu ia depositar um dinheiro para ela, quando ela ficasse de maior, ela poderia usar o dinheiro com que ela quisesse. O que eu passo nessa vida não quero que minha filha, passe ((chora)) (Chico Mendes).

As pessoas falam que estou grávida, preconceito é demais com a gente (Princesa Diana, 22 anos).

Os relatos mostram ainda as dificuldades em conseguir o acesso ao trabalho e renda pelos/as entrevistados/as, como: problemas de saúde, preconceito, ausência de documentação, idade acima de 40 anos, baixa escolaridade e ausência de uma política de incentivo ao trabalho. Os relatos acima mostram essas questões.

Somente o entrevistado Tom Jobim possuía renda fixa à época das entrevistas. Os demais ganham na faixa de R\$ 10,00 a R\$ 100,00 por mês. Dois informaram que a única renda é advinda do Programa Bolsa Família, no valor de R\$ 74,00.

Em termos gerais, a população em situação de rua não possui acesso ao trabalho formal, portanto, sem acesso às garantias trabalhistas e previdenciárias. Ressaltamos que essa questão merece atenção das políticas sociais, pois o acesso ao trabalho e renda é um direito de todos/as. No universo dos/as atendidos/as no

Centro POP, desde 2012, somente dois deles conseguiram acessar o Benefício da Prestação Continuada – Idoso. O baixo índice é devido à ausência de documentação e a exigência de comprovante de endereço. Essa realidade aponta para as políticas públicas um grande desafio em face do envelhecimento da população em situação de rua.

O presente estudo confirma a premissa de que o fenômeno da população em situação de rua é uma das expressões da *questão social*, resultante das desigualdades pela relação entre capital e trabalho nas cidades, a exemplo de Maracanaú. Dessa forma, é

A expressão incontestada da questão social. Essas desigualdades sociais foram aprofundadas na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do papel do estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo (SILVA, 2009, p. 115).

O capitalismo acirra a permanência de um *exército industrial de reserva*, ou seja, um contingente de proletários sobrantes, incapazes de serem absorvidos pela indústria e demais áreas do mercado. Neste contexto, para Silva (2011), o fenômeno da população em situação de rua cresce como parte da pobreza e da superpopulação relativa. O que determina o caráter da classe trabalhadora é propriedade da força de trabalho, ou seja, é a necessidade de vendê-la em troca de salário. Nessa direção, ressaltamos que o fenômeno da população em situação de rua tem, na sua gênese, a relação desigual entre capital e trabalho, sendo parte constituinte do exército industrial de reserva.

A partir dos relatos, o trabalho assume uma centralidade como forma de atender às necessidades humanas na sociedade capitalista. Segundo os/as entrevistados/as, o acesso ao trabalho é intrínseco à dignidade humana:

Trabalhar é importante porque é o dinheiro honesto (Elvis Presley).

Me sinto um trabalhador. Sou um cidadão que trabalho (Rodolfo Téofilo).

Nunca trabalhei de carteira assinada. Trabalhei quinze anos em uma padaria sem carteira assinada. Me sinto um trabalhador. O trabalho é importante. Quem dizer que não é importante, tá mentindo. Ninguém ganha dinheiro sem trabalhar, se ganhar sem trabalhar é porque tá roubando. Me sinto, graças a deus, um trabalhador. Os trocadinhos é do meu suor derramado. Não é de roubo e nem pedir. (Patativa do Assaré).



Me acho uma trabalhadora, sou muito responsável, em tudo que eu faço, eu realizo (Raquel de Queiroz).

Eu me sinto um trabalhador. Sou um guerreiro, se a gente não levantar a cabeça, e seguir em frente, aí pior. Sempre gostei de trabalhar. Trabalho desde de criança (Chico Mendes).

As narrativas apontam para o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora, mesmo inserida na informalidade. Isso é fundamental no sentido de ampliar o diálogo e a luta por acesso ao trabalho formal como uma das estratégias na construção de novos projetos de vida.

Ao contrário das representações sociais que reproduzem que a população em situação de rua é formada por pessoas por pessoas preguiçosas, vagabundas e não querem trabalhar, os dados e estudos analíticos mostram que essa população trabalha, embora predominante no setor informal. Essas representações tem como base o preconceito que permeia o conjunto da sociedade sobre a população pobre. Notamos que existe uma preocupação constante, por parte dos/s entrevistados/s, em tornar bem claro que não vivem da mendicância, que há um sentimento de culpa e vergonha, ao analisarmos com muita atenção as narrativas de Patativa do Assaré e Moreira da Silva:

Eu acho negócio de ficar pedindo dinheiro para as pessoas. Fico na fila do posto de saúde para marcar um canto, ganho dez reais. Vou de madrugada para o posto, para ser o primeiro da fila. Vou para caixa econômica e banco do Brasil fazer pagamento para os outros. Sirvo de acompanhante no Hospital. Faço de tudo um pouco. (Patativa do Passaré)

As pessoas não confiam em dar emprego para gente. Eu tenho vontade. [...] Quero sair dessa vida, arrumar um emprego. Tenho calça e sapato, fui no SINE. Eu tenho capacidade de arrumar um emprego. E vou conseguir sair da rua, vou conseguir. Tá me faltando um incentivo. (Moreira da Silva)

Nas falas, os atores sociais da pesquisa expressam a indignação diante das representações sociais, principalmente no que concerne ao trabalho.

As pessoas pensam que a gente vai roubar. A negrada não confia. O povo não confia em dar trabalho (Bárbara de Alencar).

De fato, o preconceito permeia todas as dimensões do cotidiano da população em situação de rua. Os preconceitos são traços que expressam características da vida cotidiana, do caráter momentâneo dos efeitos e da rigidez do



modo de vida. O preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui a sua liberdade e ato de escolha (HELLER, 2008).

O nosso estudo se deteve a analisar o preconceito a partir das narrativas dos/as entrevistados/as, porém é fundamental a realização de pesquisas que versem sobre o preconceito a partir das narrativas da própria sociedade. Recortamos algumas falas que versam sobre preconceito e que se expressam na baixa autoestima, no isolamento e na falta de expectativas da população em situação de rua no espaço urbano:

O preconceito. As pessoas me chamam de negro. Solidão é ruim, mas não confio em ninguém (Raul Seixas).

O preconceito das pessoas que passam por nós humilhando, quando a gente vai pedir tem pessoas que nem falam. Pessoas que passam pela gente faz xingamentos. A gente sofre muita discriminação. As pessoas não querem ajudar a gente. É muito preconceito e humilhação (Princesa Diana).

Outra representação social presente na sociedade refere-se ao uso de álcool e outras drogas pela população em situação de rua. A questão do uso de drogas lícitas e ilícitas permeia o cotidiano da população em situação de rua requer cuidados com generalizações e distorções da realidade. Convém colocar que não compactuamos com o pensamento de que a causa do fenômeno da população em situação de rua esteja no uso de álcool e de outras drogas. Além disso, compreendemos o uso de drogas como uma expressão da *questão social* no Brasil.

### **6.2.3 Sobre álcool e outras drogas: “às vezes é uma maneira de aguentar a realidade”<sup>62</sup>**

As circunstâncias se tornaram um beco sem saída. [...]. E as cicatrizes dessa história mal escrita. (Alexandre Magno Abrão)

Primeiramente, cabe frisar que o debate sobre drogas neste trabalho é compreendido como um fenômeno multidimensional e multicausal, ou seja, não é um fato isolado na nossa sociedade. No âmbito do nosso estudo, não inferimos o uso de drogas como uma das características da população em situação de rua.

<sup>62</sup> Um trecho do relato do entrevistado Raul Seixas.

Posto isto, sobre o uso de drogas lícitas ou ilícitas, identificamos que 16 entrevistados responderam que usam algum tipo de droga e 7 responderam que não usam nenhum de tipo de droga. Ressaltamos que a droga mais citada foi o álcool: 12 deles afirmaram usá-lo com frequência, nos fins de semana ou quando têm dinheiro. A segunda droga mais utilizada é o cigarro (06) e, em seguida, a maconha (04). Outras drogas, em menores proporções, foram citadas, como crack, cocaína e comprimidos com frequência dificilmente. Houve relatos de uso concomitante de diferentes tipos de drogas. Tais resultados desmitificam uma relação entre o uso do crack<sup>63</sup> e a população em situação de rua.

Estou fazendo tratamento no CAPs. Já usei álcool, cocaína, crack, maconha. Não é fácil, às vezes tenho recaída. Mas uma coisa eu aprendi que **o álcool é que puxa as outras drogas**. Se eu não beber, nem lembro das outras (Raul Seixas, grifo nosso).

Eu e meu companheiro temos muitas histórias para falar sobre o álcool, perdemos muita coisa nessa vida. Tem remédio para deixar de beber? Bebo desde dos meus 13 anos de idade. (Raquel de Queiroz).

Essas duas falas são reveladoras quanto à relação do uso de álcool e outras drogas, bem como o sofrimento causado pelo uso abusivo de álcool. Raul Seixas e Raquel de Queiroz expõem sobre isso:

A questão é que as pessoas oferecem bebidas, mas um prato de comida é mais difícil. (Raul Seixas)

Eu bebo desde dos meus 13 anos. Já perdi tanta coisa por causa desse vício. (Raquel de Queiroz)

De fato, o relato expressa o estigma e a discriminação, já que a sociedade associa a pobreza à drogadição, à marginalidade e à violência. Outro relato nos chamou muita atenção, o de Chico Mendes:

Mas eu vou dizer uma coisa, às vezes a gente bebe, a gente dorme e esquece os problemas, eu sei que a bebida não resolve, mas ajuda a esquecer. Acordado, a gente sofre mais. Eu fico lembrando do tempo que eu era feliz, sofro muito. Você quer voltar no tempo e não tem como. Voltar o tempo atrás não tem como. Como é difícil dormir na rua (Chico Mendes).

---

<sup>63</sup> Uma importante pesquisa foi realizada pela Fiocruz, encomendada pelos Ministérios da Saúde e da Justiça sobre o uso de drogas no Brasil, com mais de 800 pessoas.

Vejamos que a fala de Chico Mendes revela que o uso de drogas é uma das estratégias de amenizar a fome, o frio, a ausência de moradia e trabalho, as decepções, a falta de expectativas, o preconceito, a saudade, as tristezas, a solidão, enfim, as agruras dos sofrimentos de homens e mulheres que vivem nas ruas.

#### 6.2.4 “A solidão é uma coisa infinita. É uma dor sem remédio”<sup>64</sup>

Se estou sozinho não é meu destino. Se estou perdido sinto a solidão. Se estou sozinho não é por acaso. (Tony Belloto e Sérgio Brito).

A solidão e o isolamento estão extremamente presentes no cotidiano dos/as entrevistados/as, verbalizados nos depoimentos, e, portanto, merece uma análise aprofundada. Segundo Escorel (1999), o isolamento e a solidão não emergem como uma contraposição aos agrupamentos, mas como forma de evitar abordagens policiais em caso de conflitos. É também uma resposta ao distanciamento familiar e ao rompimento dos laços comunitários. A solidão também é motivada pelo receio de conflitos com outras pessoas em situação de rua, vejamos nas falas:

Solidão é ruim. Mas eu não confio em ninguém. As próprias pessoas em situação de rua roubam uns aos outros. Daí, prefiro ficar sozinho (Raul Seixas).

Sozinho eu me sinto mais seguro. Sofri uma vez violência quando me roubaram a mochila com meus documentos e meus certificados dentro do hospital quando estava dormindo no banco. Eu nunca fico onde tem tumultos, prefiro andar só como forma de me proteger. (Karl Marx).

Sozinho. Prefiro, pois não confio em ninguém. Gosto de ficar só. Pensando na vida. (Carlos Chagas).

Do conjunto dos/as participantes, três pessoas declararam possuir relações afetivas há algum tempo. Os demais entrevistados/as são solteiros/as, porém já tiveram relacionamentos e apenas um deles não possui filhos/as. A predominância de homens solteiros indica a solidão como parte da vida da população em situação de rua. As mulheres geralmente possuem companheiros, o que trataremos mais adiante.

O isolamento é uma forma de esconder o sentimento de vergonha e uma resposta a preocupação com as representações da sociedade em não ser

<sup>64</sup> Recorte da fala de Vinícius de Moraes.

identificado com pessoa em situação de rua. Além disso, uma negação da sua condição e o preconceito em relação aos demais indivíduos e/ou famílias em população em situação de rua. A fala de Karl Marx desvela essa questão:

Eu não sou discriminado porque as pessoas nem acham que moro nas ruas, eu não ando sujo e nem ando pedindo nada. Só sabe quem a me conhece mais de perto. Prefiro ficar sozinho. (Karl Marx)

De acordo com os estudos de Camila Giorgetti (2010), a situação familiar das pessoas em situação de rua é marcada por rupturas com os demais membros da família e da comunidade, contribuindo para o isolamento social. No mesmo estudo, a autora aponta que homens e mulheres advindos do sistema penitenciário enfrentam grandes dificuldades de reinserção na família e na sociedade. No universo dos/as participantes, apenas dois afirmaram que cumpriram pena em regime fechado, mas não implica afirmar que se constitui como motivo para a permanência da situação de rua.

#### **6.2.5 Enquanto a cidade dorme: “é um olho aberto e outro fechado”<sup>65</sup>**

Amando noites afora. Fazendo a cama sobre os jornais. (Chico Buarque).

Nessa parte, as narrativas desnudam os diferentes percursos, vivências e estratégias da população em situação de rua no período noturno face ao sono, a insegurança, a violência, o frio, a fome e ausência de banheiros disponíveis. As falas e as imagens expressam com muita clareza a vida degradante de homens e mulheres em situação de rua no período noturno, enquanto a cidade dorme.

Tenho um colchão e, quando chove, eu me meto debaixo das barracas na praça. Quem vive nas ruas, não dorme. É um dormir tando acordado. Eu tenho medo de vir alguém e tocar fogo, em Brasília eu vi muito isso. (José de Anchieta)

Pego um papelão das lojas, um lugar mais tranquilo e pronto. Quando tenho dinheiro, pago um dormitório para passar a noite e dormir bem (Tom Jobim).

<sup>65</sup> Frase relatada por um dos usuários nas atividades coletivas (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

### Fotografia 9 – Praça da Estação II



Fonte: Elaborada pela autora.

Os relatos seguintes mostram as relações construídas de solidariedade no cenário de frieza.

Eu durmo no estacionamento das ambulâncias, no Hospital. Lá oferece segurança. Lá ninguém mexe comigo. O segurança deixa eu dormir onde ficam as ambulâncias, então lá não permitido as pessoas entrarem, só eu e os funcionários. Os funcionários que arrumaram eu ficar lá. Na época que tava doente, fiquei numa situação que não podia andar, eu disse que não tinha lugar certo, inclusive o segurança ajeitou para eu ficar lá. Ele arranhou colchão, quando é pela manhã eu guardo (Karl Marx).

Às vezes eu durmo no Hospital. O guarda também me conhece. Então deixa eu entrar. Eu entro como se fosse me consultar. Isso me deixa perturbado. É mais é seguro também, procuro me entocar. Eu não durmo, não me sinto bem nessa situação. E fico perturbadinho. No Hospital de Maracanaú, conheço o guarda e ele gosta de mim, deixa eu ficar na recepção. Então fico na recepção fazendo de conta que eu vou ser atendido. Fico lá assistindo televisão e cochilando. À noite, eu procuro me entocar em algum canto. Às vezes durmo na casa de um amigo, mas você sabe com esse povo, tem dia que está de cara feia com a gente (Raul Seixas).

Meu recanto é no alpendre do galpão do Frangolândia. O chão de lá é bem limpinho. Não precisa nem de papelão. Eu vejo que os funcionários limpam todos os dias. A polícia passa todo tempo, me sinto seguro É uma segurança. Agora, o frio é demais. (Patativa do Assaré)

O último relato demonstra outra relação com os profissionais da segurança pública, o que não é predominante. Todas as falas expressam a preocupação com a segurança do período noturno, portanto, é um faor imprescindível na definição de um local para passar a noite.

Já fui vítima de violência. Um dia um homem queria tirar meu dinheiro e não deixei, ficou me puxando pelos meus cabelos. Não é uma dormida segura. Se eu for dormir com um trocado, tenho que colocar dentro das calças. Minha chinela eu coloco dentro das calças. Senão alguém leva (Patativa do Assaré).

O frio de noite, a frieza. Não é bom. A dormida também. Porque ali ficam uns dormindo e outros acordados. Inclusive, hoje aconteceu uma coisa lá. Chegou um carro preto lá, ficou parado, parado, um tempão, bastante tempo. Aí me acordei logo, aí chamei o irmão, ficamos só nos dois vigiando, e o resto dormindo. O carro passou foi horas parado. Já teve gente que ameaçou tocar fogo na gente. Quando o carro saiu, chamei os outros para ficar acordado vigiando (Moreira da Silva).

Eu e meu marido nós fazemos um revezamento. Eu durmo primeiro e depois é ele. Sempre fica um acordado vigiando (Princesa Diana)

As falas sempre mencionam o revezamento como estratégia diante da necessidade de um maior cuidado com a segurança do grupo no período noturno. É inexistente no município instituições de abrigos noturnos para a população em situação de rua. Enquanto a cidade dorme, todas as falas fazem referência ao frio, como podemos perceber.

Eu pego um papelão e me enrolo com o lençol. Quando chove, a gente fica próximo do aparelho do ar-condicionado do Frangolândia que solta um ar quente. Fica bem quentinho. Só o barulho que é péssimo. Mas passa o frio (Bárbara de Alencar).

Durmo no quartinho. Um amigo me dá a chave à noite, e pela manhã eu devolvo. Mas é um sacrifício. Durmo no chão. Pelo menos não sinto tanto frio (Airton Sena).

Pela manhã, no Centro POP, percebemos a expressão de cansaço nos rostos, sendo comum “cochilos” e relatos de situações de violência. (RÉGIA PRADO, Diário de campo). Pois, na rua:

A gente não dorme, vamos supor um cochilo de dez, quinze minutos, você sonha sendo morto, atropelado, é um pesadelo, é diferente de quando você tá numa casa. Aí, acorda. Dá insônia. Então, umas quatro da manhã, começo a andar e esperar aqui abrir. (Carlos Chagas).

Uma vez, estava dormindo numa praça, não aqui em Maracanaú. Levei dois tiros, tirei uma bala e tem outra alojada na minha cabeça. É muito preconceito, já fui chutado, sede, muito frio. Às vezes tenho uma vontade de ir ao banheiro à noite, e não tem onde. (Virgulino Ferreira).

No percurso das entrevistas, percebemos uma maior expressão de sofrimento e medo no período noturno entre as mulheres:

Já dormi em tanto lugar. Antes desse lugar, eu dormia na praça em um banco, perto do shopping. Eu tô dormindo numa casa abandonada. É uma área, uma sala sem porta, um quarto sem cimento, banheiro sem cimento, não presta para tomar banho. Lá só tem um colchão. Tem luz, mas é puxada (gato como chamam). Eu morro de medo, de ser morta, ou alguém fazer alguma coisa errada comigo. Eu choro tanto à noite. (Raquel de Queiroz).

#### **6.2.6 “Todos nós que estamos na rua temos medo. Quem dizer que não tem medo, tá mentindo”<sup>66</sup>.**

Todo mundo esconde o sentimento. [...]. Todo mundo se sente por dentro feito um inocente na prisão. (Gabriel Contino e Beto Lee).

O título desta seção é um relato em uma roda de conversa com o tema “saúde mental e a vivência nas ruas”. Na referida atividade, os relatos centraram-se no medo da abordagem policial como uma das grandes preocupações da população em situação de rua no cotidiano das ruas. Segundo Bauman (2004), todo modelo de ordem é seletivo e exige que se cortem, aparem, segreguem, separem ou extirpem as partes da matéria-prima humana que sejam inadequadas para a nova ordem, incapazes ou desprezadas para o preenchimento de qualquer um de seus nichos.

O depoimento do Rodolfo Teófilo mostra a síntese do pensamento sobre o medo e a violência pela população em situação de rua:

Quem mora na rua tá sujeito a tudo, a violência física e verbal. As pessoas chamam a gente de vagabundo (Rodolfo Teófilo).

As abordagens policiais são temas recorrentes na dinâmica do dia a dia da população em situação de rua como fruto do estigma que permeia as representações sociais em relação à população em situação de rua.

Para mim, o maior medo é da polícia. O ronda vem e dá um baculejo nas coisas da gente. Fazem revistas na bolsa da gente. Manda tirar tudo dentro da bolsa. Quase todo dia. Quando alguém rouba perto do viaduto, os homens vêm logo para perto de nós, saber quem foi. Só para a gente. Quem mais mexe com a gente é a polícia. Às vezes chega lá dando uma lapada, eu nunca levei. Mas chega mesmo (José de Anchieta).

<sup>66</sup> Fragmento da fala da Dalva de Oliveira, em uma atividade coletiva.

A polícia não quer nem saber. Um dia eu vinha pela praça, e teve um assalto, a polícia veio para cima de mim, mandou eu ficar de joelho, me deu umas tapas. E eu não nada tinha a ver, inclusive, era minha irmã e uma amiga dela que foram assaltadas. Caso não fosse a minha irmã, eu tava encrencado. Ela disse “ele é meu irmão”. Ainda bem que pegaram a pessoa que assaltou. Ainda bem que pegaram a pessoa que assaltou. (Castro Alves).

As abordagens geralmente são permeadas por agressões físicas e morais por meio de xingamentos, desrespeito, coibição, humilhação, tomada de pertences, expulsão e tentativa de higienização dos espaços públicos na cidade.

A humilhação é uma arma poderosa — mas do tipo bumerangue. Pode ser usada para demonstrar ou provar a desigualdade fundamental e irreconciliável entre quem humilha e quem é humilhado. Mas, contrariando essa intenção, ela de fato autentifica, verifica a simetria, a semelhança, a paridade de ambos. (BAUMAN, 2004, p. 82).

Nas ruas, as falas expressam sensações concretas do medo por meio das diversas expressões da violência nas cidades. Uma das violências cometidas cotidianamente é a higienização dos espaços urbanos ocupados pela população em situação de rua na cidade. Notamos um incômodo gerado pela sujeira, pela satisfação das necessidades biológicas em público e pela mendicância, porém não há um debate mais aprofundado a fim de encontrar respostas às demandas dessas pessoas em Maracanaú. Esse cenário é fruto também da ineficiência do Estado na oferta das políticas públicas de educação, saúde, habitação, segurança, assistência social, trabalho, esporte, cultura e lazer, bem como a violência física ou moral praticada pelos agentes institucionais acarretam o aumento da violência, principalmente em relação à população mais pobre nas cidades, como sinaliza essa fala:

Um senhor, J. S. relatou, na recepção do Centro POP, que foi abordado por um profissional da guarda municipal. Na ocasião, o guarda disparou a pistola elétrica. Para o senhor, a atitude do guarda foi um abuso de poder, pois estava só pedindo dinheiro às pessoas que passavam para tomar o café da manhã (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Esse relato denuncia a crescente militarização das polícias e das guardas municipais nas cidades, desvirtuando totalmente o real sentido da segurança como uma política pública. Desse modo, no caso da cidade de Maracanaú, podemos ver claramente que a violência institucional se manifesta no cotidianamente das cidades,



especificamente voltada à população pobre. Face ao medo, a população em situação de rua constrói estratégias, como: andar em grupo ou sozinho e portar algum tipo de documentação, mesmo ocorrendo o risco de perda. Apenas Elvis Presley relatou portar algum de tipo de arma para a sua defesa.

Eu sempre ando de faca para me defender, principalmente à noite. Tenho medo (Elvis Presley).

Para dormir, a gente não tem como dormir a noite toda, qualquer pisada a gente já se acorda. Tenho medo de alguém vim e tocar fogo, a gente vê tanta coisa pela televisão (Chico Mendes).

O último relato expressa o medo em relação à sociedade como resposta ao preconceito e o desrespeito à dignidade humana. Nas atividades do Centro POP, os/as participantes afirmam que a sociedade demonstra o medo em relação à população em situação de rua demonstrado nos gestos, tais como olhar de maneira hostil ou atravessar as ruas com receio de serem abordados porque pensam que vão roubados/a ou pedir algo. No entanto, afirmam ainda existirem pessoas que olham com comoção ou piedade. Patativa do Assaré afirma que:

Eu noto que tem gente que tem muito preconceito. Olha assim para mim. Pensam que sempre a gente está de barriga seca (Patativa do Assaré).

Percebemos que o sentimento do medo é mais presente ainda no cotidiano das mulheres em situação de rua. Aqui, não temos o objetivo de forjar um debate sobre a questão do gênero, mas, em face das narrativas femininas, acreditamos ser fundamental tratar um tópico específico sobre o *ser mulher na situação de rua*.

### 6.2.7 A face feminina nas ruas

A Alma encatadora das ruas. (João do Rio).<sup>67</sup>

Uma força que nos alerta. Uma mulher que merece. Viver e amar. Como outra qualquer do planeta. (Milton Nascimento e Fernando Brant)

---

<sup>67</sup> Tomamos emprestado o título do livro do João do Rio (2007).

Embora, a parcela feminina em situação de rua seja pequena em relação à masculina, é imprescindível discutir as particularidades do gênero feminino e o “ser mulher nas ruas” frente à pobreza e às diversas violações dos direitos humanos.

### Fotografia 10 – Local: Atual mercado



Fonte: Elaborada pela autora.

As mulheres que vivem nas ruas enfrentam cotidianamente o preconceito, a ojeriza e a discriminação por parte da sociedade e do poder público. Elas se sentem desvalorizadas como ser humano à medida que sofrem também com a questão da superioridade masculina nas ruas.

Além de serem vítimas da discriminação por morarem nas ruas, sofrem também com o machismo imposto em um espaço dominado pelos homens. Pensar sobre as mulheres em situação de rua não se diferencia totalmente da realidade de mulheres pobres nas periferias das cidades, onde vivenciam as diversas formas de machismo. As relações entre homens e mulheres nas ruas também são permeadas pela desigualdade de gênero como construto histórico e social.

A nossa pesquisa revelou que as mulheres em situação de rua geralmente estão acompanhadas como forma de garantir a proteção. Algumas delas possuem companheiros/a para se sentirem seguras. Nas entrevistas identificamos que as mulheres assumem cotidianamente os afazeres domésticos e tomam para si a responsabilidade de cuidar dos outros em caso de adoecimentos de algum amigo/a, bem como da organização do espaço ocupado pelo grupo.

Uma vez fiquei muito doente mesmo, quem me levou para o médico vou a R... Passou o dia lá comigo. Cuidando, sou muito grato a ela (Moreira da Silva).

Eu não sei ler e nem escrever. A R. me ajuda a receber o meu Bolsa Família. Ela me ajuda (Airtton Sena)

Eu gosto de fazer as coisas. Quando eu pego uma vassoura, eu varro a praça. Eu gosto de limpar onde eu durmo (Olga Benário).

Durante as entrevistas, foram desveladas violações dos direitos das mulheres em situação de rua, sendo a mais marcante a violência sexual.

Faz quatro anos que estou com... Temos uma filha. [...]. Quando ele tá bêbo, eu sumo da vista dele. Registrei um Boletim de Ocorrência. Eu sofro muita violência por parte dele (Dalva de Oliveira).

As pessoas olham muito para gente, principalmente quando a gente tá muito assanhada e com feridas no corpo, como estou. Às vezes, mangam de mim, por que eu sou magricela. Um dia, um homem deu um empurrão em mim (Raquel de Queiroz).

Teve outra vez, no Siqueira, um cara me arrastou para dentro do mato e fez tudo o que quis. Era mais nova, foi tragédia, e esse meu filho mais velho é filho desse homem. Eu fiquei com nojo desse. Depois soube que era casado, e tava apaixonado por mim. Depois de tempos, tive notícias que ele morreu, mataram ele. [...]. O meu filho pensa que o pai dele foi um marido que tive, nunca disse para ele a verdade. Jamais quero magoar, não teve culpa (Olga Benário).

No conjunto da nossa sociedade, as relações de gênero seguem:

As formas de opressão, geradas a partir da questão de gênero, são uma realidade objetiva que atinge um contingente expressivo de mulheres e, neste sentido, só pode ser entendida no contexto sócio-histórico-cultural, num movimento complexo e contraditório entre sociabilidade e individualidade e entre as relações de gênero e a totalidade da vida social. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 2).

As entrevistadas não relataram experiências de violências quando residiam em moradias convencionais, portanto, não podemos atribuir, no nosso estudo, a violência contra as mulheres como um dos motivos para a situação de rua. Embora estudos mais aprofundados possam revelar essa relação.

### 6.2.8 Por onde andei: “ando para esquecer os problemas”<sup>68</sup>

<sup>68</sup> Trecho de uma fala de um usuário nas atividades coletivas (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Você não sabe o quanto eu caminhei pra chegar até aqui. Percorri milhas e milhas antes de dormir. Eu nem cochilei. [...]. Nas noites escuras de frio chorei (...). (Tony Belloto e Sérgio Britto).

O ato de caminhar pelas ruas da cidade pela população em situação de rua se constitui como estratégia para satisfazer as necessidades humanas. Os percursos são elaborados de acordo com a necessidade de cada um.

Para José Justo, um estudioso sobre as experiências dos migrantes, andarilhos, viajantes, nômades, trincheiros e todos os demais tipos de humanos que têm a mobilidade como base fundamental de experiências de vida, expõe que o desejo de:

Perambular, viajar, deslocar-se, migrar, buscar o diferente, o estranho, o desconhecido não se curva inteiramente aos desígnios das condições de trabalho e nem mesmo aos desígnios das poderosas forças econômicas, sociais e políticas. Sempre resta algo da subjetividade, seja proveniente do inconsciente ou da própria consciência, ou das próprias fendas que se abrem nos mecanismos de coerção e controles dos poderes instituídos, o que acaba possibilitando alguma manobra ou direção autônoma na condução das rotas e mobilidades do ser humano (JUSTO, 2012, p. 34).

Os percursos realizados pelos sujeitos sociais da nossa pesquisa mostram uma diversidade de respostas acerca de experiências de mobilidades nas suas vidas:

Conheço o Brasil quase todo. Cantando e jogando bola. Passo o dia nas ruas, andando, fico em um bar tocando um violão, sem beber. Todo mundo me chama para cantar e tocar violão. Então, levo a vida assim. (Vinicius de Moraes)

Um dia, o senhor T. relatou que conheceu Recife, Salvador, São Paulo, Brasília, Minas Gerais. Conheço quase todo o Ceará. Tantos lugares. Sempre de carona. Mas sempre volto para Maracanaú. (RÉGIA PRADO, Diário de campo)

Moça, não quero esse armário<sup>69</sup>, aqui é fechado à noite e no final de semana. Sou um “trincheiro”, minha vida é na estrada. Pode me dar vontade de ir e como vai ser se o Centro Pop tiver fechado? Tô pensando em ir para o Quixadá a qualquer hora (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Notamos uma evidência da mobilidade dos entrevistados/as entre as diversas cidades do Ceará e de outros estados. Um dos principais motivos da

<sup>69</sup> Ofertado pelo Centro POP para guarda de pertences.

mobilidade é a busca por melhores condições de vida e a perspectiva de satisfazer as necessidades humanas.

O relato a seguir demonstra que a ausência da documentação dificulta a mobilidade da população em situação de rua entre as cidades e os estados, o que acarreta no recurso da carona como estratégia:

Eu vim de Mato Grosso do Sul, Goiânia, Goiás, Brasília, São Paulo (Guarulhos), Caucaia, Pacajus e vim parei aqui em Maracanaú. Vendo meu artesanato e pergunto o preço da passagem, se der, vou de ônibus, a pé, basta me dar uma doída que vou. Só tô aqui muito tempo porque eu estou sem identidade e não posso viajar. Mas, assim que conseguir o destino, eu não sei. (José de Anchieta)

No entanto, mesmo diante da mobilidade existente entre a população em situação de rua, a nossa pesquisa mostra que mais da metade dos/as participantes nasceram, possuem parentes que residem em Maracanaú. A Tabela 4 é uma síntese da relação entre as famílias dos atores sociais e a cidade.

**Tabela 4 – Os vínculos familiares dos atores sociais**

Possuem parentes em Maracanaú	Contato com a família			Sabe da situação de rua
	Frequente	Raro	Não possui	
14	5	2	4	16

Fonte: Elaborada pela autora.

Vejamos que catorze dos/as entrevistados/as possuem familiares residindo na cidade, seja com vínculos fragilizados ou rompidos. A tabela mostra ainda a frequência dos contatos dos/as entrevistados/as com a família.

Fui para São Luís, passei um tempo em Santarém, morei 14 anos no Rio de Janeiro, voltei em 1981. Fiquei três meses em Fortaleza. E desde 1984, estou em Maracanaú. Tenho família aqui. (Karl Marx).

Cheguei em Maracanaú eu tinha 29 anos. E tenho 49 anos. Agora, na rua, estou com três anos (Patativa do Assaré).

Moro aqui desde dos quatro anos de idade, morava com minha avó, ela já morreu. Minha vida é aqui, no máximo vou para Fortaleza (Castro Alves).

Em Fortaleza, eu já levei uma pedrada nas pernas quando eu estava dormindo. Passei muito tempo no Hospital. Um vigia falou que foi um morador de rua. Lá é muito perigoso, achei melhor voltar para cá (Olga Benário).

Os dados da tabela e os relatos desmistificam a representação da sociedade e do poder público em Maracanaú, quando afirmam que a população em situação de rua surgiu somente após a implantação do Centro POP, e que são pessoas advindas de outras cidades na busca dos serviços ofertados. Nesse sentido, reafirmamos a importância do debate acerca do direito à cidade pelos/as cidadão/ãs, independentemente de sua origem. A representação de que a população em situação de rua em Maracanaú é advinda de outras cidade demonstra uma suposta (in)visibilidade dessa população construída pela sociedade e pelo poder público, e que o Centro POP vem contribuindo para a sua superação.

No caminho da nossa pesquisa, adentramos na relação dos sujeitos sociais e suas famílias.

### **6.2.9 Relação com a família**

Família, um sonho ter uma família. Família, um sonho de todo dia. (O Rappa).

Dentre o universo dos/as entrevistados/as, localizamos quatro famílias em situação de rua, porém entrevistamos apenas um membro de cada uma. O campo nos revelou ainda acerca da importância da referência familiar para a população em situação de rua mesmo diante da distância, inclusive tema recorrente nas atividades de grupos e nos atendimentos no Centro POP.

Considerando o universo dos sujeitos da pesquisa, apenas dois deduzem não mais possuírem famílias pelo tempo que não têm contato e nem notícias. No entanto, mostram um desejo de reencontro:

Encontrar minha família. Ajudar minha família. Conseguir o emprego. Ver minha filha. A mãe da minha filha vive com outro homem. Ela disse que ia tirar o meu nome do registro da minha filha, e colocar o dele (Chico Mendes).

Em relação aos que responderam que possuem parentes residindo em Maracanaú, as narrativas mostram que:

Tenho vários parentes, cunhados, mãe, irmãs e filhos. Os filhos estão há doze anos que os vejo. Escondo da minha família. Vivo me escondendo

deles. Eu viro as costas. Me encontro com eles no shopping, no banco, mas viro as costas. (Tom Jobim)

Minha família. Quando encontro, não entro em assunto que estou no meio da rua. Mas ela sabe que estou na rua (Dalva de Oliveira).

Minha mãe é doente, tem câncer, ela mora com minha irmã e dois filhos dela, o marido dela. A minha irmã adotiva não gosta de mim. Eu tenho um filho que mora aqui em Maracanaú, ele é pastor da Igreja, quando eu vou na casa dele, a mulher não deixa eu entrar na casa dela, ela é esquisita. Agora, meu filho é maravilhoso. Agora, a mulher dele só quer ser rica. Falei com os meus netos. Ele trabalha e ganha pouco. Não dá para me ajudar, mal dá para a família. Ele já quis me levar para Igreja (Olga Benário).

Nas falas, as lembranças das famílias são marcadas por mágoas, decepções, contradições, pobreza, saudades e desejos de reencontros. Dessa forma, a referência familiar tem grande importância na vida das pessoas, mesmo considerando a distância, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Além disso, os/a entrevistados/a mantêm relações de ajuda e solidariedade com a família:

Com minha mãe e meu pai. Sempre vou lá. Quando eu estou perto de receber o benefício, aí vou deixar o cartão lá. Minha mãe que recebe para mim. [...] Ela fica com uma parte do dinheiro e eu pego um tanto para mim para comprar os meus necessários, que eu preciso. Meu padrasto sempre pede para eu voltar para casa. Pela minha mãe, eu voltaria para casa. O negócio é minha irmã que não aceita (Moreira da Silva).

Queria tanto ajudar minha mãe, ela não pode mais trabalhar, trabalha porque é o jeito. Colocar ela dentro de uma casa e sair de perto do meu padrasto, faz muito tempo que ela sofre por causa dele. Imagino ela numa casa comigo e meus outros irmãos ajudando. Voltar para a mãe da minha filha, queria muito. Gosto muito dela ainda, e acho que gosta muito de mim também (Castro Alves).

Quando eu arranjo comida, eu levo para dentro de casa. Todo mundo come, mas não se lembram de mim, se eu quiser comer. Para ser sincero, lá na casa do meu pai eu nem vou, a minha família nunca deixa comida para mim (Alan Kardec).

Mesmo sem meus filhos precisarem de mim, assim mesmo gostaria de ajudar eles de alguma forma. Sou pai, ajudaria no que for possível ((chora)) (Karl Marx)

A reaproximação com a família possibilita a construção de novos laços de afetividade dos indivíduos em situação de rua e suas famílias. Por outro lado, os rompimentos de laços familiares e comunitários contribuem para a construção de novas relações afetivas entre a população em situação de rua, bem como com os transeuntes, nos diversos espaços urbanos. Os atores sociais afirmam que constroem novas referências de família nas ruas.

### 6.2.10 “Somos uma grande família: somos irmãos da rua”<sup>70</sup>

Família é quem você escolhe pra viver. Família é quem você escolhe pra você. Não precisa ter conta sanguínea. É preciso ter sempre um pouco mais de sintonia. (O Rappa).

Os agrupamentos sociais se constituem como uma necessidade afetiva, psicológica, fisiológica e social. Segundo Escorel (1999), a característica básica dos agrupamentos constituídos nas ruas são relações temporárias e baseadas na territorialidade dos espaços urbanos. As falas demonstram relações extremamente positivas acerca das relações contruídas nos espaços urbanos.

Procuro ajudar aos colegas que estão em situação de rua, algum amigo doente no hospital (Tom Jobim).

Fico na praça porque meus irmãos de rua moram lá. (Elvis Presley).

Conheço os meninos que ficam na praça. Então a gente se ajuda, eu também gosto de ajudar as pessoas. Eu ganho quentinha de uma firma atrás do Banco do Brasil e passo para eles. Eu deixo até de comer para dar para eles. Eu gosto de ajudar. Procuro fazer amizades com as pessoas. Nunca tive atrito na rua (Moreira da Silva).

Às vezes no jantar, estou sem dinheiro, eu compro fiado, o pessoal daqui tudo me conhece, gosta de mim. Confia em mim. Tem pessoas que até me dão. (Luís Gonzaga)

Eu e vários moradores de rua ficamos vigiando os carros. É concorrido. Então, um dia vai um, no outro dia é outra pessoa. Quando um tá cansado, fica outro no lugar para não perder o ponto para um desconhecido. A gente mesmo se organiza. O ganho é de cada um. Desconhecido para ficar, tem que pagar para a gente (Rodolfo Teófilo).

Estou vigiando os carros em frente ao Banco do Brasil, o rapaz que ficava lá foi embora e passou o ponto para mim. Eu pago a ele R\$ 10,00 por dia (Castro Alves)

Os agrupamentos são construídos também a partir das afinidades e da construção de estratégias coletivas para satisfazer as necessidades humanas. No decorrer da pesquisa, identificamos relatos que expressam o sentimento de afeto, cuidado, zelo e solidariedade; inclusive, são relações predominantes. Todavia, retratam elementos de contradições e ambiguidades sobre a convivência em grupos

<sup>70</sup> Fragmento da fala Chico Mendes, nas atividades coletivas (RÉGIA PRADO, Diário de campo)



nas ruas. Podemos perceber que os agrupamentos possuem estruturas de hierarquias, valores, regras e até sanções.

Olhe, todo lugar tem normas, até nas ruas. O fato da gente ser da rua não quer dizer que a gente não tenha que respeitar as regras. Nós também temos as nossas regras. No hospital tem a sua norma. O restaurante popular tem a dele. Aqui, no Centro POP também. Todo lugar temos que respeitar (RÉGIA PRADO, Diário de campo).

Eu vigio carro no Banco do Brasil. O menino que ficava lá foi embora e entregou o ponto. Deu para mim, e aí dou para ele R\$ 10,00 por dia (Castro Alves).

Para Escorel (1999), o agrupamento envolve uma estrutura de autoridade e hierarquia que se desenvolve sobre uma base territorial, uma experiência de vida controlada por regras, sanções e proteções. O viver nas ruas é permeado por relações de poder, disputas e formas de resistências. As regras são tão rígidas que o desacato pode ser punido severamente.

Tivemos que espirá-lo daqui de Maracanaú devido ao que ele fez. Nós expulsamos ontem à noite mesmo. Se ele ficasse, não ia dar certo (RÉGIA PRADO, Diário de campo)

As redes de solidariedade construídas cotidianamente pela população em situação de rua contribuem entre si no acesso às políticas sociais, mediante a troca de informações sobre os serviços em Maracanaú. Notamos, no relato do Santos Dumont:

Não sabia que tinha o Centro POP. Soube por alguns que ficam no Hospital de Maracanaú, aí pessoal disse: porque você não vai no Centro POP? Lá é muito bom. Então, vim aqui (Santos Dumont).

Baseado nesse relato, discutiremos a relação da população em situação de rua e o acesso às políticas sociais como uma estratégia de satisfazer as necessidades humanas.

### **6.2.11 O acesso às políticas sociais: limites e possibilidades das necessidades humanas**

Das páginas flageladas. Sorrimos, mãos dadas e, inocentes. [...] Podendo abalar o mundo no embalo do nosso amor. No ardor de tantos abraços. (Chico Buarque).

No terceiro capítulo, dialogamos acerca das configurações das políticas sociais como resposta do Estado ao enfrentamento às questões sociais gestadas no modo de produção capitalista. Nesse sentido, faz-se necessário analisarmos os limites e as possibilidades encontradas nos percursos, nas vivências e nas estratégias pela população em situação de rua no acesso às políticas sociais.

Dentre os resultados apontados, identificamos que as políticas sociais mais acessadas são a assistência social e a saúde. No tocante à política de assistência, detectamos a importância do Centro POP no acesso aos serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas mediante encaminhamentos, articulações, contatos telefônicos, visitas institucionais e participação de reuniões, como alguns relatos já mostraram.

Não tenho a carteira do posto de saúde, só sou atendido devido o encaminhamento. Assim mesmo, foi preciso a assistente social ligar e mandar o encaminhamento, é muito difícil atender. É muito difícil porque não tenho endereço. (Karl Marx).

Estou cadastrada no Programa Minha Casa Minha Vida, e estou também aguardando o aluguel porque estou grávida. O tempo de espera é grande, mas antes de meu filho vai sair, a assistente social falou. E no começo do próximo ano, vou receber a casa definitiva Estou fazendo o pré-natal no posto de saúde aqui perto. (Princesa Diana).

Tô com dez anos que sofro com a perna, diabete. Asma. Problemas de cabeça. Um dia vocês me deram um encaminhamento, eu fui, mas não fui atendido. Fui pegar remédio e não tinha. (Airtton Sena)

Com o encaminhamento daqui é mais fácil, do Centro POP. Vou ser beneficiado com o aluguel devido o meu problema de saúde. E depois receber o Minha Casa Minha Vida. (Santos Dumont)

Concluimos que os encaminhamentos elaborados pela equipe do Centro Pop por meio de um instrumental próprio são estratégias imprescindíveis no processo de articulações entre às políticas sociais. Vale ressaltar que o encaminhamento não deve ser a condição para o atendimento à população em situação de rua. O encaminhamento e as articulações realizadas pela equipe do Centro Pop deve estimular a autonomia dos/as usuários/as e não a tutela. Alguns relataram que ausência do encaminhamento pode significar a negação da escuta e do atendimento pelos profissionais em outras políticas públicas.

A seguir, os relatos mostram que o acesso às políticas sociais pela população em situação de rua é marcado por vivências discriminatórias e preconceituosas.

No hospital não é fácil, eu chego, faço de conta que vou dormir, aí o médico me atende logo para eu ir embora (Raul Seixas)

Estou precisando muito de ir ao médico, mas as pessoas olham muito para a gente [...]. Olham com nojo, isso é muito ruim. (Raquel de Queiroz)

Vejamos que Raquel de Queiroz relata a vergonha pela sua situação de rua como uma barreira no acesso às políticas públicas. Somam-se a isso as exigências formais solicitadas pelas instituições e a ausência de documentação de identificação por parte da população em situação de rua no momento de acessar serviços públicos.

Não tenho documentação. Nem Bolsa Família eu posso receber (Virgulino Ferreira).

Não identificamos registros de atendimentos e articulações com a política de educação no município. Apenas Raul Seixas relatou sua experiência no Programa Nacional de Acesso ao Técnico e Emprego (Pronatec) e as dificuldades apresentadas no decorrer do curso:

Estou Realizando o curso pelo PRONATEC de eletricista. É difícil terminar um curso do Pronatec para quem tá na rua. Estudo na biblioteca de Maracanaú. E aqui no Centro POP, fico na recepção lendo. É difícil para quem tem casa, imagine para nós. Não pode ir de bermuda e chinelo. Tive que arranjar um tênis com um amigo. Já fui incluído no Programa Minha Casa Minha Vida, falta receber só a chave. Vou conseguir mudar de vida, já tô mudando (Raul Seixas).

No tocante à saúde, identificamos que os problemas de saúde mais frequentes da população em situação de rua são: hipertensão; dores na coluna; visão; tuberculose; e febre. Dois participantes relataram que sofrem atitudes preconceituosas devido aos problemas de saúde mental e por portarem o vírus HIV.

Se alguém souber que eu tenho isso aqui, a doença, a negrada se afasta. Ninguém quer ficar perto, tem medo de falar perto da gente (Santos Dumont)

Quando eu fico doente, conheço o pessoal do Hospital, e vou lá. Alguns ajudam. (Tom Jobim).

Estou vendo espiritismo, ontem eu vi uma pessoa querendo me matar. Eu vi dois bonequinhos que estavam na cadeira de roda, eles começaram a mexer as mãos. Outro dia, uma pessoa colocou um pano nos meus olhos, e me queimou. Saí correndo como uma doida e fui até a delegacia. Só eu vejo, ninguém mais vê. Eu vejo nos pés de plantas, eles que querem me matar com uma arma que queimou minhas mãos [...]. As pessoas mangam de mim (Raquel de Queiroz).

A depressão é um problema de saúde extremamente recorrente entre a população em situação de rua. No período da pesquisa, nenhum/a dos/as entrevistados/as realizava tratamento adequado dada as péssimas condições de vida.

Eu me sinto muito depressivo durante a noite. Tenho insônia. Eu não consigo dormir à noite. Fico pensando em muita coisa ruim. (Raul Seixas).

A articulação entre as políticas públicas é imprescindível no intuito de atender as necessidades humanas face à complexidade das múltiplas determinações do fenômeno população de rua, bem como para ofertar possibilidades de construir novos projetos de vida nos diversos espaços urbanos em Maracanaú.

O processo de construção de novos projetos é uma necessidade imprescindível para a população em situação de rua e, para a sua concretização, pressupõe o investimento em organização política na luta pelos direitos à cidade. Nesse sentido, o tópico seguinte expõe os diálogos acerca do que os/as participantes da pesquisa acerca da organização da população em situação de rua.

### **6.2.12 Organização política: uma necessidade urgente**

Não há vitória quando a luta não é justa. Mas só há relutância por esse mundo melhor. (Faria da Gama, Tony Garrido, Quental Dulce).

O processo de organização da população em situação de rua é um enorme desafio a ser enfrentado. Sobre organização política da população em situação de rua, coletamos somente três narrativas:

Eu ouvi falar do movimento de rua em Fortaleza, mas nunca participei. Política, só cumpro meu dever de votar (Olga Benário)

A gente vota em todos os pleitos. Os vereadores dão as costas quando a gente precisa deles. Peço apoio à sociedade, pois precisamos de um teto. Eles estão preocupados em promover eventos (festas) De entidade e movimento, essas coisas, só conheço o Centro POP (Tom Jobim).

Política, só cumpro meu dever de votar (Karl Marx).

Apenas Olga Benário afirmou que tem conhecimento acerca do Movimento da População em Situação de Rua em Fortaleza, porém nunca participou.

Ao indagarmos sobre o conhecimento do movimento da população em situação de rua, as respostas mais comuns foram:

Só conheço o pessoal da igreja, quando um casal vem me buscar para ir para igreja. (José de Anchieta).

Só o centro Pop. (Karl Marx).

De acordo com o militante e articulador do MNPR, o qual afirmou que:

No MNPR no Ceará ainda não é reconhecido nacionalmente pela coordenação nacional, por vários fatores internos. Existem pessoas que se aproveitam da fragilidade das pessoas e se nomeiam como coordenador estadual MNPR para tirar proveito financeiro para si próprio. A falta de recursos e estrutura para mobilização, o preconceito da sociedade, dos movimentos e entidades. Mas estamos na luta por políticas públicas de qualidade para todos (Cirlândio).

No decorrer da pesquisa, os sujeitos deixaram muito claro o enorme desafio para a equipe do Centro POP no que diz respeito ao aconselhamento sobre direitos e políticas públicas e à construção de momentos mais reflexivos e propositivos, visando à organização política da população em situação de rua na luta pela defesa da garantia das necessidades humanas e sociais em Maracanaú, com respeito e autonomia. Diante disso, encerraremos o capítulo com os relatos sobre as expectativas e os sonhos da população em situação de rua como uma necessidade humana fundamental na conquista do direito à cidade de Maracanaú.

### 6.2.13 O direito à cidade: “até o passarinho faz o ninho: é tudo na vida do ser humano”<sup>71</sup>

E seu único lugar no mundo que é seu abrigo. A sua casa. (Faria da Gama, Tony Garrido, Quental Dulce).

Em Maracanaú, verificamos um evidente incômodo com a presença da população em situação de rua nos diversos espaços pela sociedade e o poder público. Assim, é recorrente uma rejeição à implantação do Centro POP no bairro conhecido como o Centro da cidade. Essa questão traça um enorme desafio em trilhar ações junto à sociedade e ao poder público na perspectiva de contribuir na melhoria da convivência e garantia do direito à cidade pela população em situação de rua.

No trajeto da nossa pesquisa, uma reflexão nos interpelava constantemente sobre a satisfação das necessidades humanas no cenário urbano marcado por contradições sociais nos espaços urbanos em Maracanaú.

Assim, partimos da compreensão de que a satisfação das necessidades humanas pressupõe o direito à cidade. Aliás, o debate do direito à cidade para a população em situação de rua é uma questão-chave no contexto de higienização dos espaços urbanos. Portanto, é nesse cenário que ousamos indagar aos/as interlocutores/as, quais são os sonhos, planos e desejos na vida cotidiana nos espaços urbanos da cidade.

As falas expressam os sonhos e as expectativas dos/as participantes envolvidos/as na nossa pesquisa. O título já aponta que os sonhos e as expectativas da população em situação de rua versam predominantemente sobre a moradia.

Acho que todo mundo que vive nas ruas tem um sonho. Ninguém pensa que um dia vai ficar nas ruas. O direito é todo mundo ter um lugar para viver, mesmo que seja ruim, mas sendo da gente é bom. De ter sua casa, chegar a hora que quiser, sair, cuidar da casa. (Karl Marx).

O meu sonho é ter minha casa e um emprego. Eu queria tirar minha habilitação, minha carteira de motorista. Isso facilitaria em arranjar um emprego. Vou conseguir. Já tô quase conseguindo. (Raul Seixas).

Tenho a expectativa de subir na vida. Ir para uma casa e ter meus filhos de volta que estão com uma família acolhedora no município de Pacatuba. Meu marido arranjar um emprego e ser como os outros. Ter uma vida como todo

<sup>71</sup> Trecho da fala de um participante em uma atividade com o tema moradia no Centro POP.

mundo que tem uma casa. Tendo uma casa, tudo vai ser diferente. Eu vou cuidar dos meus filhos, e já tô esperando outro. (Princesa Diana).

O sonho é sair da rua, né. Essa não é vida para gente, não. De jeito nenhum. Quero morar só. Já tentei morar com dois filhos meus, mas não dá certo. Eu queria que fosse pelo menos um quarto. Um cantinho com uma luz e levar o meu “radinho” de pilha. (Patativa do Assaré)

Ninguém merece uma vida dessa. Trabalhar e dar o melhor para os meus filhos. Queria tanto ajudar minha mãe, ela não pode mais trabalhar, trabalha porque é o jeito. Colocar ela dentro de uma casa e sair de perto do meu padrasto, faz muito tempo que ela sofre por causa dele. Imagino ela numa casa comigo e meus outros irmãos ajudando. Voltar para a mãe da minha filha, queria muito. Gosto muito dela ainda, e acho que gosta muito de mim também. (Castro Alves).

Vejamos que trabalho e moradia parecem articulados nas falas dos/as entrevistados/as. O acesso à política habitacional é um caminho repleto de dificuldades e possibilidades. Em Maracanaú, o único programa habitacional é o Minha Casa Minha Vida, em que as exigências da documentação e o pagamento da moradia se constituem como limites ao acesso dessa política para uma população que não possui renda fixa e ausência de documentação. Além disso, a política habitacional do município não consegue contemplar o déficit habitacional.

Maracanaú possui apenas um abrigo para adultos e uma casa de passagem para moradia provisória em construção sem previsão de funcionamento.

Diante do exposto, o desafio de garantir o direito à cidade para a população em situação de rua pressupõe um debate e a organização dessa população no sentido de construir ações que possibilitem a superação das diversas violações de direitos, ampliar as condições de usufruto dos serviços urbanos e direito de permanência nos espaços das cidades em Maracanaú.

O campo nos desvelou que o fenômeno população em situação como uma das expressões das questões sociais vivenciam as diversas formas de violações que negam a garantia das necessidades humanas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM LUGAR NO MUNDO!

Criaturas tão visíveis no cenário urbano. Situação estátua no cotidiano. O ar quente desespera quem está lá fora. [...] Diz que não tem lugar ou assento [...] Invisíveis criaturas, humildes, desumanos, Olhares e receios sob o chão no plano. (Marcos Lobato)

A pesquisa nos possibilitou realizar uma análise crítica acerca do fenômeno população em situação de rua e compreendê-lo como um processo sócio-histórico resultante das desigualdades sociais gestadas na relação capital e trabalho no modo de produção capitalista.

Dessa forma, mergulhamos nas contribuições da Teoria Marxista, que possibilitou a compreensão do objeto em estudo não como um fenômeno natural que surgiu a partir de fatores circunstanciais ocorridos na história de vida de cada sujeito social envolvido na nossa pesquisa, e sim como um fenômeno social que se constitui como uma das expressões da *questão social*, isto é, resultado das contradições sociais gestadas no processo de urbanização voltada para garantir a acumulação do capital, a exemplo da cidade de Maracanaú. Essa premissa, explicitada no decorrer do trabalho, é também no sentido de se contrapor à discussão em torno de “uma nova exclusão social”, presente na maioria dos estudos com a temática população em situação de rua, considerada como grupo social desnecessário economicamente.

Compartilhamos do pensamento de que a população em situação de rua é formada por trabalhadores/as desempregados em termos formais, mas que desenvolvem ocupações em condições precárias, predominantemente no setor informal. A pesquisa revelou que, mesmo em situação de desemprego, os sujeitos entrevistados/as se conhecem como trabalhadores/as.

Em Maracanaú, a guinada no processo de urbanização foi motivada pela necessidade da instalação de um Polo Industrial nas proximidades de Fortaleza, inserido numa política de ampliação industrial no Ceará, nas décadas de 1960 e 1970. Nesse sentido, o poder público garante as condições financeiras e estruturais no sentido de alavancar o crescimento urbano para atender ao capital, sem considerar o respeito à qualidade de vida das pessoas e o respeito ao meio ambiente. Em linhas gerais, o processo industrial contribui significativamente para o



surgimento das diversas expressões da *questão social*, como pontuamos no percurso do presente trabalho. Nesse sentido, o debate em torno do conceito *questão social* assumiu uma centralidade na pesquisa, à medida que nos possibilitou compreender as conexões entre a urbanização em Maracanaú e a totalidade das engrenagens capitalistas.

Vale ressaltar que a nossa proximidade com o campo foi preponderante na compreensão das nuances das refrações da *questão social*, bem como no desenrolar de todo o processo da pesquisa por meio da realização das entrevistas e da construção de um diário de campo para registro da observação participante.

Diante do exposto, o campo da nossa pesquisa confirmou as novas indagações que foram levantadas na parte introdutória do trabalho; quais são as principais violações dos direitos vivenciadas pela população em situação de rua? Quais são os percursos, as vivências e as estratégias de satisfação das necessidades humanas? A população em situação de rua trabalha? Essa população possui outras estratégias de rendimentos? Quais são as expectativas e os sonhos dessa população em uma cidade em que as desigualdades sociais são inerentes ao modelo de urbanização? Como se constitui o acesso às políticas sociais por parte da população em situação de rua? A população em situação de rua encontra-se politicamente organizada na luta pela garantia dos seus direitos em Maracanaú?

Diante disso, pontuaremos aspectos mais relevantes no sentido de apresentar algumas considerações construídas a partir da pesquisa bibliográfica consultada, dos dados coletados nas entrevistas e registrados no diário de campo, das nossas análises reflexivas e das contribuições da pesquisa.

Fazendo o caminho de volta, os resultados da pesquisa afirmaram a nossa primeira premissa, que consiste na afirmativa de que o fenômeno população em situação de rua é uma das expressões da *questão social*, resultante da relação entre capital e trabalho, sendo o desemprego um dos principais motivos que levam indivíduos e/ou famílias à situação de rua em Maracanaú.

O nosso ponto de partida encontra-se fundamentado no processo de urbanização, que se deu de forma acelerada, com a implantação do Polo Industrial nos anos de 1960 e 1970 em Maracanaú. Os dados revelaram que mais de 59% dos/as entrevistados/as possuíam vínculos empregatícios com as indústrias alocadas no município anterior a situação de rua. Nesse sentido, identificamos que a perda do emprego é um dos principais motivos que os levaram à situação de rua.

Para além dos dados, os relatos revelaram que as famílias dos/as entrevistados/as passaram a residir em Maracanaú por conta da possibilidade de acesso ao trabalho por meio do ingresso na força de trabalho das indústrias, visando a melhores condições de vida. Ainda hoje, é recorrente no município o intenso movimento de homens e mulheres com o sonho de trabalhar nas indústrias.

Aqueles/as que não conseguem adentrar, por diversos motivos, nas indústrias e não possuem condições financeiras de retornar às cidades de origem, nem acesso à moradia, acabam tendo a rua como única alternativa. Esse contingente de desempregados acaba formando o exército industrial de reserva na cidade, extremamente necessário à acumulação do capital. Assim, esses/as trabalhadores/as passam a desenvolver ocupações no setor informal, em condições precarizadas de trabalho e de vida.

Podemos perceber a evidência do trabalho informal em Maracanaú, principalmente nos arredores da CEASA/CE, sendo o lócus de espaço laboral da maioria dos/as participantes da nossa pesquisa. Nessa direção, foi imprescindível analisar as configurações capitalistas e situar a cidade de Maracanaú nesse contexto de ampliação do capital. Avaliamos também como os processos capitalistas têm contribuído no aprofundamento da *questão social*, tendo o aumento do desemprego e do trabalho precário atingido severamente os/as trabalhadores/as na cidade. Cabe colocar que as famílias dos sujeitos da pesquisa passaram a residir em Maracanaú atraídos pela possibilidade de ingresso nas indústrias existentes no município.

Diante disso, o estudo apontou para a necessidade de futuras pesquisas no sentido de realizar investigações mais profundas acerca da relação da produção e reprodução do fenômeno população em situação de rua e a existência do Polo Industrial em Maracanaú, que garante à cidade a posição de segunda maior arrecadação do estado do Ceará. Porém, é marcada também por uma profunda desigualdade social, como analisamos no decorrer deste trabalho.

A pesquisa nos revelou que o desemprego é um dos principais motivos para a situação de rua, no entanto, concordamos com estudiosos/as que afirmam que esse fenômeno social possui multideterminações e cujo pano de fundo é a estrutura econômica e social do capitalismo. Nesse sentido, os demais fatores, como ausência de moradia, conflitos familiares devido à condição de pobreza, uso de álcool e/ou drogas, problemas de saúde e ineficiência das políticas públicas são

expressões da *questão social* que contribuem significativamente para que indivíduos e/ou famílias passem a ter as ruas como moradia e/ou sustento nos diversos espaços urbanos.

Ao adentrarmos no mundo do trabalho dos/as entrevistados/as, constatamos que atualmente as ocupações são realizadas predominantemente no setor informal, em condições extremamente precarizadas. Vejamos que treze participantes da pesquisa contribuíram com o sistema previdenciário, e, atualmente, não possuem nenhum tipo cobertura devido ao desemprego por um longo período.

Constatamos, a partir dos relatos, que a relação dos/as entrevistados/as com o trabalho desmitifica as representações da sociedade em geral de que população em situação de rua é formada por indivíduos que não querem trabalhar, que são preguiçosos, mendigos e/ou ladrões. Podemos constatar a vontade desses indivíduos de reinserção no mercado de trabalho formal, com o objetivo de obter uma renda fixa, conquistar o acesso à moradia e construir novos projetos de vida. Mesmo na situação de rua, os sujeitos participantes da pesquisa possuem no trabalho como uma das estratégias visando satisfazer as necessidades humanas, garantir a dignidade e respeito perante a sociedade e o poder público. O campo desvelou que a mendicância não se constitui como a principal forma de obtenção de renda e que envolve um sentimento de vergonha e culpa, como visualizamos em diversas falas.

Construímos o roteiro de pesquisa que pudesse desvelar as diversas violações de direitos vivenciadas pela população em situação de rua nos espaços urbanos em Maracanaú, tais como: o desemprego; a fome; o frio; a solidão; a violência física e moral principalmente advindas das abordagens policiais e dos guardas municipais; dificuldade de acesso à higiene pessoal no período noturno e nos fins de semana; o preconceito; a discriminação; a ausência de documentação; e as exigências “formais” dos programas, serviços, projetos e benefícios existentes nas políticas sociais. As falas e as imagens expostas no decorrer do nosso trabalho expressaram as condições aviltantes a que homens e mulheres são submetidos cotidianamente nos espaços urbanos. Assim, o mergulho nas produções teóricas sobre o conceito de cidade nos permitiu compreender Maracanaú como palco de produção e reprodução da divisão social do trabalho interligada no cenário das configurações do uso do espaço urbano sob a órbita do capital.

As condições de vida que desumanizam homens e mulheres em situação de rua nos levaram à afirmação de outra premissa: que, mesmo diante das condições de vida degradantes, os sujeitos sociais constroem percursos, vivências e estratégias no sentido de satisfazer as necessidades humanas nos diversos espaços urbanos na cidade de Maracanaú. Em linhas gerais, a nossa pesquisa segue na direção do conceito adotado pela Política Nacional para População em Situação de Rua, que concebe essas pessoas como um grupo populacional heterogêneo, que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional, obrigando-os a ocupar espaços como logradouros públicos, tais como praças, jardins, prédios e casas abandonadas, cemitérios, proximidades de lagoas, alpendres de comércios, calçadas e ruas. A heterogeneidade é explicitada nos diferentes motivos, isto é, na duração de tempo nas ruas, nas formas de trabalho e acesso à renda, no grau de contatos familiares e na relação com a cidade e percepção de si mesmo.

Reafirmamos que a escolha dos locais está intimamente relacionada à possibilidade de satisfação das necessidades humanas, como alimentação, espaço para higiene pessoal, um mínimo de segurança, trabalho e renda, proximidade com as instituições de atendimento à população em situação de rua, dentre outras. Vale ressaltar que os percursos, vivências e estratégias são construídas individualmente ou coletivamente nos espaços urbanos da cidade.

Vale lembrar, ainda, a inexistência de uma pesquisa oficial e que possa atingir a totalidade da população em situação de rua em Maracanaú com a finalidade de conhecer as demandas e debater políticas públicas de acordo com as reais necessidades dessa população. Acreditamos que a nossa pesquisa contribui no processo de caracterização e no debate acerca da realidade da população em situação de rua em Maracanaú.

A presença da população em situação de rua nos espaços urbanos despertar um incômodo por parte da sociedade e do poder público, o qual se expressa e se verbaliza nas representações sociais pautadas no preconceito e estigma. Daí a mobilidade da população em situação de rua surge como uma estratégia na busca incessante de um lugar onde possam ser construídas novas experiências e oportunidades de acesso a uma vida digna. Diante disso, o Estado deve assegurar o direito à cidade e ao usufruto dos bens produtivos, independentemente do lugar de origem de cada pessoa, reconhecida como um

cidadão ou cidadã com direitos garantidos na Constituição Federal brasileira. Ademais, a pesquisa revelou que a maioria da população em situação de rua nasceu em Maracanaú ou nas áreas fronteiriças.

As narrativas expõem claramente a evidência da violência física e moral durante as abordagens policiais com uma das violações, a exemplo da expulsão dessa população dos espaços públicos mediante a força, retenção dos pertences e documentos, ameaças e humilhações. Na realidade, essa é a tônica da política de segurança fundamentada na opressão aos negros, pobres e jovens. Diante disso, o isolamento ou agrupamento dos sujeitos da nossa pesquisa constitui em estratégias de garantia do mínimo de segurança. No diário de campo, temos diversos registros da percepção da polícia e dos guardas municipais em relação à população em situação de rua, tais como: “elementos”, “vagabundos/as”, “desocupados/as” e “cheios de direitos”. Diante disso, é fundamental construir espaços de debates visando superar as práticas higienistas e repressoras por parte do Estado, principalmente cometidas por profissionais da segurança pública e da guarda municipal no sentido compreender que os direitos da pessoa humana independem de raça, cor, classe social, religião ou modo de vida.

Não podemos deixar de apontar que o acesso às demais políticas sociais pela população em situação de rua se constitui também em percurso marcado por vivências discriminatórias, preconceituosas e de negação dos direitos. As exigências formais e ausência de documentação aparecem como os maiores entraves no acesso às políticas públicas, expondo a necessidade de ampliar o debate acerca do atendimento à população em situação de rua de acordo com as suas demandas.

Vale ressaltar que a implantação do Centro Pop de Maracanaú se deu anteriormente à aprovação do decreto que institui a política municipal para a população em situação de rua. Somente em 2014, o Governo do Ceará, por meio do decreto nº 31.571, de 04 de setembro, institui a Política Estadual para População em Situação de Rua, representando uma grande conquista e um desafio para que os municípios abram um amplo debate e construam também a política de atendimento a essa população em Maracanaú. Estamos convictas de que a elaboração e a aprovação do decreto em questão é uma bandeira de luta a ser travada pela população em situação de rua, assim como pelos conselhos de defesa de direitos, conselhos de políticas públicas, gestores e profissionais comprometidos com essa população. É um caminho a trilhar! Um longo caminho a percorrer, principalmente na

perspectiva de contribuir no processo de organização política da população em situação de rua em Maracanaú.

Em face de todo o cenário, os sujeitos da pesquisa expressam desejos e sonhos de construir novos projetos e de possuir o direito à cidade. Conforme as narrativas, o trabalho e o acesso à moradia constituem os principais sonhos e desafios da população em situação de rua, assim como possibilidades de construção de novos projetos de vida e processos de saídas das ruas. Temos também a convicção de que a construção de novos projetos pressupõe políticas públicas estruturais que possam romper com as desigualdades sociais que permeiam as cidades.

O desafio de garantir o direito à cidadania pressupõe um amplo debate e ações construídas coletivamente, visando organização política da população em situação de rua na luta pelo acesso ao trabalho digno, à moradia, à convivência familiar e comunitária, ao respeito ao modo de vida e ao acesso às políticas sociais que permitam superar as violações de direitos, ampliar as condições para o usufruto dos serviços urbanos, o direito à permanência nos espaços das cidades e ao reconhecimento como sujeitos de direitos em Maracanaú.

As histórias de vida dos/as participantes são repletas de violações que demarcam a degradação da vida humana em uma cidade marcada pela privatização dos espaços públicos e por uma lógica de urbanização aliada ao processo de industrialização. Todavia, homens e mulheres em situação de rua acreditam em sonhos e expectativas futuras que “mesmo na contramão do sistema dominante, e desfazendo mitos que procuram ocultar a sua realidade, numa tentativa vã de impedir a sua permanência onde quer que seja, nas ruas, nas casas, na vida”<sup>72</sup>.

A trajetória da nossa pesquisa mostrou inúmeros desafios para militantes, profissionais e pesquisadores desta temática, além da importância de aprofundar cada vez a observação da realidade de homens e mulheres que tenham as ruas como espaço de moradia e/ou sustento na cidade de Maracanaú. Nesse sentido, estamos convictas de que a nossa pesquisa contribuirá com um debate crítico, ético e propositivo na perspectiva da construção de reflexões, visando a romper com as formas discriminatórias em relação à população em situação de rua e fortalecer a luta pelo direito à cidade. Por fim, desejamos que a presente pesquisa constitua um

---

<sup>72</sup> Trecho de uma poesia da assistente social Verônica Furtado, que nos apresentou com muito carinho.

elo entre a produção do conhecimento e a práxis social emancipatória na perspectiva de contribuir com o processo de reflexão e de organização da população em situação de rua em Maracanaú na luta pelo direito à cidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Alexandre Magno. [Chorão]. **Beco sem saída**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/charlie-brown-jr/discografia/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- ANTUNES, Arnaldo; BRITO, Sérgio; FROMER, Marcelo. **Comida**. Disponível em: <[letras.mus.br/titas/48984/](http://letras.mus.br/titas/48984/)>. Acesso em: 23 nov. 2014.
- \_\_\_\_\_. Britto, Sérgio; MIKLOS, Paulo. **Miséria**. Disponível em: <[letras.must.br/titas/48984/](http://letras.must.br/titas/48984/)>. Acesso em: 23 nov. 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. 2ª. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALCOFORADO, Mirtes Guedes. **Introdução ao Método da Teoria Social**: direitos sociais e competência profissional. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013. Projeto Editorial Práxis.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. 2012. Disponível em <<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- BALEIRO, Zeca. **À flor da pele**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/zeca-baleiro/discografia/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas (Org.). **Brasil real**: a desigualdade para além dos indicadores. São Paulo: Outras expressões, 2012.
- BARRETO, Vicente. **Pelas ruas que andei**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/alceu-valenca/discografia/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.
- BAUMAN, Zygmund. **O amor líquido**: sobre a fragilidades dos laços humanos. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e questão social**. 4. ed. São Paulo: EDUC, 2013.
- BELLOTO, Tony; Brito, Sérgio. **A estrada**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/titas/a-estrada.html>>. Acesso em: 04 mar. 2015.
- BOSCHETTI, Ivanetti *et al.* **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.



\_\_\_\_\_, Ivanetti; ROSSETI, Elaine. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do serviço social, 2)

\_\_\_\_\_, Ivanetti; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 87, p. 25-57, set. 2006.

**BRASIL** é o 8º país com maior número de analfabetos adultos, diz UNESCO. **G1**. Brasil. 24 de jan.2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco>. Acesso em 14 de abr. 2015.

BRASIL. **Decreto Nº 7053, de 23 de dezembro de 2009**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ MDS. Brasília-DF. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Brasília-DF, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2014

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional Sobre a População Nacional em Situação de Rua**. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei Nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Políticas permanentes de habitação**: a importância do Programa Minha Casa Minha Vida. FGV projetos, out. 2014. Disponível em: <[http://www.cbic.org.br/sites/default/files/Estudo%20FGV%20-%20MCMV\\_0.pdf](http://www.cbic.org.br/sites/default/files/Estudo%20FGV%20-%20MCMV_0.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de informações básicas municipais**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatisticas/pesquisa/indicadores.php>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostras de domicílios – PNUD 2014**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatisticas/pesquisa/indicadores.php>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatórios dos I e II Encontro Nacional para População em Situação de Rua**. 01 set. 2006, Brasília, DF. Relatório do I Encontro Nacional sobre população em situação de rua. Brasília, DF: SNAS; SAGI, 2006. 96 p. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/livros/relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano – PNUD 2014**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013)>. Acesso em: 23 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Prestação de contas ordinárias anual – relatório de gestão, 2013**. Disponível em: <[www.mds.gov.br/bolsafamilia/arquivos/RELAT,PC3,P93RIO,P20DE,P20GEST,PC3,P83O,P202013.pdf](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/arquivos/RELAT,PC3,P93RIO,P20DE,P20GEST,PC3,P83O,P202013.pdf.pagespeed.ce.5cmS05YHYN.pdf).pagespeed.ce.5cmS05YHYN.pdf SENARC>. Acesso em: 05 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. A pesquisa mensal de emprego. Relatório das Tendências do Mercado de Trabalho Urbano - IDT In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=38](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=38)>. Acesso em: 24 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Lei federal brasileira nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional sobre uso de crack e outras drogas**. FIO CRUZ. Disponível em: <<http://www.icict.fiocruz.br/content/livro-digital-da-pesquisa-nacional-sobre-o-uso-de-crack>> Acesso em: 01 mar. 2015.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul/set. 2012.

BRAZ, Norma. Necessidades Humano-Sociais: ensaio sobre a atualização das necessidades radicais. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 5, n. 2, p.123-138, jul./dez. 2013.

BRAVO, Maria Inês. In: PEREIRA, Potyara (Org.). **Política social e democracia**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

BRITO, Sérgio. **Enquanto houver sol**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/titas/enquantohouversol>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. FROMER, Marcelo; GAVIN, Charles. **Desordem**. Disponível em <<http://www.vagalume.com.br/titas/desordem.html>>. Acesso em: 12 out. 2014.

BUARQUE DE HOLLANDA, Chico. **Vai passar**. Disponível em: <<http://www.kboing.com.br/chico-buarque/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Hino da repressão**. Disponível em: <<http://letras.mus.br/chico-buarque/85732/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Amando sobre os jornais**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/chico-buarque/discografia/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CASAL de moradores de rua é baleado em Fortaleza. **G1 Ceará**, Fortaleza, 15 mar. 2013. Notícia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/03/casal-de-moradores-de-rua-e-baleado-em-fortaleza-em-frente-cinco-filhos.html>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CEARÁ. IPECE. Disponível em: <[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. GOVERNO DO ESTADO. **Sua história**: uma história de sucesso. <<http://www.ceasa-ce.com.br/index.php/conheca-a-ceasa-ce/sumenu1>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 31.571 de 04 de setembro de 2014. Institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua no âmbito do Estado do Ceará, cria o Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua. **Diário Oficial do Estado**. Fortaleza, CE, 05 set. 2014. Série 3, ano 6, nº 165.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **Relatório Mensal de Acompanhamento**. Maracanaú, Mar. de 2015.

CÉZAR, Henrique Maranhão. A centralidade da assistência social na seguridade social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVERINI, Tomás. **Cama de Cimento**: uma reportagem do povo das ruas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (Org.). **Código de ética do/a assistente social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CONTINO, Gabriel. **O Resto do mundo**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/gabriel-pensador/o-resto-do-mundo.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

\_\_\_\_\_; LEE, Beto **Todo mundo é igual: mas eu não!** Disponível em: <<http://letras.mus.br/gabriel-pensador/225156/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FARIAS, da Gama; GARRIDO, Tony; DULCE, Quental. **Cidade perdida**. Disponível em: <<http://vagalume.com.br/cidadenegra.discografia>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **A estrada**. Disponível em: <[www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/cidade-negra/a-estrada/2473310](http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/cidade-negra/a-estrada/2473310)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Casa**. Disponível em: <[www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/cidade-negra/casa/202949](http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/cidade-negra/casa/202949)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

FACULDADE CATÓLICA RAINHA DA PAZ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). **Padrão FCARP de normalização: normas da ABNT para trabalho de conclusão de cursos, monografias e trabalhos acadêmicos**. 3. ed. rev. e ampl. Araputanga, MT: FCARP, 2012. Disponível em: <<http://www.fcarp.ed.br>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FONTANELLA, Bruno José *et al.* **Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar a saturação teórica**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

FRANÇA Crise aumenta número de moradores de rua. **RFI Português**, França, 01 fev. 2013, França. Disponível em: <<http://www.portugues.rfi.fr/franca/20130201-crise-aumenta-numero-de-moradores-de-rua-na-franca>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/web/index.asp>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

GESSINGER, Humberto; LICKS, Augusto. **Muros e grandes**. Disponível em: <[http://www.kboing.com.br/playlist/1-1007639\\_90696\\_1112286\\_1017934\\_1112289\\_300117\\_1112306\\_80052\\_41425/](http://www.kboing.com.br/playlist/1-1007639_90696_1112286_1017934_1112289_300117_1112306_80052_41425/)>. Acesso em: 31 ago. 2014.

\_\_\_\_\_, Humberto. **Armas químicas e poemas**. Disponível em: <<http://www.kboing.com.br/playlist/1->

1007639\_90696\_1112286\_1017934\_1112289\_300117\_1112306\_80057\_41425/>. Acesso em: 31 ago. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: uma questão social? São Paulo: FAPESP. Educ, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Ed.23ª São Paulo: 2012.

\_\_\_\_\_. **O enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanki. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21. Ed. São Paulo: Editora Guanabara Koogan, 1986.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo; Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_, Marilda Villela; CARVALHO, Raul; **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 1990.

IASI, Mauro. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

IPECE. Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza. Disponível em: <mapas.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2015.

JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 40. ed. São Paulo; Editora Brasiliense, 1993.

JUSTO, José Sterza. **Vidas errantes**: políticas de mobilidade e experiência de tempo-espço. Londrina: EDUEL, 2012.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOBATO, Marcos. **Doutor, sim senhor!** Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/o-rappa/doutor-sim-senhor.html>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

MARACANAÚ. **Relatório de Gestão do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**. Impresso. Janeiro 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Impresso. Janeiro 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução Administrativa nº 06, de 08 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa de Locação Social e dá outras providências. Disponível em: <[www.maracanau.ce.gov.br/...municipal.../956](http://www.maracanau.ce.gov.br/...municipal.../956)>. Acesso em: 21 mar. 2014.

MARICATO, Ermínia *et al.* A questão urbana, estúpido. In: \_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

\_\_\_\_\_, Ermínia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista VeraCidade**, ano 4, n. 4, mar. 2009.

\_\_\_\_\_. A informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In: WANDERLEY, Luís Eduardo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **A cidade de São Paulo**: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: Educ. 2009.

\_\_\_\_\_. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. **O capital**: Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução revista de Leandro Londer. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção obra-prima de cada autor).

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Raniere. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZAROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. 14. ed. São Paulo. Hucitec, 2014.

\_\_\_\_\_. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

**MORADOR** de rua é assassinado em Maracanaú. **CSNEWS, Fortaleza, 14 de mar.2013**. Disponível em: <[http://cnews.com.br/cnews/noticias/30824/morador-de-rua\\_e\\_assassinado\\_em\\_Maracanaú/](http://cnews.com.br/cnews/noticias/30824/morador-de-rua_e_assassinado_em_Maracanaú/)>. Acesso em: 07 abr. 2015.

**MORADORA** de rua é assassinada com golpes de pedra. **CSNEWS, Fortaleza, 10 nov. 2014**. Polícia. Disponível em: <[http://cnews.com.br/cnews/noticias/75962/moradora\\_de\\_rua\\_e\\_assassinada\\_com\\_golpes\\_de\\_pedra/](http://cnews.com.br/cnews/noticias/75962/moradora_de_rua_e_assassinada_com_golpes_de_pedra/)>. Acesso em: 14 nov. 2014.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, questão social e movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social, 5).

MOTA, Ana Elizabete (Org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. **Maria, Maria**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/milton-nascimento/discografia/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método da Teoria Social: direitos sociais e competência profissional**. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, ano. 2, n. 3, p. 41-49, jan/jul. 2001. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Graflin, 2001.

\_\_\_\_\_. José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica do serviço social, 1).

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NOVA IORQUE registra recorde no número de indigentes. **Veja**, Rio de Janeiro, 12 abr. 2011. Mundo. Disponível em: <[veja.abril.com.br/noticia/mundo/nova-york-bate-recorde-no-numero-de-moradores-de-rua](http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/nova-york-bate-recorde-no-numero-de-moradores-de-rua)>. Acesso em: 12 abr. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório Tendências Mundiais**. Disponível em: <<http://www.oit.org.br>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em Debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época, 17).

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013)>. Acesso em: 23 abr. 2014.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem saída**: um estudo sobre a relação Estado e a População de Rua em Brasília. 2008. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Política social**: temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento dos Municípios**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013)>. Acesso em: 23 abr. 2014.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAPPA, O. **Não perca as crianças de vista**. Disponível em <<http://www.vagalume.com.br/o-rappa/discografia/>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

ROSA, J. Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensando o Estado Providência. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 4. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos)

\_\_\_\_\_. Política urbana no Brasil: esperança em meio ao caos? **Revista da ANTP**, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/esperancaemmeioaocaos.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. KLING, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos**, v. 89, p. 89-109, mar. 2011. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002011000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002011000100006)>. Acesso em: 20 fev. 2014.



SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. – Coleção biblioteca básica; v. 6.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. Ed. Martin Claret. São Paulo. 2007. – Coleção A obra brima de cada autor.

SCIENCE, Chico. **A cidade**. Disponível em: <<http://letras.mus.br/nacao-zumbi/77652/>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

SIDERAL, Wilson; **Há quanto tempo**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/jota-quest/discografia/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SINGLY, François. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução: Rute Esteves Mota. 4. ed. Edições Textos e Grafia, Lda. Biblioteca Universal, 2010.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, Jether Pereira; ARROGELLAS, Maria Helena. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade – CAALL, 2004.

VELOSO, Caetano. **Podres poderes**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/caetanoveloso/discografia/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Sampa**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/caetanoveloso/discografia/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Divino maravilhoso**. Disponível em: <<http://letras.mus.br/caetano-veloso/44718/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Gente**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/caetano-veloso/discografia/>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Carmelita (orgs). **Desigualdade e questão social**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2013.

WIKIPÉDIA. **Maracanaú**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Maracanaú>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

WOLKER, Antonio Carlos. As necessidades humanas como fonte insurgente de direitos fundamentais. **Veredas do Direito**, v. 1, n. 3, p. 85-92, jul/dez., 2004. Disponível em: <[http://www.domhelder.edu.br/veredas\\_direito/pdf/3\\_17.pdf](http://www.domhelder.edu.br/veredas_direito/pdf/3_17.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2015.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista

**Nome do Entrevistado:**

**Data da Entrevista:**

### I – IDENTIFICAÇÃO

1. Nome ou Apelido:
2. Data de nascimento:
3. Naturalidade
4. Escolaridade:
5. Estado civil:
6. Em relação à cor/raça/etnia, você se declara:

### II – DOCUMENTAÇÃO

1. Possui documentos?      (   ) Sim      (   ) Não

Quais documentos:

- |                              |                     |                         |
|------------------------------|---------------------|-------------------------|
| (   ) Certidão de nascimento | (   ) RG            | (   ) Título de eleitor |
| (   ) Registro de casamento  | (   ) CPF           | (   ) Reservista        |
| (   ) Carteira de trabalho   | (   ) Outros: _____ |                         |

### III – MOTIVO E TEMPO DE PERMANÊNCIA NAS RUAS.

1. Com que idade você saiu de casa para viver nas ruas?
2. Há quanto tempo está em situação de rua?
3. Há quanto tempo em situação de rua em Maracanaú?
4. Qual ou quais motivos levaram a situação de rua?
 

(   ) Perda da moradia	(   ) Uso de álcool ou outras drogas
(   ) Conflitos familiares	(   ) Desemprego
(   ) Outros: _____	
5. Já morou em outras cidades? Em situação de rua?

### IV – FAMÍLIA

1. A sua família reside em Maracanaú?           (    ) Sim       (    ) Não
2. Tem contato com a sua família?           (    ) Sim       (    ) Não
3. Caso não, onde mora a sua família? Há quanto tempo não tem contato com a família?

#### **V – SOBRE O LOCAL QUE FICA**

1. Qual ou quais locais você fica? Qual ou quais o/s motivo/s da escolha desse local? Você fica durante o dia e a noite?
2. Fica sozinho ou acompanhado na rua? Caso responda “acompanhado”, com quem?
3. Quais as principais dificuldades encontradas nas ruas?
4. Você acha que é um direito seu ficar nas ruas?
5. Você tem sonhos? Quais os seus sonhos, vontades e desejos?

#### **VI – NECESSIDADES HUMANAS**

1. Como você faz:

- a) para se alimentar?
- b) sua higiene pessoal?
- c) para dormir?
- d) quando está doente?
- e) com relação à segurança?

2. Trabalho

1. Você tem profissão? Está trabalhando? Qual a sua remuneração?
2. Quais as principais dificuldades encontradas em conseguir?
3. Que outras estratégias de renda você possui?
4. Você já trabalhou de carteira assinada? Em quais locais? Lembra por quanto tempo? Você lembra o valor da renda? Qual foi o motivo da saída?
5. Qual é a importância do trabalho para você?
6. Você se sente um trabalhador? Por quê?

## VII – ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

### 1. Saúde

Você utiliza ou já utilizou:

- Posto de saúde       Hospital       Farmácia popular  
 Caps Geral       Caps AD       Alguma clínica de internamento

Quais as principais dificuldades no acesso aos serviços da saúde?

### 2. Assistência Social

Você utiliza ou já utilizou:

- CRAS       Restaurante Popular  
 CREAS       Cozinha Comunitária  
 Centro POP       Unidade de acolhimento ou abrigo

Você é cadastro no CADÚNICO?       Sim       Não

Você recebe:       Bolsa Família       BPC

Quais são as principais dificuldades no acesso à política de assistência social?

#### **Sobre o Centro POP:**

Quais as atividades que você participa?

Quais?

O serviço tem importância na sua vida?

Quais são as dificuldades encontradas no serviço?

### 3. Habitação

Foi beneficiário de programa habitacional?       Sim       Não

Encontra-se inscrito em algum programa habitacional?       Sim       Não

Quais são as principais dificuldades no acesso à política de habitação?

4. Educação ( ) Sim ( ) Não

Caso sim, qual: \_\_\_\_\_

Quais as principais dificuldades no acesso a política de educação?

5. Trabalho e renda ( ) Sim ( ) Não

Caso sim, qual: \_\_\_\_\_

Quais as principais dificuldades no acesso a política de educação?

Já participou de cursos profissionalizantes? ( ) Sim ( ) Não

Caso sim, qual: \_\_\_\_\_

Atualmente participa ou tem vontade de participar de curso profissionalizante? ( ) Sim ( ) Não

Quais?

## VIII - SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Você utiliza algum tipo de:

( ) Medicamento

( ) Maconha

( ) Cigarro

( ) Crack

( ) Álcool

( ) Outras: \_\_\_\_\_

## IX - Organização política

1. Você conhece alguma entidade, organização em defesa da população em situação de rua?
2. Você participa ou já participou de alguma entidade ou movimento político da população em situação de rua?

## APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista II

### I – Identificação

**Nome:**

Trabalha: ( ) Sim ( ) Não

Em que?

### II - Sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua

1. Qual é o seu vínculo com o Movimento Nacional População em Situação de Rua? Há quanto tempo está no movimento?
2. Qual/quais o/os objetivo/os do Movimento Nacional População em Situação de Rua?
3. Quais são as principais demandas e dificuldades do Movimento Nacional População em Situação de Rua?
4. Como você avalia o trabalho desenvolvido pelo Centro POP, quais os avanços, limites, dificuldades e desafios encontrados?

### III - Sobre o Fórum da Rua

1. Qual é a data de criação? Como se deu a criação do Fórum da Rua? Ele é de âmbito estadual? Qual é a sua importância?
2. Quais são as principais demandas do Fórum? Quais são as principais dificuldades do Fórum?
3. Como o Movimento Nacional População em Situação de Rua e o Fórum da Rua podem contribuir para a efetivação das políticas públicas?
4. Quais são as dificuldades de participação da população em situação de rua para as reuniões do Fórum?
5. Como o Movimento Nacional População em Situação de Rua e o Fórum mobilizam a população em situação de rua para as reivindicações, reuniões e as lutas?



## APÊNDICE C – Termo de Livre Esclarecimento e Consentimento

Convidamos o/a senhor/a para participar da pesquisa “FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO SOCIAL: PERCURSOS, VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS EM MARACANAÚ/CE”, sob a responsabilidade da pesquisadora – a aluna Régia Maria Prado Pinto e a Professora Doutora Cristiane Maria Marinho (pesquisadora-orientadora). O presente trabalho tem o objetivo de analisar as diversas violações de direitos, as vivências pela população em situação de rua, bem como a busca em satisfazer as necessidades humanas nos diversos espaços urbanos em Maracanaú. A pesquisa será realizada com pessoas em situação de rua, acima de 18 anos, de ambos os sexos, que utilizam os serviços ofertados pela instituição pública Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Maracanaú – Centro POP. A entrevista será feita de forma individual, com um roteiro previamente apresentado a vossa senhoria, e acontecerá em uma sala do Centro POP, gravada, e com previsão de duração de vinte minutos a, no máximo, trinta minutos. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo, e as informações serão utilizadas somente para fins de pesquisa, garantindo o anonimato dos entrevistados. Não será revelada nenhuma imagem sem a sua prévia autorização. Assim, reafirmamos o compromisso com os preceitos éticos inscritos na Resolução 466/2012, respeitando o sigilo absoluto do anonimato e autonomia de cada entrevistado/a. Em caso de surgimento de constrangimento e/ou desconforto durante a entrevista, a pesquisadora possui pleno compromisso em minimizá-los, sem prejuízos de qualquer ordem para sujeitos envolvidos na pesquisa. Caso deseje, você poderá solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa; podendo, inclusive, interromper a sua participação, a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo. O/a entrevistado/a poderá entrar em contato com a pesquisadora e com o comitê de pesquisa da Universidade Estadual do Ceará, localizado na Avenida Silas Munguba, 1700, Campus do Itapery - UECE, através do telefone: (85) 3101-9890, Fortaleza-Ceará, e do email: cep@uece.br, caso seja necessário. Este termo foi elaborado em duas vias, sendo uma entregue ao participante da pesquisa e a outra fica no arquivo da pesquisadora. Tendo sido informado/a sobre a presente pesquisa, concordo participar de forma livre e esclarecido/a.

---

Assinatura do entrevistado:

Assinatura do entrevistador

Data da entrevista: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

## APÊNDICE E – Imagens das (nas) Ruas

### Fotografia 1 – Praça da Estação



Fonte: Elaborada pela autora.

### Fotografia 2 – Interior da CEASA



Fonte: Elaborada pela autora.



**Fotografia 3 – Rua Manoel Pereira.**



Fonte: Elaborada pela autora.

**Fotografia 4 – Proximidades do Aterro Sanitário (Lixão)**



Fonte: Elaborada pela autora.



**Fotografia 5 – Praça do Restaurante Popular**



Fonte: Elaborada pela autora.

**Fotografia 6 – Rua Manoel Pereira**



Fonte: Elaborada pela autora.



**Fotografia 7 – Bairro Antônio Justa**



Fonte: Elaborada pela autora.

**Fotografia 8 – Bairro Centro – Feira Center**



Fonte: Elaborada pela autora.



**Fotografia 9 – Praça em frente ao Banco do Brasil**



Fonte: Elaborada pela autora.

**Fotografia 10 – Distrito Industrial**



Fonte: Elaborada pela autora.

## APÊNDICE F – Falas das (nas) Ruas

### Karl Marx

#### Um Pouco da Minha história

“Nasci em 09 de junho de 1960, São Benedito-Ce. Sou soldador e pedreiro. Estudei até a 7ª série. Eu saí de casa eu tinha 14 anos, problemas de família, meu pai morreu, ficou muito irmãos para a gente criar, inclusive era mais mulher. Minha mãe ficou na dificuldade então saí para ver se conseguia ajuda. Fui para São Luís, passei um tempo em Santarém, morei 14 anos no Rio de Janeiro, voltei em 1981. Fiquei três meses em Fortaleza. Estou em Maracanaú desde 1984, há 5 anos moro no hospital”.

#### Meu lugar

“Geralmente, fico sentado nas cadeiras onde as pessoas ficam aguardando a hora da visita. À noite, eu fico no local das ambulâncias. Os funcionários que arrumaram eu ficar lá. Fiquei numa situação que não podia andar, eu disse que não tinha lugar certo, inclusive o segurança Fabiano ajeitou para eu ficar lá. Ele arranhou colchão, quando é pela manhã eu guardo”.

#### “Procuo ficar sozinho. Me sinto mais seguro.”

“Eu não sou discriminado porque as pessoas nem acham que moro nas ruas, eu não ando sujo e nem ando pedindo nada. Só sabe quem me conhece mais de perto. Mas, para a pessoa que vive nas ruas é vítima de preconceito é todo dia. São tantos. Numa fila quando a gente chega, tem gente que fica só de olho pensando que a gente vai roubar. Mas eu nunca fiz isso. Eu graças a Deus não preciso disso. Sofri uma vez violência quando me roubaram a mochila com meus documentos e meus certificados dentro do hospital quando estava dormindo no banco. Eu nunca fico onde tem tumultos, prefiro andar só como forma de me proteger. Fome eu sinto no fim de semana, porque o restaurante popular tá fechado e o Centro Pop também”.

#### “O trabalho é tudo na vida para se conseguir algo.”

“Não posso trabalhar devido aos problemas de saúde. Eu só tenho o programa Bolsa Família que fiz aqui no Centro Pop. Problemas de saúde, se eu tivesse minha saúde, acredito que não estaria na rua. Eu não gosto de estar pedindo um a outro, porque com a amizade que tenho eu poderia, mas nunca precisei disso, não fui criado assim. Tenho muito amigos que me ajudam sem pedir, roupa, comida. Trabalhei na Odebrecht perfurações (5 anos – Rio de Janeiro), no COTECE (Maracanaú – 4 anos e 8 meses), era uma fábrica que produzia condutores elétricos, mas faliu. Trabalhei na Gerdau (5 anos e 2 meses), nessa eu fui demitido porque perdia o horário e com 5 faltas a pessoa é demitida.”

## Tom Jobim

### Um pouco da minha história

“Eu tenho família em Maracanaú, vivo me escondendo deles. Eu viro as costas. Encontro com eles no *shopping*, no banco, mas viro as costas. Meus filhos há doze anos que não os vejo. Há 26 anos vivo nas ruas, sete anos em Maracanaú. Morei em Fortaleza, na Messejana e no Terminal da Parangaba.”

### O dia a dia

“Sofrimento. As pessoas ignoram a nossa presença. Procuo ajudar os colegas que estão em situação de rua, com um amigo que é lesionado no hospital. Eu sofrendo humilhação por parte da família. Dinheiro que eu ganho não dá para o aluguel e devo ao agiota.”

### “Eu tenho uma vida de cão.”

“A gente chega em um determinado local e é barrado. A gente vive na miséria, sem ‘ganho’. Ninguém dá trabalho para gente”.

### O trabalho

“Sou operador de empilhadeira, ganho um salário. Trabalho de carteira assinada à noite em uma fábrica. Devo muito a agiota, eu tenho que pagar. O cartão da caixa econômica fica na mão dele. Durante o dia, fico vigiando os carros. Tenho muitas faltas devido à fome e a não ter onde dormir. Sou operador de máquinas de fazer sacolas. A empresa não sabe que estou em situação de rua. Os donos da empresa não vão gostar que eles são muitos religiosos. Consegui esse trabalho depois que vim para as ruas. Passei em frente à empresa. Anotei em um pedaço de folha com carvão”.

### “Muitas coisas eu finjo que não vejo o que as pessoas fazem.”

“Não sei falar alto, não gosto de pedir às pessoas. Quando eu estou embriagado fico no meu canto quieto, sem perturbar a ninguém. Evito fazer barulho e não me envolver em confusão. Não envolvo com o crime.”

### “Gostaria de arranjar uma pessoa.”

“Ficar sozinho nessa vida é ruim, não dá. Os direitos deveriam ser iguais. Políticos não olham para a gente”.

### Sonhos

“Fui beneficiado com o Programa Minha Casa Minha Vida. Estou aguardando receber a chave. O meu sonho vai acontecer.”



## **Raul Seixas**

### **Minha História**

“Nasci em 26/04/1972, Salvador – BA. Sou auxiliar de construção civil. Eu tenho o Ensino Médio. Solteiro. Tenho registro de nascimento, RG, CPF, carteira de Trabalho e Reservista. Só não tenho o título de eleitor, mas já recebi as orientações daqui, do Centro Pop. E já estou com uma declaração de endereço do Centro Pop, que nós podemos usar, né”.

**“A minha família não sabe que estou em situação de rua.”**

“Meu contato com o meu pai, não tenho mãe. O contato é pelo celular. Ele liga para mim. Eu nunca disse para meu pai que estou em situação de rua, não gosto de dizer, mas ele deve saber pelo meu irmão e pelo meu tio. Ele sabe que eu vivo na casa de um e de outro. Ele não sabe que durmo na rua.”

### **Sonhos**

“No momento quero um trabalho, mas o professor falou que assim que eu terminar, já ia me indicar para seleção das empresas. Estou me dedicando, é difícil terminar um curso do Pronatec para quem tá na rua. Estudo na biblioteca de Maracanaú. Aqui no Centro POP. O meu sonho é ter minha casa e um emprego. Gostaria de sair dessa vida. Tô lutando para isso. Eu queria tirar minha habilitação, minha carteira de motorista. Isso facilitaria em arranjar um emprego. Tem um amigo que conseguiu tirar a carteira de motorista por conta do governo. Mas já tô com encaminhamento daqui para ir.”

### **Como me sinto**

“Eu me sinto muito depressivo durante a noite, tenho insônia. Eu não consigo dormir à noite. Fico pensando em muita coisa ruim. O trabalho da psicóloga não é o mesmo da assistente social. Vou falar com a psicóloga.”

### **Por onde andei**

“É a segunda vez que eu fico em situação de rua. Fiquei uma vez por três meses e agora 5 anos. Já morei em Natal, morei com meu irmão. Eu trabalhava com meu irmão. Eu estava bem. A primeira vez que fiquei em situação de rua foi aqui em Maracanaú. Cheguei em Maracanaú em 2013.”

### **Para tomar banho**

“Na semana é aqui no centro Pop, mas no fim de semana é na casa de alguém. Eu tenho muitas amigadas.”

## Airton Sena

### **Minha História**

“Nasci em 07 de setembro de 1967, em Maracanaú. Sou viúvo. Minha profissão é servente. Estudei até a segunda série.”

### **“Preciso de ajuda.”**

“Sinto muita tristeza, já tentei me matar várias vezes, o pessoal é que não deixa. A rua é melhor do que na minha casa. Mas se tivesse um lugar só para mim, eu queria. Tô com dez anos que sofro com a perna, diabete. Tenho asma; problemas de cabeça. Um dia vocês me deram um encaminhamento, eu fui, mas não fui atendido. Fui pegar remédio e não tinha. O médico falou que a solução da minha perna é amputar, não quero. Minha situação vai piorar muito, na rua com uma perna só.”

### **Meu sonho**

“Ir embora daqui, para o céu, não tenho uma família. Tentei me matar três vezes, uma vez afogado, de corda e faca. Aí o pessoal não deixa. Eu não tenho ninguém. Choro, choro. Vivo no meio da rua sofrendo. Eu não gosto de pedir, tenho família, mas não me ajuda. Eu me tremo de raiva ((chora)).”

### **Minha alimentação, como faço**

“Café da manhã é no Centro Pop, almoço no Restaurante popular e para jantar eu peço um a outro.”

### **Higiene pessoal**

“No centro Pop, na casa de um primo e na lagoa.”

## Dalva de Oliveira

### Um pouco da minha história

“Tenho 24 anos, nasci em Maracanaú. Sou costureira e vendedora. Estudei até a 6ª série. Quando eu tinha 16 anos, fui morar com uma pessoa, com o pai da minha primeira filha, morava no Maracanauzinho. Há cinco meses estou nas ruas. Antes de ter minhas duas filhas, quando eu tinha 16 anos, quando era moça, eu ficava nas ruas aqui em Maracanaú. Já morei em outras cidades mas não na rua, Itatinga, Fortaleza, Baturité e Palmácia.”

### “Meu lugar: ninguém pode saber não”

“Entre o Hospital ou na praça. Quando tem movimento eu fico na praça. Se tiver muita gente “doida” (drogado e bebo), aí dormimos no hospital. Quando tá todo mundo doido, fico com medo e vou para o Hospital, perto do banheiro que está destruído. A gente dorme no chão mesmo. Dentro do Hospital, não tem perigo.”

### Minha filha

“Vive doente, levo ela para o hospital. Não tenho como trabalhar porque eu tenho que ficar com a Bianca. Já fui abordada pelo conselho tutelar, já fomos abordadas duas vezes, eu escondo a Bianca para o conselheiro não levar. Matriculei minha filha na creche, tô aguardando começar as aulas no dia 02 de fevereiro. Falei toda a minha situação. Fui sozinha e não tinha vaga, como vocês me deram o encaminhamento para o conselho tutelar, eu já matriculei.”

### Minha vontade

“Já comecei um curso de violão e costura. Tenho muita vontade de aprender costura. Gosto demais. Ver minhas duas filhas grandes. Já passei por tanta coisa, tenho medo de morrer. Tenho medo das pessoas me matarem. Alguma vingança. Outro sonho é ver meus pais saírem das drogas. Minha mãe tá numa clínica de recuperação e meu pai, preso. O meu pai tentou matar minha mãe.”

### Minha mãe

“Ela mandou um vídeo para mim antes do Natal, ela disse que não queria voltar para Maracanaú, quer vender a casa dela e comprar em outro lugar. Casa dela tá toda destruída. Eu vi o vídeo pelo celular da minha mãe. Ela mal conseguiu falar, pois começou a chorar, mandou o abraço para todo mundo. Disse que a gente se cuidasse.” ((chora bastante))

## Elvis Presley

### Quem eu sou

“Tenho 22 anos, branco, casado e nasci em Maracanaú. Sou servente e nunca estudei. Só tenho o registro de nascimento. Roubaram meus documentos, eu tenho medo de ir tirar a segunda via da carteira de identidade, tenho medo de ser preso. Eu sei que eu posso tirar, mas mesmo assim eu não vou. Já fiquei em Fortaleza, na Praça do Ferreira três anos”.

### Minha família.

“Não tenho mãe, ela morreu. Eu vou na casa do meu pai uma vez por ano.”

**“Eu nunca sinto dificuldades nas ruas, mas eu gosto.”**

“Eu me sinto livre. E eu gosto dessa liberdade. É um direito ficar nas ruas: é, me sinto mais livre desse jeito. Tá na rua é ser livre, a gente vai para qualquer lugar”.

**“Trabalhar é importante porque é o dinheiro honesto.”**

“Eu não consigo trabalhar porque estou irregular com a justiça. Estou solto por conta do Alvará de Soltura. Eu sou sujo na justiça, tenho dois processos, um foi assalto e outro latrocínio, matar para roubar. Tô indo para as audiências. Já fiquei preso por 11 vezes. Eu fiquei 4 anos e 8 meses no antigo Olavo Oliveira.”

**“Aqui no centro POP”**

“Eu uso o banheiro, lavanderia, atividades de grupo, adoro rap (já até apresentei no café & cultura, tenho rap na minha cabeça ou crio na hora). É importante: é muito bom para nós, se não tivesse o Centro Pop como nós tomaria um banho, uma merenda. Usei também o Centro Pop de Fortaleza.”

### Meu sonho

“Ter um casa e voltar para a minha esposa. Eu já tentei mudar de vida, mas não dá mais para mim. Eu também não queria ser preso de novo, por causa da minha namorada. Estou com ela de novo. Vivia mais na FEBEM do que em casa. Não tenho de medo de morrer”.

## **Raquel de Queiroz**

### **Quem eu sou?**

“Nasci em 18/02/71, Fortaleza, sou doméstica. Sei ler, mas não sei escrever”.

### **Minha família**

“Toda a minha família mora aqui perto (Centro Pop). A minha família sabe que estou na rua. Já me viram na rua. A minha família acha vergonhoso. Eles me chamam para voltar, mas não querem aceitar meu esposo. Então não vou. Por causa que ele bebe.”

### **Por onde andei**

“Saí de casa com 36 anos, morei em Caucaia, mas não em situação de rua”.

### **“Morro de medo”**

“Eu coloco um colchão que jogaram no lixo aí eu fui pegar. Eu choro tanto a noite. Eu quero tanto sair dessa vida, mas como vou sair, sem estudo. Sou uma pessoa sem condições de estudo. Tive meningite e fiquei sem condições de estudar. Eu morro de medo, de ser morta, ou alguém fazer alguma errada. Eu choro tanto a noite.”

### **A falta de dinheiro e o frio**

“Às vezes a gente tem, mas tem dias que não tem. Não tem cobertor, é um pedacinho de pano que eu me enrolo”.

### **O preconceito das pessoas.**

“A gente se humilha quando o pessoal diz que não tem dinheiro para dar quando a gente vigia os carros. O pessoal diz logo que não precisa botar papel, que pode a gente carregar alguma coisa.”

### **É um direito ficar nas ruas?**

“Não. A gente só vive nas ruas porque a gente não tem condições de pagar um aluguel.”

### **“Sei que tô doente”**

“Eu to precisando ao médico. Estou vendo espiritismo, ontem eu vi uma pessoa querendo me matar. Eu vi dois bonequinhos que estavam na cadeira de roda, eles começaram a mexer as mãos. Outro dia, uma pessoa colocou um pano de olhos. E me queimou. Queria me matar e saí correndo como uma doida fui até a delegacia. Só eu vejo, ninguém mais vê. Eu vejo nos pés de plantas, eles que querem me matar com uma arma que queimou minhas mãos. Pedir muito a Nossa Senhora e ao

padre Cícero que eles me deixassem em paz, que não tô aguentando mais. O (...) diz que tô ficando doida. E disse que ia me internar. Passei o dia na minha, e eles estavam na parede”.

**“Querida minha casa própria e sair da rua” ((chora))**

“Eu não aguento mais essa vida. É muito humilhante. A minha família diz que vai colocar uma máscara na cara, porque tem vergonha de mim. Eu tenho inveja porque minhas duas irmãs moram dentro de casa, e ninguém aceita eu”.

## Olga Benário

### Minha vida

“Nasci em 15/11/1969, no Maranhão, mas moro em Maracanaú desde dos três anos de idade. Sou artesã. Faço bijuterias, cortinas de pedras e vendo queijo. Nunca frequentei a escola, nem sei ler e escrever, sou casada e minha cor é parda.”

**“Fico em vários lugares, a gente não pode ficar muito tempo em um mesmo lugar.”**

“No mercado, perto da CEASA e à noite no hospital. Um dia fui dormir perto da calçada de um restaurante. Uma mulher chegou gritando, era a dona do restaurante. Eu falei que nós não era ladrão, ‘nós somos moradores de rua, minha senhora. Estamos só dormindo’.”

**“É muito importante na vida de uma pessoa o trabalho, é uma segurança que a gente tem.”**

“Desde de criança que eu trabalho e ajudo a minha família, vendia bombom dentro dos ônibus e dos trens. Estou sem material para fazer as bijuterias e comprar queijo para assar e vender. Eu tenho vontade de aprender mais sobre bijuterias.”

### No meio da rua

“Uma vez um cara colocou uma faca na minha garganta, dei uma de boazinha para ele não me matar. A gente só fica no meio da rua só porque não tem emprego. Só vive porque é o jeito. Também sinto muita dor nas minhas costas, é difícil dormir. Tenho hérnia de disco. Durmo no antigo mercado, tenho um lençol. Levei uma pedrada enquanto dormia na calçada da Acal em Fortaleza. Depois dessa pedrada, voltei para cá. Tava muito perigoso. Um vigia falou que foi um morador de rua. Lá é muito perigoso, achei melhor voltar para cá. Estou dormindo no mercado antigo”.

### Políticas Sociais

“A demora no atendimento é muito grande, hoje eu fui consultar, mesmo eu chegando cedo, com muita dor, e só fui atendida porque estava com o papel que levei daqui (o encaminhamento). Tive que dizer que era acompanhada pelo Centro Pop, eles não ia entregar a senha para mim.”

## Moreira da Silva

### Um pouco de mim

“Tenho 33 anos, solteiro, estudei até 7º ano. Eu nasci em Fortaleza, depois fui para Pentecoste (era bem novinho) e minha família veio toda para cá, Maracanaú.”

### “Estou nas ruas”

“Devido ao desemprego, conflitos familiares com a minha irmã e uso de álcool”.

### “Eu não sou de confusão”

“Procuro fazer amizades com as pessoas. Nunca tive atrito na rua, as pessoas já me agrediram só com palavras. Eu tento relevar, saio de perto. Passo por longe dessas pessoas. Gosto de ajudar as pessoas. Eu ganho quentinha de uma firma atrás do banco do Brasil e passo para eles. Eu deixo até de comer para dar para eles. Eu gosto de ajudar.”

### “Isso aqui né vida mesmo não”

“Última vez que trabalhei de carteira assinada foi na COBAP, uma fábrica de papelão. Auxiliar de expedição, com empilhadeira elétrica. Puxando carga. O trabalho é importante porque todo mês você tem ali, seu benefício para se manter, comprar calçado, roupa, alimentação, ajudar a família, a quem precisa. Minha mãe não trabalha, é doente. Uma irmã não trabalha também, tenho outra que trabalha como doméstica. Meu padrasto é pescador e só vem no final do mês. Quando eu trabalhava, recebia a cesta básica era para toda dentro de casa. Eu ajudava a pagar água e a luz. As pessoas não confiam em dar emprego para gente. Eu tenho vontade, mas às vezes tô com os meus colegas. Quero me ajeitar, me arrumar para procurar um emprego, ai os outros botam pilha na cabeça da gente. Quero sair dessa vida, arrumar um emprego. Tenho calça e sapato, fui no SINE. Eu tenho capacidade de arrumar um emprego. E vou conseguir sair da rua, vou conseguir. Tá me faltando um incentivo. Quero sair da rua, arrumar um emprego, porque eu tenho toda a documentação, graças a deus. Essa foi a minha experiência que eu peguei. Minha primeira experiência em situação de rua. ((chora))”

### No Centro Pop

“Adoro as atividades com reciclagens. Lavanderia, banheiro com sabonete, shampoo e asseptol. Não tenho que reclamar, só tenho agradecer ao Centro Pop. Vocês, são pessoas legais, gente boa. Agora, tem outros aí que não merecem, vêm só para atrapalhar.”

### PRONATEC



“Estava inscrito no PRONATEC, mas desisti porque eu não tinha uma caneta, mas pedir uma pessoa e não me emprestou. Fui fazer a prova, tava sem caneta, e não me cedeu a caneta. Me levantei e pedi ao professor para concluir a prova e peguei fiz a prova e devolvi a caneta, e pedi ao professor para me retirar”.

## Castro Alves

### Um pouco de mim

“Nasci em 11/09/1984, em Fortaleza. Estudei até a 7ª série. Sei ler e escrever. Sou solteiro e pardo”.

### Em Maracanaú

“Moro aqui desde dos quatro anos de idade, morava com minha avó, ela já morreu. Às vezes vou na casa da minha mãe, tem mais de uma semana que não vou por lá. Mora na rua 46, no Jereissati. Tenho dois filhos, um menino de doze anos, mora na Barra do Ceará com a mãe e uma menina de três anos que mora com a mãe dela aqui mesmo. Meu filho vem todo ano para cá, nas férias e no natal. Moro aqui desde dos quatro anos.”

### “A primeira vez que saí de casa tinha 15 anos”

“Eu era novo e tinha umas amizades que só queriam malandragem e fui preso, depois que eu saí da Febemce, voltei para casa, então saí de novo para a rua. Não me dou bem com o meu padrasto, ele bebe e bate na minha mãe. Quando completei 18 anos, fui preso de novo, estava com o de menor que estava com drogas, ano retrasado fiquei 11 meses preso e agora, vou uma vez pra assinar. Fui preso aqui em Maracanaú, fui preso em 16 de maio de 2013. E fui solto em 16 de abril de 2014.”

### Como eu sou

“Eu sei chegar nos cantos, não dou não a ninguém. Gosto de ajudar, não sou ignorante com as pessoas. Já fui vítima de violência, já apanhei. Saí de lá, estava tendo muitos problemas devido ao tráfico de drogas, preferi me afastar”.

### “Eu durmo, mas não é aquele sono bom.”

“Fico acordando, olho para um lado e olho para outro. Tenho um papelão e dois lençóis.”

## **Luís Gonzaga**

### **Minha vida**

“Sou o filho natural de Maracanaú, trabalho como gari, não lembro até série eu estudei. Sou Jardineiro e servente. Mas, já trabalhei de vigia na escola, na época do Gonzaga Mota e do Almir Dutra”.

### **“Só de Deus”**

“Eu tenho muito medo que aconteça alguma coisa comigo, minha segurança é só de Deus.”

### **“Às vezes passo a manhã no Centro Pop”**

“Participo das atividades de grupo, banheiro e lavanderia. Gosto muito daqui. Fico feliz quando eu estou aqui”.

### **“Minha dificuldade em conseguir trabalho”.**

“Minha idade e a situação de rua, as pessoas não confiam na gente. O trabalho representa quem arranja emprego, eu sou servente eu vou trabalhar com muito carinho. Me sinto ainda porque eu já trabalhei, né. Eu passei por muita coisa, comecei na prefeitura como limpador de rua (gari) e aí então eu passei para a capatazia, enchedor de caçamba, então sim, trabalhei esse tempo todinho, era inverno e verão. Enchendo os carros com lixo podre. Eu sofri muito e até hoje tô sofrendo.”

## Carlos Chagas

### **“Um pouco da minha história”.**

“Nasci em Maranguape, no 07 de janeiro de 1960. Só estudei até o 6º ano. 1987, há 27 anos que eu e minha esposa estamos separados. Fiquei um período com minha mãe, dormia no alpendre. Um dia tomei um porre, e não deixaram eu entrar. Então, fui dormi no cemitério. E fiquei seis meses. Dormia na casa de amigos. Depois de 9 meses, procurei o meu filho mais velho, trabalhava na Têxtil União. Lembro bem, estava com uma mochila nas costas, e um livro de cana na mão. ‘Pai, você vai para onde’, eu disse: ‘por aí’. ‘Então, vamos para minha casa’, e fui. Quando cheguei na casa dele, tomei banho e comi. Me deu uma rede, mas não botou eu dentro de casa. Dormi na área. Fiquei meio cismado e não fui mais. Fui para casa de outra filha, passei uns tempos com ela. Então nesses 27 anos, fiquei em situação de rua várias vezes, dormindo na estação, nas praças, na delegacia.”

### **“Achei melhor cada um viver sua vida separados”.**

“Tenho filhas. Tenho seis filhos, um filho que mora na Caucaia, na Pacatuba, Maracanaú. Minha ex-esposa mora em Maracanaú. Nós temos raiva um do outro. Não fui culpado, saí de fora de casa, tenho filhos que são 'errados' e não aceitava o jeito deles. Ela ficava do lado deles. Atualmente, fico na rua e na casa da minha filha. O marido não gosta que more lá.”

### **“Na rua, a gente não dorme”.**

“Vamos supor um cochilo de dez, quinze minutos, você sonha sendo morto, atropelado, é um pesadelo, é diferente de quando você tá numa casa. Aí, acorda. Dá insônia. Então, umas quatro da manhã, começa a andar, e esperar aqui abrir.”

### **“Ficar nas ruas da cidade”.**

“Não é bom, mas a gente tem que suportar, só não é pior do que preso, pois um dia fui visitar um amigo, e jamais queria entrar naquela porta. Eu nunca fui lá para visitá-lo. Aqui na rua, as pessoas ajudam a gente.”

### **“Querida pelo menos quatro paredes.”**

“O Preconceito é grande. ((chora bastante)). A violência, um empurrão, ando só. O pessoal fica dizendo que a gente é da rua por que a gente quer. Fui chamado de 'esmoléu'. Faço de conta que não estou escutando.”

### **“Eu sei que deveria tá em casa, gosto de plantar”.**

“Eu não tenho explicação para isso, pois eu acho que eu merecia ter um cantinho para mim. Já que a família não quer me acolher, fico com essa revolta”.

### **“Eu queria chegar no final da minha vida trabalhando.”**

“Se eu tivesse trabalhando, eu não passaria tanta humilhação. Todo dinheiro é bem vindo, nem que seja R\$20,00. Dá para passar. Eu tivesse um cantinho, nem que você com vinte conto, daria para fazer uma feirinha para mim. Eu passo uma semana com um quilo de arroz e feijão. Eu não posso dizer que moro com a minha filha, ela tem os filhos dela, tem um marido dela que já bota uma cara feia para o meu lado. Evito de ficar em casa quando ele está, para evitar problemas para ela”.

## Chico Mendes

### **“Eu tenho somente identidade.”**

“Tenho 31 anos, nasci em Fortaleza, mas um bom tempo estou em Maracanaú, uns cinco anos. Sou pintor. Estudei até 5º ano, solteiro e negro”.

### **“Queria muito participar da criação da minha filha.”**

“Tive uma depressão tão grande depois que eu me separei da mãe da minha filha. Depois que eu perdi o meu grande amor. A verdade tem que ser dita. É só vi minha filha crescer até os dois anos. Nunca mais a vi. Sofro não só pela separação dela, mas da minha filha, tenho carinho por ela ((chora)). Já namorei outras mulheres, mas nunca esqueci a mãe da minha filha.”

### **“Fico no alpendre no Morhan, perto do fórum”.**

“Mas lá tá também muito perigoso. Tentaram até matar o morador de rua, arrancaram até o dedo do (...) Aí às vezes fico na praça da Boa vista.”

### **“Em Fortaleza”**

“Quando eu me separei da mãe da minha filha, eu dormia no papelão, perto da Bezerra de Menezes. Eu pedi 0,50 centavos para comprar um café da manhã, aí o cara olhou para mim e disse: ‘Tu se manca e eu te conheci trabalhando e hoje tu vive nessa vida.’ Nunca roubei, quando eu tô precisando de dinheiro eu peço”.

### **“É um direito ficar nas ruas: “é não”.”**

“Se fosse um direito, todo mundo morava nas ruas. As pessoas que têm casa, e iam querer também morar nas ruas. Você por exemplo tem o cobertor, sua casa, sua família. A gente não tem nada. Me sinto um guerreiro, se a gente não levantar a cabeça e seguir em frente, aí pior. Se não cai numa depressão, eu já tentei me matar duas vezes, em frente ao *shopping*. Pensei em Deus e desisti”.

### **Dificuldades em acessar as políticas:**

“No sanatório, demora o atendimento, falta médico. Tô batalhando pela minha documentação para poder conseguir as coisas, o Bolsa Família, me escrever na moradia. O título já tá quase na minha mão, a mulher marcou o dia de pegar. Os problemas são as multas da reservista e do título, mas com encaminhamento e aquele papel eu não vou precisar pagar, a mulher me disse.”

## Vinícius de Moraes

### **Um pouco de mim**

“Nasci em 07 de janeiro de 1958, em Barbalha. Sou cantor, professor, fui jogador de futebol, soldador, fui palhaço de circo, gravei até um CD. Sou formado, sou professor de português.”

**“Quero dar a volta por cima.”**

“Tô precisando dessa oportunidade que vocês estão me dando mesmo. Depois da copa, vou deixar de beber”.

**“Centro Pop, isso aqui é presente.”**

“Tomo o café da manhã, participo das atividades coletivas. Teve um dia que fiz uma apresentação cantando, foi um sucesso. Uso banheiro e a lavanderia”.

## Rodolfo Teófilo

### **Nasci em:**

“No dia 05 de abril de 1985, em Fortaleza. Sou servente e estudei até o 4º ano. Vivo junto com uma pessoa. Eu já morei em casa, na Pacatuba e Quixeramobim. Mas desde dos 22 anos que estou na rua.”

### **Dia a dia**

“Café da manhã é no Centro Pop, almoço no Restaurante Popular e o jantar a gente se vira. Faz um fogo na praça e faço a própria comida. Para tomar um banho, o uso banheiro do durante o dia, e à noite, a gente procura uma lagoa e na praça tem uma torneira que a gente usa. Para beber, lavar e cozinhar. Dormimos debaixo do alpendre que tem na praça. Tem uma barraca que tem um teto de lona, tem bastante espaço.”

### **“ O trabalho é a lei da sobrevivência.”**

“Eu e vários moradores de rua ficamos vigiando. É concorrido. Então um dia vai um, no outro dia é outra pessoa. Quando um tá cansado, fico outro no lugar, para não perder o ponto para um desconhecido. A gente mesmo se organiza. O ganho é de cada um. E sinto que sou um cidadão quando trabalho. Não tem trabalho, na maioria das vezes as pessoas não confiam em dar emprego para gente. Eu recebo o Bolsa Família.”

### **“Sem o encaminhamento é mais difícil.”**

“Não tive dificuldade nenhuma quando a gente é encaminhado pelo Centro Pop. Então, a gente é bem atendido, saio feliz. Nunca fiquei doente em situação de rua.”

### **“É meu sonho é sair da rua.”**

“Tenho que agarrar todas as oportunidades. Ter minha própria casa, ter meus filhos de volta. Voltar minha vida ao normal, de um trabalhador honesto. Um cidadão. Tô na rua, mas sempre quando tenho emprego trato logo de arrumar uma casa para alugar. Creio que nunca mais eu quero, o que tô passando na rua não é bom para ninguém. A gente é muito julgado pelas pessoas, é muito preconceito, quando eu entrar dentro de uma casa, jamais quero desejar o meu próximo passar o que estou passando.”



## Alan Kardec

### **“Uns vinte anos que vivo no meio do mundo”**

“Tenho 44 anos, sou o filho natural de Maracanaú. Minha profissão é gari. Não aprendi nada, sou analfabeto. Eu morava debaixo dos pés de pau, por aí. Eu já viajei para Iguatu e em Icó eu era um ‘ranchado’. Eu, uma tia e um primo, nós viajava para o interior, ficamos em casas velhas e abandonadas. A gente vivia lá. Tinha um cidadão, o marido da minha tia que a gente pedia esmola, comida nas casas, saía com a panela e pedia nas casas e aí trazia para rancho para a gente se alimentar, a gente não ia morrer de fome.”

### **“Arranjo uns panos véi”**

“Eu durmo de baixo de um pé de pau, debaixo de um alpendre. Sobre o papelão, colchão velho e me deito. Tenho muito medo do que jeito que tá o mundo de hoje. Eu tenho muito medo que aconteça alguma coisa comigo, minha segurança é só de Deus. Fico conversando até uns horários com umas pessoas que às vezes eu não sei nem quem é. Eu não conheço, fico com medo.”

### **“Me sinto triste na minha vida ((chora))”**

“Se eu depender de família que não liga para mim. Não querem saber de mim, então eu abandono minha família. Onde eu tô, no meio da rua, todo mundo que passa, me vê nessa situação, debaixo dos pés de pau. Debaixo de alpendre. Eu fico envergonhado de mim mesmo. Não pelas pessoas, por mim. E penso ‘tô aqui jogado no meio da rua, tô deitado em cima do papelão ou colchão véi. O pessoal passa, me vê, nunca pensei viver jogado no meio do mundo.’ Fico pensando na minha vida, que eu vou fazer daqui para frente, porque minha família não liga para mim. Me sinto um desprezado pela minha família. Não tenho onde eu viver. Me sinto só no meio da rua.”

### **“É tão difícil ir para um hospital”**

“Tenho muitos problemas de saúde, não tenho condições de trabalhar. Aqui, eu participo das atividades de grupo, uso banheiro e lavanderia. Gosto muito daqui. Fico feliz quando eu estou aqui. Eu recebo o Bolsa Família.”

## **Princesa Diana**

### **“Sou dona de casa e vigio carros também”**

“Eu nasci em 10/12/92, Fortaleza, estudei até 8º ano. Estou grávida de oito meses.”

### **Por onde andei**

“Em Pacatuba, Fortaleza, Quixeramobim, Quixadá, Taitinga e Maracanaú.”

### **As principais dificuldades**

“Tomar banho nos fins de semana. A fome que é muito grande, principalmente no sábado e domingo. O preconceito das pessoas que passam por nós, humilhando. Quando a gente vai pedir, tem pessoas que nem falam. Pessoas que passam pela gente, xingam. A gente sofre muita discriminação. As pessoas não querem ajudar a gente. É muito preconceito e humilhação.”

### **“Conheço”**

“CRAS, CREAS, Centro Pop, Restaurante Popular. Tô fazendo o pré-natal, fui encaminhada pelo Centro Pop. Tô cadastrada no Programa Minha Casa Minha Vida, e estou também aguardando o aluguel porque estou grávida.”

## Virgulino Ferreira

### **“Não sei a minha idade, só sei que (...)”**

“Nasci na Caucaia. Sou pintor e só fiz a alfabetização. Perdi todos os documentos, tenho só a vida. Perdi minha família. Minha mãe e meu pai morreram. A casa não era nossa.”

### **“Já passeio por tanta coisa”**

“Já dormi nos matos. Perto do açude. Embaixo do banco, escondido. Não fiz nada a alguém, por isso que ainda estou vivo. Já passei por situação de preconceito, fui chutado, sinto sede, muito frio. Às vezes tenho uma vontade de ir ao banheiro e não tem. A vida é muito difícil. Tenho a cabeça quebrada. Tenho uma bala na minha cabeça. Já tirei duas, mas tenho medo de tirar a outra. Tô com medo de tirar ela. Estava dormindo e uma pessoa chegou atirando na pessoa errada. Não sei quem foi. Uso álcool e cigarro.”

### **Trabalho**

“É mais melhor do que tudo. Já trabalhei avulso no Colégio Farias Brito. Agora, faço bicos.”

### **“É viver em paz, um lugar para ficar e ser feliz.”**

“Por que não me dão oportunidade. Todas as pessoas conseguem algo, menos eu. Tô cansado. Não tenho documentação, não lembro aonde fui registrado. Eu não tenho nada. Só tenho vocês (Centro Pop) mesmo.”

## Santos Dumont

### **Minha História**

“Nasci em 17 de junho de 1965, em Uruburetama. Minha profissão é gráfico. Fui dono de uma churrascaria aqui em Maracanaú por cinco anos. Sou vendedor. Já fiz artesanato. Sei fazer vassoura de garrafa pet. Estudei até o 8<sup>a</sup> ano. Tenho identidade, CPF e título de eleitor. Tenho um filho de sete anos, mora em Fortaleza. Há seis anos, eu não tenho contato com ele. Trabalhei cinco anos na ferragista. Saí e coloquei uma churrascaria aqui em Maracanaú. Tatujál. Tinha muitas amizades. Todo mundo frequentava, só tinha ela e outra. Quando eu casei, vendi e fui para o Conjunto Ceará e coloquei uma churrascaria chamada de Baião de dois, casei com a minha gerente.”

### **“Peguei a mochila e fui embora.”**

“Quando eu soube da doença (HIV) entrei em depressão, quando eu descobri que tava com o vírus, deu baixa autoestima e achei que não tinha mais perspectiva de vida. Acabou e me levou para a depressão. Para mim, eu tinha caído no fundo do poço. Eu morava com a minha parceira quando descobri, tenho um filho com ela. Ela descobriu quando estava no pré-natal, ela também é portadora, passei para ela. Mas o meu filho não contraiu. Tivemos muitas brigas porque ela me culpava. Então, peguei a mochila e fui embora. Já fiquei internado no São José. Já fiquei no abrigo do Sol Nascente. No albergue, no shalow.”

### **Meu dia é assim**

“Tomo café da manhã no Centro Pop, venho e tomo um cafezinho à tarde, assisto um pouco de TV, leio o jornal que tem aqui. Quando fecha, vou para a rua. Almoço no restaurante popular e janto no hospital. Tomo banho no Centro Pop. Eu durmo no banco em frente à emergência.”

### **“Eu aceito a doença.”**

“Mas essa história sempre vaza, eu conversando com uma pessoa no albergue, sempre tem alguém curioso atrás da porta, logo em albergue. A conversa se espalhou ao ponto de não suportar mais e sair do albergue, fico com vergonha. No momento, o pior é não poder tomar o remédio porque estou em situação de rua. Tomo um remédio que me causa uns delírios e preciso dormir. Então, não tenho como tomar por estar na rua. Acho que eu não chego a dezembro, só quem está a par da situação.”

### **“Minha única renda é do PBF.”**

“Recebi, tirei 7,00 e gastei com comida. Má alimentação. E guardo o resto para pagar passagem para resolver alguma coisa, como a questão do Minha Casa Minha Vida. Tirar Xerox. Assim que sair o aluguel social, ficar na casa, vou trabalhar.”

### **“Só a esperança que continua.”**

“Eu quero colocar uma fábrica de vassoura ou uma serigrafia. Aprendi no shalow. Eu quero ter um foco, não tenho mais tempo a perder. Gostaria de ter um microcrédito, mas preciso ter uma casa. Tomar meus remédios e trabalhar, sair dessa situação de rua e morrer com dignidade. Tenho medo das doenças oportunistas. Às vezes eu vou no hospital São José para tomar soro e aproveito e fico para dormir. Eu conheço assistente social do Hospital, tô com vontade falar com ela, quando eu soube da doença que ela que me falou. Eu fiz tratamento aqui e transferi para Fortaleza. Imagine, é como um alarme de bombeiro a sua volta. Parece que o teto vai desabar, sumir, fugir, queria era morrer, acabei com tudo que eu tinha.”

## **Patativa do Assaré**

**“Não sei dizer, mas tá com mais ou menos três anos que estou na rua”**

“Tenho 49 anos, nasci em Fortaleza e cheguei em Maracanaú eu tinha 29 anos. Já fui padeiro, vendedor de picolé. Estudei até a 4ª série.”

### **Foi assim**

“Foi galha, chifre. Só o tipo de cara enquanto eu não descubro, mas depois que eu fiquei sabendo da verdade, eu saio fora. Tinha um cara lá, deixando compra, e achando esse negócio esquisito. Quando chegava do meu trabalho, que eu vendia picolé. Tinha um cestão desde tamanho, cheio de coisas. Nada dela me dizer a verdade dessa cesta. Quando foi certo dia eu flagrei o cara vim deixar. Eu vi aquele negócio de beijo. E valha o negócio tá sério aqui. Ainda aguentei. Me fazia que tava bebo e ia dormir. E via ela dizer ele tá bebo. Eles iam para outra cama. Quando foi pela manhã, sair fora. Vi toda a arrumação. Não bati nela, só fui embora. Como eu não tinha dinheiro para alugar uma casa, fui para a rua”.

### **As principais dificuldades nas ruas**

“É ruim. Insegurança. O frio é muito grande, é da peste. Não é uma dormida segura. Se eu for dormir com um trocado, tenho que colocar dentro das calças. Se não alguém leva. Eu noto que tem gente que tem preconceito. Olham assim para mim. Pensam que sempre a gente está de barriga seca. Um dia estava na rua, parou um carro preto, E queria me levar, eu disse ‘vou não meu chapa, sinto muito, vou não’.”

### **Políticas públicas**

“A demora no atendimento do CAPS e a documentação exigida pelo Minha Casa Minha Vida. Quero me inscrever, mas não posso porque sou casado. E ela disse que não dá a separação. Ninguém quer ser testemunha que estou separado há vinte e cinco anos. O pessoal tem medo da justiça.”

**“O sonho é sair da rua, né.”**

“Essa não é vida para gente, não. De jeito nenhum. Quero morar só. Já tentei morar com dois filhos meus, mas não dá certo. Eu queria que fosse pelo um quarto. Um cantinho com luz e levar o meu radinho de pilha”.

## José de Anchieta

**“Sem nenhum documento. Eu sou tipo um indigente.”**

“Nasci em 25 de maio de 1981, em Arapiraca – Alagoas. Faço artesanato, vigio carro, já trabalhei de motorista e ajudante na oficina. Só sei fazer meu nome. Leio só as letras. Nunca mais eu dei notícias para a minha família. Não sei se minha família é viva. Não pretendo retornar para lá.”

### **Por onde andei**

“Há 12 anos estou nas ruas. Em Maracanaú, 08 meses. Eu vim de Mato Grosso do Sul, Goiânia, Goiás, Brasília, São Paulo (Guarulhos), Caucaia, Pacajus e vim parar aqui em Maracanaú.”

**“Frio já estou acostumando.”**

“Já sofri violência. Lembro uma vez que estava cozinhando, levei para um tijolada na cabeça. Levei piada. O pessoal diz assim: ‘vai trabalhar vagabundo’.”

### **No Centro Pop**

“Participo das atividades, tomo banho, café da manhã, não lavo roupa aqui porque os caras roubam, tem que ficar vigiando. Ajuda muito a nós. Garante nossa comida, tem um cafezinho, tem uns aqui que não reconhece, mas eu reconheço. Todo dia eu venho aqui. Gosto das reuniões e das atividades em grupo.”

### **Trabalho**

“Eu trabalhava na CEASA e atravessei a pista e veio uma moto e me derrubou no chão, quebrou o meu braço em vários pedaços. Meu braço está quebrando e cheio de ferros. Eu também eu fico pedindo. É melhor do que tá roubando. É bom. Na agora que você quiser uma coisa, você tem o seu dinheirinho para comprar. Eu não roubo, sou um trabalhador. Faço meu artesanato de latinha. Faço panelinha. Faço tudo.”

### **Políticas Públicas**

“Já fui no Posto de saúde, hospital tomar soro, CAPS Geral e já fiquei internado por causa do meu braço.”

### **Drogas**

“Só cachaça, fumo um pé duro, fumo um baseado.”

## **Bárbara de Alencar**

### **“Já faz muito tempo que tô nas ruas”**

“Estou nas ruas há nove anos. Mas já morei na casa das minhas irmãs. Nasci em 13 em setembro de 1976, em Fortaleza, sou doméstica, estudei até a 4ª série. Tenho contato com a minha família a cada 15 dias. Minha irmã sabe que estou na rua. Não tem como morar com ela, é muita gente e ela mora de aluguel. Mas não podem fazer nada por mim. Mas já morei em casa.”

### **Desemprego e perda de moradia**

“Estou desempregada e não tenho moradia. Em frente à praça da estação. É bom para cozinhar. No hospital é lugar mais tranquilo para dormir. E mais fácil de conseguir e fazer comida.”

### **“Eu queria ter meu lugar como já tive um dia.”**

“Possuir uma casa só para mim. Já morei em casa, com meu ex companheiro. Ele ainda mora lá. Eu acho é bom trabalhar e ganhar um dinheirinho para as coisas que a gente quer comprar. Não tenho vontade de participar de cursos, mas não sei o que eu quero.”

### **Políticas Públicas**

“Já fui no Posto de saúde, Hospital, Farmácia, CAPS geral. Nunca fui na habitação. Centro Pop e o Restaurante Popular. No Centro Pop eu uso a lavanderia e o banheiro. Tomo café da manhã. Eu tenho o Bolsa Família, recebo R\$ 74,00.”

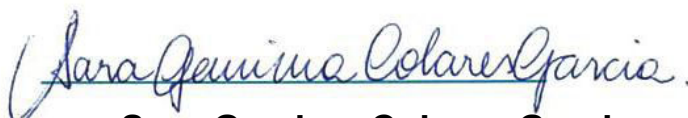


Declaração de Revisão Textual

## **DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE TEXTO**

Declaro, para os devidos fins e para efeitos de prova, que fiz a revisão textual da dissertação intitulada: **FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO SOCIAL: PERCURSOS, VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS EM MARACANAÚ/CE**, de autoria de **RÉGIA MARIA PRADO PINTO**, apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará – UECE, e atende às normas ortográficas e gramaticais da Língua Portuguesa, bem como às regras da ABNT.

Fortaleza, 08 de abril de 2015.



**Sara Gemima Colares Garcia**

Licenciada em Letras – Língua Portuguesa/Língua Francesa  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Nº do registro: 49.679

RG: 2003010189276